

**UNIVERSIDADE FUMEC**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE**

**Adriana Maria de Castro Miranda**

**A FUNÇÃO SUPEREGOICA DO JUDICIÁRIO E AS VERSÕES FREUDIANAS DO SUPEREGO:  
considerações sobre a proposta de Ingeborg Maus**

Belo Horizonte  
Junho, 2016

**Adriana Maria de Castro Miranda**

**A FUNÇÃO SUPEREGOICA DO JUDICIÁRIO E AS VERSÕES FREUDIANAS DO SUPEREGO:  
considerações sobre a proposta de Ingeborg Maus**

Dissertação apresentada ao Curso de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da Universidade FUMEC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Direito.

Orientador: Prof. Dr. André Cordeiro Leal

Belo Horizonte  
Junho, 2016

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M672f      Miranda, Adriana Maria de Castro, 1965-  
A função superegoica do judiciário e as versões  
freudianas do superego: considerações sobre a proposta de  
Ingeborg Maus / Adriana Maria de Castro Miranda. – Belo  
Horizonte, 2016.  
143 f. ; 29,7 cm

Orientador: André Cordeiro Leal  
Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade  
FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da  
Saúde, Belo Horizonte, 2016.

1. Maus, Ingeborg. 2. Superego. 3. Poder judiciário -  
Aspectos psicológicos. I. Título. II. Leal, André Cordeiro.  
III. Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências  
Humanas, Sociais e da Saúde.

CDU: 340.6



**PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO EM INSTITUIÇÕES SOCIAIS, DIREITO E DEMOCRACIA**

**NOTA FINAL DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE**  
**MESTRADO**

**BANCA EXAMINADORA:**

**ASSINATURAS:**

*Prof Dr. André Cordeiro Leal* \_\_\_\_\_

*Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandoná Freitas* \_\_\_\_\_

*Prof. Dr. Émilien Vilas Boas Reis* \_\_\_\_\_

**MESTRANDA: ADRIANA MARIA DE CASTRO MIRANDA**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:**

**“A FUNÇÃO SUPEREGÓICA DO JUDICIÁRIO E AS VERSÕES FREUDIANAS  
DO SUPEREGO: Considerações sobre a Proposta de Ingeborg Maus”**

**NOTA:** (100) *lem* \_\_\_\_\_

**ASSINATURA ORIENTADOR:** \_\_\_\_\_

**DATA DA DEFESA: 20/06/2016**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Prof. André Leal, que me proporcionou a oportunidade de trabalhar nesta pesquisa, sobre um tema desafiador, que envolve duas áreas de meu interesse e que, dessa forma, tornou-se fonte de investimento pessoal.

Agradeço à Universidade FUMEC, em especial a toda a equipe da Biblioteca da FCH, que sempre esteve pronta e atenciosa a me ajudar em tudo, em qualquer âmbito, estando ou não essa ajuda no escopo das suas atividades principais - pesquisas, livros, espaço físico e, principalmente, acolhimento!

À minha família e aos amigos, que estiveram comigo me incentivando, sem cobrar nada além do possível e do conciliável.

## RESUMO

O tema-problema deste estudo refere-se à análise do texto de Ingeborg Maus, ***O Judiciário como Superego da Sociedade: a Jurisdição na “Sociedade Órfã de Pai”***, em que se procurou verificar a conceituação e, conseqüentemente, o entendimento de Maus em relação ao superego – uma das três instâncias psíquicas que compõem o aparelho psíquico – e à sociedade órfã. Esta pesquisa busca, assim, proporcionar ao estudioso do Direito, por uma apresentação propositadamente dirigida, o acesso aos conceitos básicos da teoria psicanalítica, em especial das instâncias psíquicas id, ego e superego, necessárias ao entendimento do texto de Maus. Para tal, percorre sucintamente a biografia de Freud, a Psicanálise e o Movimento Psicanalítico, assim como a teoria psicanalítica freudiana em sua primeira e segunda tópicas, formatação estabelecida por seu criador. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se o estudo bibliográfico da citada teoria psicanalítica para, a partir daí, proceder-se ao exame do texto de Maus. Analisou-se também a conjuntura da Alemanha descrita por essa autora, como forma de balizar as interpretações propostas. A conclusão da pesquisa foi a de que, embora os estudos de Freud revelem duas versões, inicial e finalista, para a instância do superego – a primeira com conotação de controle, direcionamento e referências morais, e, a segunda, com intenções perversas do superego, subjugando e, se necessário, até mesmo adoecendo as demais instâncias psíquicas, como forma de sustentação de seu domínio, mantendo-se no *status* de controle –, Maus não chegou a enfrentar a versão finalista, embora ela seja também considerada pela autora.

**Palavras-chave:** Democracia. Freud. Função superegoica. Ingeborg Maus. Psicanálise. Poder Judiciário. Versões do superego.

## ABSTRACT

The problem-thesis of this study is the analysis of Ingeborg Maus article, **The Judiciary as Society's Superego**: the Jurisdiction in a "Society orphan or father", in which it was intended to verify the concept utilized and, consequentially, Maus's understanding regarding the superego – one of the three psychic instances that integrates the psychic structures – and the orphan society. In that, this research aspires to give Law students, by a presentation purposefully directed at them, access to the basics of the psychoanalytical theory, specially the psychic instances of the id, ego and superego, necessary to the understanding of Maus text. In order to achieve this, it is made a quick rundown of Freud's biography, the Psychoanalysis and the Psychoanalytical Movement, and Freud's psychoanalytical theory in its first and second stages, called those by the author himself. The methodology this research has followed has used the bibliography mentioned on the aforementioned article to, from that, examine Maus article. Germany's conjecture as described by the author has been also analyzed, as a way to fundament the interpretations presented. The research's conclusion was that, although Freud studies reveal two versions, an initial and a final one, to the superego instance – the first with a controlling connotation, directing and moral references, and, the second, with the superegos perversity, subjugating and, if necessary, even sickening the other psychic instances, as a way to sustain its domination, maintaining itself of control –, Maus did not get to interpret the final version, albeit not disregarded by the author.

**Keywords:** Democracy. Freud. Superegoical Function. Ingeborg Maus. Psychoanalysis. Judiciary Power. Superego's Versions.

## LISTA DE SIGLAS

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CS – Consciente

ICS – Inconsciente

ID – Isso

PCS – Pré-consciente

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>A PRIMEIRA TÓPICA E SEUS CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>FREUD E A SEGUNDA TÓPICA.....</b>	<b>43</b>
<b>4.1</b>	<b>O lugar e a função do Superego.....</b>	<b>59</b>
<b>5</b>	<b>A JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIA DA PSICANÁLISE.....</b>	<b>63</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SUPEREGO E SUA IMPORTÂNCIA COMO INSTÂNCIA DE CONTROLE.....</b>	<b>68</b>
<b>7</b>	<b>OS GRUPOS HUMANOS E O PAPEL DO SUPEREGO NA PERSPECTIVA FREUDIANA.....</b>	<b>82</b>
<b>8</b>	<b>AS VERSÕES DE SUPEREGO PROPOSTAS POR FREUD E A INTERPRETAÇÃO DE INGEORG MAUS: DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS.....</b>	<b>107</b>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
	<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Direito e Psicanálise são saberes humanos que, resguardadas suas especificidades, propõem-se a estudar o ser humano em suas relações e individualidades. Em razão disso, é possível estabelecer interfaces esclarecedoras entre esses dois importantes segmentos.

Foi nesse sentido o esforço de Ingeborg Maus (2010), que, utilizando-se de conceitos psicanalíticos, suscita o debate sobre a realidade sociojurídica alemã, na qual o Poder Judiciário se posta como guardião da moralidade, assume papel monológico na operacionalização e na interpretação jurídicas no país, e obsta, por isso mesmo, a instalação da prometida democracia. O que causa estranheza à autora é que a sociedade apoia essa incoerência e, diante desse descompasso, busca construir, com auxílio do conceito nuclear da obra freudiana, uma possível explicação para essa contradição.

Daí o nome da obra que se investigará no presente trabalho. *O Judiciário como Superego da Sociedade* tem chamado a atenção de estudiosos do Direito e da Psicanálise pelas relações que propõe. Nela, Maus estabelece uma analogia entre Poder Judiciário e superego, instância psíquica desenvolvida na teoria freudiana com função reguladora e controladora no aparelho psíquico. No entanto, diante da complexidade do conceito freudiano, impõe-se identificar se a autora chegou ou não a decodificar as entrelinhas e as intenções implícitas desse lugar de regulação.

Para que isso ocorra, e para que, portanto, a leitura do texto de Maus tenha a dimensão psicanalítica merecida, faz-se necessário esclarecer o sentido que teria dado ao superego. É exatamente isso que a presente pesquisa se propõe a fazer: apresentar aos interessados na temática uma visão mais detida das instâncias psíquicas propostas por Freud (id, ego e superego), de forma a permitir, pela retrocarga teórica que isso possa ensejar, uma leitura talvez mais rica do que aquelas que vem sendo dadas ao texto da autora germânica.

Para tanto, no primeiro capítulo tratou-se de apresentar um pouco da história de Sigmund Freud no contexto de sua formação profissional, os desafios encontrados, a trajetória da criação da Psicanálise – Movimento Psicanalítico entre 1905 e 1920, as descobertas e dificuldades enfrentadas.

Em sequência, demonstra-se como Freud declara sua insatisfação com a metodologia aplicada à época para tratar pessoas com comprometimento de saúde mental. Sustentou a Psicanálise como ciência, distinta da Psiquiatria, Anatomia e qualquer outra área da Medicina. Possibilitou que não médicos pudessem ser psicanalistas e isso gerou grande indignação na classe médica da época.

No terceiro capítulo, traçam-se considerações sobre como Freud fala do seu foco de estudo, o inconsciente, e como apresenta a estrutura psíquica, revelando ao mundo a existência do inconsciente, do consciente e do pré-consciente, este como facilitador de transformação de conteúdos inconscientes em conscientes. Essas descobertas foram o seu maior legado na primeira tópica, definição dada pelo autor à primeira etapa da sua teoria.

Nesse mesmo capítulo buscou-se explicitar como Freud deixa claro que o ser humano é movido pelo princípio do prazer e pelo princípio da realidade, em que a busca do prazer e a redução do desprazer são objetivados. Também nesse capítulo sintetizam-se os argumentos pelos quais, ao final da primeira tópica, Freud introduz a questão do complexo de Édipo, narra a histórica do Rei Édipo e acredita que a tradição tenha papel importante nesse assunto.

Na sequência, trata-se dos estudos de Freud em relação aos sonhos, registrando os conteúdos sobre a obra *A Interpretação dos Sonhos*, elaborada em 1900. Ele dedica-se aos sonhos e os define como conteúdos inconscientes, prontos a emergir. Percebe, entretanto, que esses conteúdos surgem camuflados através dos sonhos, pois, em regra, sofrem alterações ao serem sonhados e expressos, funcionando como filtros a cada etapa, não conseguindo se aproximar dos conteúdos originais.

No quarto capítulo, expõe-se um resumo de como Freud se dedica a várias conferências ofertadas a médicos no decorrer dos anos de 1915 a 1917, demonstrando a presença do inconsciente sob várias formas de expressão. Registra-se o momento em que Freud caracteriza a segunda tópica, tendo seu início por volta de 1920, indo até o final de sua vida, pois continuava a escrever, mesmo quase sem condições para tal.

Nesse capítulo foram abordadas as parapraxias, a existência constante de sentidos, pois a cada ação ou omissão feita haverá um propósito ou uma intenção nas ações e nas omissões cometidas, e a ênfase dada à simbologia como forma de análise do inconsciente. Abordou-se também a questão dos sintomas, entendidos por Freud como expressão de algo que aconteceu no passado e foi mal elaborado, a ponto de retornar como sintoma. Trouxe ainda a ideia de censura e de ética através dos sonhos e os mecanismos de resistência elaborados pelo ser humano como forma de defesa frente à realidade. Completando, outro tema apresentado, esse polêmico, que desagradou a muitos de sua época, mas importante para o desencadeamento da origem do superego, foi a sexualidade infantil.

A obra *Além do Princípio do Prazer* é o marco da segunda tópica, segundo Freud. Nesse cenário, o tema incluído foi a punição, que já daria indícios da caracterização do superego. Nesse capítulo apresentam-se os conceitos de ego, id e superego, reformulando a estrutura psíquica, pois Freud percebe que os estudos e as afirmações da primeira tópica já não

respondiam a todas as suas questões. Os conteúdos inconsciente, consciente e pré-consciente circulavam pelas novas instâncias psíquicas. Explicou que o ego respondia pela interação com o mundo externo, os desejos e os conteúdos inconscientes, numa forma de autoconservação. E assim, ao id, caberia a tarefa de satisfazer às necessidades inatas, negligenciar o ego. Demonstrou-se claramente que Freud não tinha qualquer constrangimento em mudar suas afirmações, pois entendia que assim estaria mais perto da ciência.

O quinto capítulo enfatiza a importância da teoria freudiana, trazendo a justificativa da existência da Psicanálise, pois acredita-se que após o conhecimento de seu conteúdo pode-se perceber sua importância para a saúde mental e para o entendimento de muitas questões que se colocaram sem respostas pelas demais ciências.

Citam-se alguns discípulos de Freud, sendo que desses muitos se distanciaram de sua linha de raciocínio. Entretanto, todos deram continuidade à ciência, postularam outros conceitos e entendimentos, descobriram ou reinterpretaram algumas de suas afirmações. É fato que, para tanto, partiram das referências freudianas.

O sexto capítulo é dedicado especificamente ao superego, aprofundando as descobertas de Freud sobre essa instância. A intenção do trecho do trabalho foi a de demonstrar como, inicialmente, ele entendeu o superego como substituto dos pais, caracterizando-o com uma atuação favorável e referencial para o sujeito. Entretanto, com o passar do tempo, desfaz-se dessa percepção, identificando-o como uma instância que procura se manter na posição de domínio em relação às outras instâncias, sem medir consequências desfavoráveis para se sustentar no *status* de poder.

Revela também que Freud, em 1927, procurou resgatar sua percepção inicial de bondade do superego através da reanálise dos chistes e do humor, tema estudado em 1905, mas não conseguiu muitos adeptos para essa hipótese.

O sétimo capítulo trata das análises que Freud desenvolveu em relação a grupos, sociedade e lideranças, pois é importante visualizar se e como a função superegoica se apresenta nesses contextos.

Para finalizar, o trabalho volta-se especificamente ao texto de Maus, para, a partir das investigações até então empreendidas, propor uma (re)leitura mais atenta da proposta da autora e de desdobramentos pouco explorados de seu pensamento, já que Maus (2010) buscou em Freud a referência psicanalítica que precisava para chamar a atenção do cenário alemão e dos riscos possíveis que se apresentam, caso a condição de superego se mantenha delegada ao Poder Judiciário.

## 2 INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES: A PROPOSTA FREUDIANA E A INSUFICIÊNCIA DA PSIQUIATRIA FARMACOLÓGICA

Sigmund Freud é uma referência histórica na área da saúde mental. Para apresentá-lo, é preciso também tratar de sua obra, a Psicanálise, e da trajetória que percorreu para desenvolvê-la.

Após 41 anos de atividade médica, em uma descrição de autoconhecimento no “Pós-escrito (1927)” (FREUD, 2006a), Freud relatou que nunca se identificou com a carreira médica tradicional, ingressando mesmo assim na Medicina, não por influência de seu pai, mas por falta de outra opção que lhe interessasse. Nem quando criança ele brincava de médico e, na juventude, sua vontade era de compreender e decodificar os enigmas do mundo e propor-lhes soluções. Embora já aprovado em todas as provas, nada na Medicina lhe provocava empolgação e, com isso, no começo de sua carreira não obteve êxito. Atuou inicialmente na zoologia, química, fisiologia, chegou à histologia do sistema nervoso e à neuropatologia, que lhe despertou algo de curioso. Com as novas influências, desbravou um diferente cenário nas neuroses (FREUD, 2006a).

Embora não tenha se identificado com a Medicina, era dedicado em suas empreitadas. Inteligente e curioso por natureza, teve incentivo familiar desde a infância. Fez uso de suas angústias e vivências pessoais e pesquisas científicas, estudou minuciosamente os casos de seus pacientes, discutiu e trocou ideias com diversos pesquisadores e médicos conceituados de sua época, como Brücke, Josef Breuer, Charcot e Chrobak. Até que distinguiu seus saberes e crenças daqueles que eram comuns aos seus colegas de estudos, vindo, então, a formular a Psicanálise, sustentando essa teoria com todos os rechaços, críticas e descréditos a que ela se submeteu à época. (FREUD, 2006a).

Freud em seu texto “A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa leiga” (FREUD, 2006a), relata que desenvolveu a Psicanálise com o objetivo de entender a dinâmica psíquica do ser humano e ajudar na saúde mental de pacientes que apresentavam doenças nervosas, pois percebia, como médico, que apenas o tratamento farmacotrópico e outras técnicas aplicadas não geravam os resultados de cura ou de estabilidade emocional necessários a alguns deles. “Supõe-se que só a psiquiatria lide com as perturbações das funções mentais; mas sabemos de que maneira e com quais finalidades ela o faz. Ela procura os determinantes somáticos das perturbações mentais e os trata como outras causas de doença.” (FREUD, 2006a, p. 227).

O austríaco relata em seu texto “Uma breve descrição da Psicanálise” (FREUD, 2006b) que não era, definitivamente, a prática psiquiátrica aplicada à época aquela que entendia ser adequada e, somando-a à sua vontade de ser cientista, dedicou-se a desvendar os mistérios da mente humana e buscar tratamentos adequados. A teoria teve muitos seguidores, mas também muita rejeição na classe médica, porque quebrava todo o ciclo farmacológico, de eletrochoque e de outras técnicas aplicadas aos pacientes com doenças nervosas, até então.

A ruidosa rejeição da Psicanálise pelo mundo médico não podia impedir seus defensores de desenvolvê-la, inicialmente por suas linhas originais, em patologia e tratamento especializado nas neuroses - tarefa ainda não completamente realizada, mesmo atualmente. Seu inegável sucesso terapêutico, que excedia em muito qualquer outro que houvesse sido anteriormente conseguido, incentivou-o constantemente a novos esforços, ao passo que as dificuldades reveladas à medida que o material era examinado mais profundamente redundaram em alterações profundas na técnica da análise e correções importantes em suas hipóteses e postulados teóricos. (FREUD, 2006b, p.229).

A teoria psicanalítica é um saber que trata do inconsciente e foi detalhadamente escrita por Freud em uma obra com 24 volumes e 123 artigos, traduzidos para cerca de 30 idiomas. Há ainda relatos de 15 ou 20 mil cartas escritas por Freud, mas nem todas disponibilizadas, pois houve descarte de seu material por interesse próprio e outras foram perdidas ou não localizadas até o momento, embora ainda se tenha expectativa de localizá-las no século XXI (ROUDINESCO, 1998).

Sua obra foi considerada como um quinto da obra psicanalítica do século XX, segundo Lagache (1961). Trata-se de uma obra sustentável, inestimável, com riqueza de detalhes, avanços e retrocessos a partir da disponibilização de suas pesquisas científicas, experiências, reconstrução de saberes, enfim, como o deve ser uma ciência.

Em seu texto “A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial” (FREUD, 2006a), Freud revela que não tinha pressa de descrever a teoria para não comprometer seus resultados.

Nós a desenvolvemos lentamente, lutando com todos os pequenos detalhes da mesma, temo-la modificado sem cessar, mantendo um contato contínuo com a observação, até que ela finalmente adquiriu uma forma na qual parece ser suficiente para nossas finalidades. [...] A ciência, como se sabe, não é uma revelação; muito depois dos seus primórdios ainda lhe faltam os atributos de determinação, imutabilidade e infalibilidade pelos quais o pensamento humano tão profundamente anseia. (FREUD, 2006a, p. 189).

Até hoje essa obra suscita críticas e questionamentos devido à sua complexidade, como ocorreu durante o seu desenvolvimento, mas continua referência por tratar-se de conteúdo alicerçado em pesquisas teóricas e práticas. Um grande incômodo proposto por Freud à época

foi o fato de entender que a Psicanálise não necessitaria ser realizada exclusivamente pela classe médica ou submetida à Psiquiatria e nivelada a algumas técnicas. A Psicanálise tinha seu lugar de destaque e ele sustentou isso enquanto pôde.

Pois não consideramos absolutamente conveniente para uma Psicanálise ser devorada pela medicina e encontrar seu último lugar de repouso num livro de texto de psiquiatria sob a epígrafe ‘Métodos de Tratamento’, juntamente com procedimentos tais como sugestão hipnótica, auto-sugestão e persuasão, que, nascidas da nossa ignorância, têm de agradecer a indolência e a covardia da humanidade por seus efeitos efêmeros. Merece melhor destino e, pode-se esperar, o terá. Como uma ‘psicologia profunda’, uma teoria do inconsciente mental, pode tornar-se indispensável a todas as ciências que se interessam pela evolução da civilização humana e suas principais instituições como a arte, a religião e a ordem social (FREUD, 2006a, p. 243).

O início do movimento psicanalítico deu-se entre 1905 e 1920. A partir de 1906 toma força em Zurique, segundo Lagache (1961), mas manteve-se pouco expressivo na Alemanha e praticamente ignorado nos países latinos. Despertou interesse e destaque nos Estados Unidos e Inglaterra, mas ganhou impulso mundialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando se teve ou se exigiu consciência dos aspectos psíquicos interferindo no cotidiano das pessoas, a partir de suas vivências e traumas com as sequelas da guerra. Após 1926, continuou a se desenvolver nos Estados Unidos de forma acentuada, enquanto retrocedia na Alemanha e nos países latinos. Na França, veio a se sustentar a partir desse ano (LAGACHE, 1961).

Sigmund Freud, em seu “Estudo autobiográfico” (FREUD, 2006a), descreve algumas particularidades. Era um médico austríaco, nascido no ano de 1856 em Freiberg, na Morávia, onde atualmente é a República Tcheca. Contribuiu no desenvolvimento de sua teoria até 1939, quando veio a falecer, e mesmo depois disso sempre se fez presente com sua teoria, pois trata-se de um marco revolucionário na área da saúde mental, desde o início de sua teoria. Seus pais eram judeus e ele se manteve como tal, mesmo se submetendo a perseguições e rejeições devido à sua ascendência. Essa experiência lhe foi favorável para suportar as críticas às suas ideias, fortalecendo-o no enfrentamento de oposições. Educou-se em Viena e no ano de 1881 doutorou-se em Medicina. Dedicou-se a estudar as doenças nervosas, com material científico escasso, sendo obrigado a ser autodidata, embora sempre atento aos estudos desenvolvidos por Charcot, Breuer e outros que entendia estarem desenvolvendo técnicas de tratamento. Realizou muitos estudos e publicações sobre doenças orgânicas do sistema nervoso, o que o introduziu no campo das doenças nervosas (FREUD, 2006a).

Já no Vol. XXI da sua obra, “O futuro de uma ilusão, Mal-estar na civilização e Outros trabalhos” (FREUD, 2006c), Freud, ao descrever o “Discurso pronunciado na casa de Goethe em Frankfurt”, complementa que

O trabalho de minha vida se dirigiu a um só objetivo. Observei os mais sutis distúrbios da função mental em pessoas saudáveis e enfermas e procurei inferir - ou, se preferirem, adivinhar -, a partir de sinais desse tipo, como o aparelho que serve a essas funções é construído e quais as forças concorrentes e mutuamente oponentes que nele se acham em ação. O que nós - eu, meus amigos e colaboradores - conseguimos aprender seguindo esse caminho pareceu-nos de importância para a construção de uma ciência mental que torna possível compreender tanto os processos mentais normais quanto os patológicos como partes do mesmo curso natural de eventos (FREUD, 2006c, p.219).

Ainda em seu texto “Um estudo autobiográfico” (FREUD, 2006a), Freud descreve que logo após se formar, por volta de 1882, casou-se e dedicou-se à fisiologia e à neurologia, desenvolvendo pesquisas nessas áreas e especializando-se nelas. Embora tivesse reconhecimento nas doenças orgânicas do sistema nervoso, seu interesse na Medicina estava voltado para a Psiquiatria, mais especificamente para as neuroses, embora nada entendesse sobre esse tema. Em Viena, em 1886, retoma os estudos das doenças nervosas, tornando-se um especialista nessa área, mas foi recepcionado com descrédito e indiferença na academia, pois queria demonstrar um tipo de doença nervosa, a histeria, no gênero masculino, algo ainda inaceitável. Depois de muita rejeição ao tema, mas sem perder o foco, explorou um estudo de caso e levou-o a uma conferência na Gesellschaft der Aerzte<sup>1</sup>, demonstrando o quadro sintomático para comprovar suas pesquisas. O resultado do reconhecimento científico de seu trabalho foi alcançado, mas o desgaste gerado não o possibilitou manter-se na área acadêmica. Viu-se obrigado a abrir mão da academia, dedicando-se à clínica, no tratamento das doenças nervosas, distante de conferências e da sociedade erudita, por sugestão de seu respeitável professor, Ernst Brücke. Entre 1886 e 1891 Freud não publicou nada (FREUD, 2006a).

Na clínica, atuava, além de métodos psicoterapêuticos aleatórios e não sistemáticos, com duas técnicas de tratamento: a de eletroterapia, tratamento à base de choque elétrico, e o hipnotismo. Ainda estudante chegou a ver uma exibição pública do dinamarquês Carl Hansen, ‘o magnetista’, em que verificou a autenticidade da técnica do hipnotismo, e propôs-se a estudá-la. Acompanhou a prática do hipnotismo em Paris e soube da escola de Nancy, dirigindo-se para lá em 1889. Também acompanhou os estudos de Charcot, médico francês, e ofereceu-se como tradutor alemão de seus estudos, após ouvir o comentário de que não havia quem o fizesse depois da guerra. Esteve cético com os estudos desenvolvidos por Charcot, pois este entendia a hipnose como um estado patológico, e Freud não concordava com todas as suas afirmações. Precisava desenvolver melhor o assunto e estava certo – muitas afirmações não resistiram ao tempo, muitas permaneceram no acervo da ciência. Logo entendeu também que o tratamento

---

<sup>1</sup> Sociedade de Médicos de Viena destinada a estudos na área médica.

de eletrochoque não surtia efeito terapêutico nas doenças nervosas e, se havia algum, seriam os efeitos a partir de sugestão feita pelo médico. Passou então a dedicar-se somente à sugestão hipnótica como técnica de tratamento, direcionando-se a doenças nervosas não orgânicas (FREUD, 2006a).

A hipnose, como técnica científica, teve rejeição em seu início pelos psiquiatras, pois atuava com a sugestão médica e isso remetia ao charlatanismo para a classe, pois não se constatava cura, revelou Freud. Em consequência, havia descrédito aos profissionais que faziam uso da técnica, mas ele já estava habituado a essas descrenças. Entretanto, a técnica da hipnose tinha a sugestão médica como forma de aliviar os sintomas e funcionou por certo tempo. Os resultados apareceram e Freud revelou gostar, por um tempo, de “desfrutar da reputação de ser fazedor de milagres.” (FREUD, 2006a, p. 24).

Embora ele tivesse alcançado sucesso com a hipnose, havia duas queixas: não conseguiu hipnotizar todos os seus pacientes e não chegou ao estágio desejado de profundidade com a técnica. Revelou, contudo, que a aplicação da hipnose não se baseou exclusivamente na sugestão hipnótica. Como se identificava como pesquisador científico e tinha curiosidade médica, fazia uso da hipnose para perguntar aos seus pacientes sobre a origem de seus sintomas, pois quando estavam em vigília ofertavam respostas incompletas ou não respondiam à sua pergunta (FREUD, 2006a).

LAGACHE (1961) relata que a inclusão de perguntas por Freud ao paciente em estado hipnótico deu-se após estabelecer estreita relação de amizade e estudos com Breuer, médico austríaco, que já atuava com o hipnotismo e havia desenvolvido um método chamado catarse em um caso de sucesso, quando ainda não conhecia Freud, que nessa época era apenas estudante. Desenvolveram estima e admiração um pelo outro, chegando a publicarem juntos vários estudos sobre a histeria, e tiveram como destaque um livro, em 1895. Freud e Breuer retomaram o método catártico utilizado inicialmente por Breuer e o aplicaram para estudar a histeria. A técnica consistia em colocar o paciente no estado de sonambulismo hipnótico, em contato com cenas ou sensações traumatizantes que originaram os sintomas. Perguntas eram elaboradas por eles, médicos, a fim de que houvesse o surgimento de emoções conexas, deduzindo que a histeria teria vinculação com perturbações emocionais do passado, conteúdos que não emergiam quando o paciente estava em vigília, por rejeição da consciência (LAGACHE, 1961).

Freud, entretanto, relata no texto “Um estudo autobiográfico” (FREUD, 2006a) que desvencilhou-se do hipnotismo entendendo que deveria tratar o paciente em vigília. Sentia-se restringido no tratamento das condições de casos de histeria e alterou a técnica da catarse. Até

então, o hipnotismo não dava uma solução definitiva ao paciente, embora o colocasse em contato com fatores que não conseguia em vigília, o que era positivo. Entretanto, todos os resultados poderiam desaparecer por diversos fatores, e um deles seria pelo afastamento da relação médico e paciente. Havia um descontentamento com essa condição indefinida e cada vez mais se dedicava a criar alternativas e buscar respostas (FREUD, 2006a).

Como ocorrera que os pacientes se haviam esquecido de tantos dos fatos de suas vidas externas e internas mas podiam, não obstante, recordá-los se uma técnica específica fosse aplicada? A observação forneceu uma resposta exaustiva a essa pergunta. Tudo que tinha sido esquecido de alguma forma ou de outra fora aflitivo; fora ou alarmante ou penoso ou vergonhoso pelos padrões da personalidade do indivíduo. Foi impossível não concluir que isto foi precisamente assim porque fora esquecido - isto é, porque não tinha permanecido consciente. A fim de torná-lo consciente novamente apesar disto, foi necessário superar algo que lutava contra alguma coisa no paciente, foi necessário envidar esforços da parte do próprio paciente a fim de compeli-lo a recordar-se (FREUD, 2006a, p. 35).

Ao escrever sobre a “História do Movimento Psicanalítico” (FREUD, 2006d), Freud percebeu que os fatos traumáticos não eram exatamente esquecidos e que havia forças internas opostas no paciente para que a lembrança ou a memória não emergisse e, em estado catatônico, não seria possível estudar tais forças, criando assim a teoria da repressão. “Essa direção regressiva tornou-se uma característica importante da análise. Era como se a Psicanálise não pudesse explicar nenhum aspecto do presente sem se referir a algo do passado” (FREUD, 2006d, p.21). Além disso, observou que a hipnose ocultava a resistência e entendeu que a Psicanálise começava com a dispensa da hipnose (FREUD, 2006d).

No texto “Um estudo autobiográfico” (FREUD, 2006a) Freud, a partir da teoria da repressão, descreve o caminho dos sintomas, exatamente aqueles que levavam as pessoas a buscarem tratamento médico. Os sintomas são mecanismos de defesa por vezes inconscientes – sem conhecimento de quem apresenta os sintomas –, uma espécie de tentativa de fuga de julgamentos internos – de acordo com a personalidade do paciente. E a teoria da repressão explica internamente esse esquema de satisfação distorcida e desviada.

A teoria da repressão tornou-se a pedra angular da nossa compreensão das neuroses. Um ponto de vista diferente teve então de ser adotado no tocante à tarefa da terapia. Seu objetivo não era mais ‘ab-reagir’ um afeto que se desencaminhara, mas revelar repressões e substituí-las por atos de julgamento que podiam resultar quer na aceitação, quer na condenação do que fora anteriormente repudiado. Demonstrei meu reconhecimento da nova situação não denominando mais meu método de pesquisa e de tratamento de catarse, mas de Psicanálise (FREUD, 2006a, p.36).

Embora houvesse muitas concordâncias entre Freud e Breuer, o primeiro apresentou hipóteses e interpretações sobre a influência da sexualidade nas neuroses que Breuer não

aceitara. “Fui, assim, levado a considerar as neuroses como sendo, sem exceção, perturbações da função sexual, sendo as denominadas ‘neuroses atuais’ a expressão tóxica direta de tais perturbações e as psiconeuroses sua expressão mental.” (FREUD, 2006a, p. 31).

Durante os anos que se seguiram à publicação dos Estudos, tendo chegado a essas conclusões sobre o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses, li alguns artigos sobre o assunto perante várias sociedades médicas, mas só me defrontei com incredulidade e contradição. Breuer fez o que pôde, por mais algum tempo, para lançar na balança o grande peso de sua influência pessoal a meu favor, mas nada conseguiu, sendo fácil constatar que também ele se esquivou de reconhecer a etiologia sexual das neuroses (FREUD, 2006a, p.32).

Aliás, enfatizar a sexualidade infantil também foi algo difícil de absorção pela comunidade médica, científica e sociedade em geral. Até mesmo Freud ficou inicialmente perplexo com a capacidade fantasiosa e a prevalência da realidade psíquica de suas pacientes ao abordarem esse tema nos atendimentos terapêuticos (FREUD, 2006a).

Poucos dos achados da Psicanálise tiveram tanta contestação universal ou despertaram tamanha explosão de indignação como a afirmativa de que a função sexual se inicia no começo da vida e revela sua presença por importantes indícios mesmo na infância. E contudo nenhum outro achado da análise pode ser demonstrado de maneira tão fácil e completa (FREUD, 2006a, p.39).

Somando isso a outras incompatibilidades de pensamentos, Freud e Breuer afastaram-se. Embora Breuer nunca tenha denegrido a imagem de Freud, mesmo não concordando com ele, optou apenas por não acompanhá-lo. Freud revela que o desenvolvimento da Psicanálise custou-lhe a amizade de Breuer, mas não teve escolha – precisava seguir em frente (FREUD, 2006a).

### 3 A PRIMEIRA TÓPICA E SEUS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Freud relata na obra “Um Estudo Autobiográfico, Inibições, Sintomas e Ansiedade, Análise Leiga e outros trabalhos” (FREUD, 2006a), no capítulo “Psicanálise”, que a partir do momento que suas ideias passaram a não ser compactuadas com Breuer, inicia sua jornada sozinho, mas com a mesma dedicação, estudos e curiosidade, buscando justificar sua teoria como ciência. Por ser complexa e ele ter feito uma revisão literal de seus estudos, dividiu-a em dois momentos, que denominou de primeira e segunda tópica. A primeira teve o seu período definido entre os anos de 1900 e 1920.

Freud, que depois prosseguiu com essas investigações sozinho, fez uma alteração técnica das mesmas, substituindo a hipnose pelo método da associação livre. Ele inventou o termo ‘Psicanálise’, que no curso do tempo veio a ter dois significados: (1) um método específico de tratar as perturbações nervosas e (2) a ciência dos processos mentais inconscientes, que também é apropriadamente descrita como ‘psicologia profunda’ (FREUD, 2006a, p.260).

Esse novo método alterou o formato de seus atendimentos aos pacientes – conservou o modo deitado da hipnose no sofá, mas agora permanecia ao lado do paciente, vendo-o, sem que este o visse durante o atendimento. Para os psicanalistas ortodoxos, assim ocorre até os dias atuais (FREUD, 2006a).

Nascia, então, com a associação livre, a Psicanálise, segundo Lagache (1961). A técnica consistia em uma reeducação do paciente para lidar com suas queixas. Ele deveria “abandonar toda atitude crítica e interpretar o material produzido, dessa forma, o determinismo mental implicava que tudo o que acontecia estava em conexão com seu ponto de partida.” (LAGACHE, 1961, p.13). O paciente deveria fazer associações livres, ou seja, tudo que lhe viesse à mente deveria ser expresso, mesmo que lhe parecesse absurdo, sem conexão ou nexos e até mesmo desagradável. Essas associações remeteriam à “libertação dos afetos reprimidos. Foi à interpretação deste material, ao mesmo tempo processo de investigação e de tratamento, que Freud deu o nome de Psicanálise.” (LAGACHE, 1961, p.13).

Freud valorizava a palavra, pois é ferramenta essencial tanto para a teoria psicanalítica como para as relações interpessoais necessárias à vida em sociedade e reforça essa tese no texto “A questão da análise leiga: conversão com uma pessoa imparcial” (FREUD, 2006a).

“[...] não desprezemos a palavra. Afinal de contas, ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar pessoas. As palavras podem fazer um bem indivisível e causar terríveis feridas.” (FREUD, 2006a, p.185).

Observa-se então que, além da sexualidade, outros fatores distinguiram o entendimento de Freud e Breuer e foram exatamente essas divergências que fundamentaram a formulação da Psicanálise, dando a Freud a condição de criador dessa teoria. Embora tenham ocorrido contribuições de Breuer e outros à época, o que a define é, sem dúvida, os estudos e aprofundamentos de Freud, sustentando suas pesquisas. “As teorias da resistência e da repressão, do inconsciente, da significância etiológica da vida sexual e da importância das experiências infantis - tudo isto forma os principais constituintes da estrutura teórica da Psicanálise.” (FREUD, 2006a, p. 45).

Na obra “A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia e outros trabalhos” (FREUD, 2006d), Freud considerava-se o ‘pai’ da Psicanálise, embora houvesse rumores de que a criação dessa teoria tenha se estabelecido com Joseph Breuer por volta de 1880, quando Freud era apenas um estudante. Logo no início dessa obra, no capítulo I, *Fluctuat nec mergitur* (no brasão da cidade de Paris), Freud evidencia essa paternidade “[...] pois a psicanálise é criação minha; durante dez anos fui a única pessoa que se interessou por ela, e todo o desagrado que o novo fenômeno despertou em meus contemporâneos desabafou sobre a minha cabeça em forma de crítica.” (FREUD, 2006d, p.18).

Em atenção a Breuer, entretanto, ele chegou a declarar em 1909 que o criador da Psicanálise teria sido aquele teórico, seu amigo e parceiro, mas depois entendeu que ele, na realidade, havia contribuído com um estágio preliminar para a teoria psicanalítica em desenvolvimento.

Em 1909, no salão de conferências de uma universidade norte-americana, tive a primeira oportunidade de falar em público sobre a Psicanálise. A ocasião foi de grande importância para a minha obra, e movido por este pensamento declarei então que não havia sido eu quem criara a Psicanálise: o mérito cabia a Joseph Breuer, cuja obra tinha sido realizada numa época em que eu era apenas um aluno preocupado em passar nos exames (1880-2). Depois que fiz aquelas conferências, entretanto, alguns amigos bem intencionados suscitaram em mim uma dúvida: não teria eu, naquela oportunidade, manifestado minha gratidão de uma maneira exagerada? Na opinião deles, devia ter feito o que já estava acostumado a fazer: encarado o “método catártico” de Breuer como um estágio preliminar da Psicanálise, e a Psicanálise em si como tendo tido início quando deixei de usar a técnica hipnótica e introduzi as associações livres (FREUD, 2006d, p.18).

Lagache (1961) aponta outra descoberta que corrobora com a criação da Psicanálise por Freud – a transferência. Trata-se de uma técnica praticada pelo paciente em relação ao psicanalista, que consiste em comportar-se com este da mesma forma como ocorrera um fato na infância ou em outra fase da vida que provocara algum sintoma. Com isso, “a observação do presente colocava, assim, o observador no caminho do passado; ao mesmo tempo o paciente

aprendia a manejar emoções que não havia podido dominar no passado e das quais não pudera defender-se a não ser excluindo-as de sua consciência.” (LAGACHE, 1961, p. 14).

Freud destacou no texto “Tema da Psicanálise” (FREUD, 2006a) a necessidade de reconhecimento de três aspectos importantes na teoria: “a primeira tarefa da Psicanálise foi a elucidação dos distúrbios neuróticos. A teoria analítica baseia-se em três pedras angulares: o reconhecimento da (1) ‘repressão’, da (2) importância do instinto sexual e da (3) ‘transferência’.” (FREUD, 2006a, p. 262). A teoria psicanalítica, então, conta com a transferência – processo similar à escolha de um representante ou substituto –, com a resistência – sendo como algo que bloqueia, dificulta a aplicação da técnica analítica –, e com a teoria da repressão – que exige a necessária volta ao passado –.

Assim talvez se possa dizer que a teoria da Psicanálise é uma tentativa de explicar dois fatos surpreendentes e inesperados que se observam sempre que se tenta remontar os sintomas de um neurótico a suas fontes no passado: a transferência e a resistência. Qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar-se Psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus. Mas quem quer que aborde outros aspectos do problema, evitando essas duas hipóteses, dificilmente poderá escapar à acusação de apropriação indébita por tentativa de imitação, se insistir em chamar-se a si próprio de psicanalista. Eu me oporia com maior ênfase a quem procurasse colocar a teoria da repressão e da resistência entre as *premissas* da Psicanálise em vez de colocá-las entre as suas *descobertas* (FREUD, 2006d, p.26).

Outra questão introduzida por Freud no texto “A consciência e o que é inconsciente” (FREUD, 2006b) foi o conceito de inconsciente, que, segundo o autor, gerou divergências com os filósofos da época. Ele chamou a atenção para esclarecer esse aspecto da teoria, pois, acreditava que para quem teve formação pautada na filosofia, dificilmente absorveria a possibilidade da existência de algo psíquico inconsciente, porque seria refutável pela lógica (FREUD, 2006b).

Já no texto “Um estudo autobiográfico” (FREUD, 2006a), Freud trata do conceito de inconsciente, dizendo ser de “maneira séria” conforme se segue

Mas o estudo das repressões patogênicas e de outras manifestações que ainda têm de ser mencionadas compeliu a Psicanálise a adotar o conceito do ‘inconsciente’ de maneira séria. A Psicanálise considerava tudo de ordem mental como sendo, em primeiro lugar, inconsciente; a qualidade ulterior de ‘consciência’ também pode estar presente ou ainda pode estar ausente. Isto naturalmente provocou uma negação por parte dos filósofos, para os quais ‘consciente’ e ‘mental’ eram idênticos, e que protestaram que não podiam conceber um absurdo como o ‘mental inconsciente’. Isto, contudo, não pôde ser evitado, e essa idiossincrasia dos filósofos não merece outra coisa senão ser posta de lado com um dar de ombros. A experiência (adquirida de material patológico, que os filósofos ignoravam) da frequência e do poder de impulsos dos quais nada se sabia diretamente, e cuja existência teve de ser inferida como algum fato do mundo externo, não deixou qualquer alternativa em aberto (FREUD, 2006a, p.37).

No texto “Uma nota sobre o inconsciente na Psicanálise” (FREUD, 2006e), Freud descreve que esses momentos marcam a distinção ou o início da teoria psicanalítica efetivamente. Complementando suas delimitações, Freud ainda destacou à época a conceituação de consciente em seus estudos, contrariando novamente o entendimento da Filosofia, de que consciente é o mesmo que psíquico. “Ora, permitam-nos chamar de ‘consciente’ a concepção que está presente em nossa consciência e da qual nos damos conta, e que este seja o único significado do termo ‘consciente’.” (FREUD, 2006e, p. 277).

A Psicanálise mudava então o entendimento filosófico, a partir do texto “A consciência e o que é inconsciente” (FREUD, 2006b), partindo da premissa de que a estrutura psíquica era dividida em consciente (Cs.) e inconsciente (Ics.) e que, somente a partir dessa condição, seria possível a explicação de algumas doenças mentais e ou manifestações pertinentes à condição humana, tidas como ‘normais’. Ainda reforçou que algo inconsciente poderia se tornar latente, ou seja, vir à consciência ou vice-versa (FREUD, 2006b).

Freud, na contínua ânsia de desvendar os mistérios da mente, debruçava-se em pesquisas sobre o inconsciente e ampliava sua conceituação inicial. Têm-se então diferenciações nos conceitos de inconsciente, de acordo com a evolução dos seus estudos. A conotação de conteúdo recalcado, como inicialmente descreveu o inconsciente ao tratar da teoria da repressão, já não era completa como pensara. Começou a confirmar que havia conteúdos presentes e ausentes à consciência e tentou descrever essa dinâmica no texto “Uma nota sobre o inconsciente na Psicanálise”(FREUD, 2006e) .

Uma concepção - ou qualquer outro elemento psíquico - que se ache agora *presente* em minha consciência pode tornar-se *ausente* no momento seguinte, e *novamente presente*, após um intervalo, imutada, e, como dizemos, de memória, não como resultado de uma nova percepção por nossos sentidos. É este fato que estamos acostumados a explicar pela suposição de que, durante o intervalo, a concepção esteve presente em nossa mente, embora *latente* na consciência. Sob que forma ela pode ter existido enquanto presente na mente e latente na consciência não temos meios de adivinhar (FREUD, 2006e, p. 277).

Já no texto “A consciência e o que é inconsciente” (FREUD, 2006b) Freud diz que o estar consciente era uma condição descritiva e temporária; já o inconsciente, ou parte dele, diz Freud, poderia se apresentar latente e depois tornar-se consciente. Entretanto, existiam processos mentais muito poderosos que não chegavam à condição de consciência, porque estavam sob o que ele denominou de repressão. Introduz uma nova terminologia para o que é latente, passando a ser considerado como pré-consciente (Pcs.), já que é passível de tornar-se consciente. Mas, “como uma coisa se torna pré-consciente?” E a resposta seria: ‘Vinculando-se

às representações verbais que lhe são correspondentes.” (FREUD, 2006b, p.34). Mantém no inconsciente apenas o que é reprimido e não altera a condição de consciente. Já com os sentimentos o processo seria diferenciado.

Freud evidencia essa distinção na seguinte passagem:

Na realidade, a diferença é que, enquanto que com as ideias *Ics.* devem ser criados vínculos de ligação antes que elas possam ser trazidas para o *Cs.*, com os *sentimentos*, que são transmitidos diretamente, isto não ocorre. Em outras palavras: a distinção entre *Cs.* e *Pcs.* não tem significado no que concerne a sentimentos; o *Pcs.* aqui é posto de lado - e os sentimentos são ou conscientes ou inconscientes (FREUD, 2006b, p.36).

Neste momento Freud introduz o vínculo de pensamentos com representações verbais, ou seja, em condições de conhecimento e comunicação, reforçando a aplicação da associação livre e eliminando a hipnose como proposta de se chegar ao entendimento que a teoria psicanalítica tinha para com seus pacientes. Há uma espécie de tradução para o consciente: os pensamentos são transformados em percepções. Já as sensações e sentimentos, diferentemente, tornam-se diretamente conscientes ou, se forem impedidos, não deixarão de se apresentar - surgirão como ‘algo de excitação’ ou como ‘sentimentos inconscientes’ (FREUD, 2006b).

Freud, dando continuidade à conceituação, chegou em certo momento a considerar que o significado do termo ‘inconsciente’ na Psicanálise seria equivalente ao estado de latência (FREUD, 2006b).

No intervalo, a ideia foi... Não sabemos o quê. Podemos dizer que esteve *latente*, e, por isso, queremos dizer que era *capaz de tornar-se consciente* a qualquer momento. Ora, se dissermos que era *inconsciente*, estaremos também dando uma descrição correta dela. Aqui ‘inconsciente’ coincide com ‘latente e capaz de tornar-se consciente’. Os filósofos sem dúvida objetariam: - Não, o termo ‘inconsciente’ não é aplicável aqui; enquanto a ideia esteve em estado de latência, ela não foi algo psíquico de modo algum. - Contradizê-los neste ponto não conduziria a nada mais proveitoso que uma disputa verbal (FREUD, 2006b, p.28).

A ideia de latência foi se confirmando gradativamente em seus estudos, na medida em que se dedicou às neuroses, desconstituindo-a de inconsciente e redefinindo uma posição própria para essa condição. Passou a introduzir novos termos e afirmava que havia ideias que chegavam à consciência através do estado de latência ou da pré-consciência. E, ainda, que havia aquelas que não conseguiam penetrar na consciência, mantendo-as como conteúdos inconscientes.

Adquirimos hoje a convicção de que há algumas ideias latentes que não penetram na consciência, por mais fortes que possam se haver tornado. Assim, chamamos as ideias latentes do primeiro tipo de *pré-conscientes*, enquanto reservamos o termo *inconsciente* (propriamente dito) para o último tipo que viemos a estudar nas neuroses.

O termo *inconsciente*, que foi empregado antes no sentido puramente descritivo, vem agora a implicar algo mais. Designa não apenas as ideias latentes em geral, mas especialmente ideias com certo caráter dinâmico, ideias que se mantêm à parte da consciência, apesar de sua intensidade e atividade (FREUD, 2006e, p. 279).

Todos esses desdobramentos vieram a partir de estudos de casos e observações realizadas com seus pacientes e de troca de argumentações com outros estudiosos da época.

Outro aspecto que impulsionou a Psicanálise está no texto “A história externa da Psicanálise” (FREUD, 2006a) e relaciona-se aos sonhos. Freud percebia que o inconsciente, a repressão e outros aspectos já estudados transitavam nesse estado anímico e, assim, partiu para desvendar esse mistério. Criou mais abrangência da teoria à medida que decifrava os sonhos, chegando a escrever um livro sobre esse assunto e a elegê-lo como uma referência científica primordial de sua obra, pois percebia que os movimentos com os sonhos poderiam levá-lo a confirmações e, dessa forma, precisava confirmá-los. “Os primórdios da Psicanálise podem ser assinalados por duas datas: 1895, que viu a publicação dos Estudos sobre a Histeria de Breuer e Freud, e 1900, que testemunhou a Interpretação de Sonhos, de Freud.” (FREUD, 2006a, p.264).

A obra “A Interpretação dos Sonhos” (FREUD, 2006f) foi elaborada antes do século XX, mas publicada na virada do século, marcando o início do primeiro período de estudos da Psicanálise. Consta de vários conteúdos anteriormente discutidos com o médico Wilhelm Fliess, seu amigo, com quem ele demonstrou apreciável entendimento e cumplicidade de suas descobertas e conteúdos. Correspondeu-se por inúmeras cartas com o referido amigo, consideradas, assim como sua obra, referências de conteúdos psicanalíticos e mesmo explicativas para muitas das definições e posicionamentos até então obscuros nas obras de Freud, após sua morte. No livro, ele escreve também muitas interpretações de seus próprios sonhos (FREUD, 2006f).

Logo no capítulo I dessa obra, “A Literatura científica que trata dos problemas dos sonhos” (FREUD, 2006f), Freud revela que os sonhos são conteúdos já estudados ou observados desde os primórdios da civilização e que a Filosofia preocupou-se em desconstituir algumas crenças, mas pouco se havia avançado no assunto até então, embora vários autores tivessem se dedicado ao tema.

Antes da época de Aristóteles, como sabemos, os antigos consideravam o sonho não como um produto da mente que sonhava, mas como algo introduzido por uma instância divina; e, já então, as duas correntes antagônicas que iremos encontrar influenciando as opiniões sobre a vida onírica em todos os períodos da história se faziam sentir. Traçou-se a distinção entre os sonhos verdadeiros e válidos, enviados ao indivíduo adormecido para adverti-lo ou predizer-lhe o futuro, e os sonhos vãos,

falazes e destituídos de valor, cuja finalidade era desorientá-lo ou destruí-lo (FREUD, 2006f, p. 41).

Aristóteles pretendeu demonstrar que os sonhos não eram proporcionados pela divindade, mas sim pelos espíritos ‘demoníacos’, pois estes estavam ligados à natureza e esta não é divina, mas ‘demoníaca’. Os sonhos não eram trazidos pelo sobrenatural; eles eram a atividade mental de quem dorme, quando estavam adormecidos (FREUD, 2006f).

Freud menciona também nesse primeiro capítulo que procurou desconstruir algumas afirmações infundadas e mostrar que a Psicanálise, se aplicada, poderia mudar esse entendimento – de que o sonho é de propriedade do sujeito e não adquirido por forças externas.

[...] existe uma técnica psicológica que torna possível interpretar os sonhos, e que, quando esse procedimento é empregado, todo sonho se revela como uma estrutura psíquica que tem um sentido e pode ser inserida num ponto designável nas atividades mentais da vida de vigília. (FREUD, 2006f, p. 39).

Havia, entretanto, alguns estudiosos<sup>2</sup> sobre o tema que procuravam derrubar a ideia de atividade psíquica nos sonhos, mas sem muita fundamentação, embora produzissem apreciáveis observações para os estudos e análises de Freud. As fontes dos sonhos sempre foram motivos de pesquisa. Chegou-se à identificação de quatro, assim citadas:

Qualquer enumeração completa das fontes dos sonhos leva ao reconhecimento de quatro tipos de fonte, e estes também têm sido utilizados para a classificação dos próprios sonhos. São eles: (1) excitação sensoriais externas (objetivas); (2) excitações sensoriais internas (subjetivas); (3) estímulos somáticos internos (orgânicos); e (4) fontes de estimulação puramente psíquicas (FREUD, 2006f, p. 59).

Outra fonte dos sonhos citada por Freud é a experiência infantil e, por isso, muitas vezes não é acessível de imediato à memória ou recordado em estado de vigília. Especula-se que isso esteja inclusive relacionado ao fato de que “os sonhos não produzem mais do que *fragmentos* de reproduções” (FREUD, 2006f, p. 58).

Os sonhos, como fonte de pesquisa científica, afirmava Freud, partem do pressuposto de que “eles são produtos de nossas próprias atividades mentais.” (FREUD, 2006f, p.84). Portanto, revelam-se por vezes com imagens virtuais, pelos sentidos, expressam-se por representações e pensamentos, resíduos de representações verbais, além de apresentarem-se com mesclagem de representações visuais e acústicas. Em seu texto “A análise dos Sonhos” (FREUD, 2006g), Freud afirma que não é incorreta a afirmação de que os sonhos alucinam e que há crença nessas alucinações, entretanto, ao acordar, aplica-se o senso crítico e percebe-se

---

<sup>2</sup> Marquês d’Hervey de Saint-Denys, Myers, Johan Stårcke.

que o que ocorreu foi só um “sonho”, explica Freud. Isso, inclusive, é o que diferencia sonho de devaneio, pois neste não há distinção da realidade

As ideias oníricas são de caráter alucinatório; despertam a consciência e recebem crédito. Essa é a característica mais importante do sono. Manifesta-se de pronto quando há momentos alternantes de sono [e vigília]. A pessoa fecha os olhos e alucina; torna a abri-los e pensa com palavras (FREUD, 2006g, p. 401).

Freud se debruçou também na questão moral dos sonhos e novamente divergências de estudiosos se postaram, mas não se sustentavam a partir das suas críticas e pontuações de outros pares, é o que revela em seu texto “O sentido moral dos sonhos” (FREUD, 2006f). Um fato chama a atenção de Freud referente aos afetos que ‘circulam’ nos sonhos, pois estes podem ser reais, embora não sejam expressos em vigília.

Isso nos chama a atenção para o fato de os *afetos* nos sonhos não poderem ser julgados da mesma forma que o restante de seu conteúdo; e nos confrontamos com o problema de determinar que parte dos processos psíquicos que ocorrem nos sonhos deve ser tomada como real, isto é, que parte tem o direito de figurar entre os processos psíquicos da vida de vigília (FREUD, 2006f, p.109).

Garcia-Roza (2009), inclusive, pontua que os pensamentos que compõem os sonhos são os mesmos de quando em vigília e é por isso que eles sofrem o efeito da distorção, exatamente para diferenciá-los e não serem identificados pela consciência.

Freud ao escrever o capítulo “A Psicologia dos processos oníricos” (FREUD, 2006h), afirmava ser impossível garantir o conhecimento integral dos sonhos. Suas possíveis lembranças já foram mutiladas pela interpretação e pela própria memória, pois a recordação, como já mencionado, apresenta-se em fragmentos. Além disso, suspeita-se que os sujeitos possam falseá-los em seus relatos, incluir material até então inexistente nos sonhos, alterando o conteúdo original, não de forma arbitrária como os autores anteriores pensavam ser, mas com determinismo e sem lacunas, pois se não for possível à uma cadeia de pensamentos intervir com um determinado elemento, outra o fará em substituição. “É verdade que distorcemos os sonhos ao tentar reproduzi-los; aí reencontramos em ação o processo que descrevemos como a elaboração secundária (e muitas vezes, mal formulada) do sonho pela instância encarregada do pensamento normal.” (FREUD, 2006h, p.542).

Não se deve esquecer que, na interpretação de um sonho, tem-se como oponentes as forças psíquicas que foram responsáveis por sua distorção. É numa relação de forças, portanto, que se determina se nosso interesse intelectual, nossa capacidade de autodisciplina, nossos conhecimentos psicológicos e nossa prática de interpretar sonhos irão habilitar-nos a dominar nossas resistências internas (FREUD, 2006h, p.552).

Há dois registros dos sonhos em relação ao seu conteúdo – o que está inconsciente e o que foi relatado ao intérprete –. A interpretação é o caminho para se chegar ao sentido do relato do sonho, pois ocorre a partir do uso da linguagem e não das imagens oníricas do sonhador, mas sim como ele as descreve. A linguagem para Freud não é lugar transparente, mas sim de ocultamento, então, Garcia-Roza menciona que “o sentido que se apreende oculta um outro sentido mais importante, e essa importância será tanto maior quanto maior for a articulação entre a linguagem e o desejo.” (GARCIA-ROZA, 2009, p.66). Por isso, Freud preocupa-se com a habilidade e o preparo do intérprete – não é possível só querer sê-lo, tem que ter capacidade para tal.

Freud trouxe outro aspecto importante para análise em seu texto “A Psicologia dos processos oníricos” (FREUD, 2006h), que é em relação à memória. Em regra não há garantias da memória, mas é dado muito crédito aos dados gerados por ela, mesmo não sendo justificável. “A dúvida sobre a exatidão do relato de um sonho ou de certos pormenores dele é também um derivado da censura onírica, da resistência à irrupção dos pensamentos oníricos na consciência.” (FREUD, 2006h, p.543).

O austríaco enfatizava que a resistência gera dúvida no material admitido na consciência, pois se vincula apenas aos conteúdos mais frágeis e indistintos que nunca atacam os elementos mais intensos dos sonhos. Denuncia que a Psicanálise é justificadamente desconfiada, que tudo que interrompe o processo analítico é tido como resistência e que o esquecimento, por exemplo, pode ser considerado como algo estratégico nesse processo. “Não obstante, não existe entre minha atividade interpretativa e meus pensamentos de vigília o abismo psíquico que as autoridades supõem para explicar o esquecimento dos sonhos.” (FREUD, 2006h, p.548). Ainda, tratando de esquecimentos, revela que não só os sonhos são esquecidos ou são quantitativamente mais numerosos que outros atos mentais em mesma situação e podem ser retidos tanto quanto aqueles na memória.

Outro ponto de observação foi posto por Freud em relação à resistência. Trata-se de que à noite seu poder de ação torna-se ameno proporcionalmente ao estado de vigília, a ponto de permitir que os sonhos apareçam mesmo que distorcidos, ou seja, há incidência da resistência nos sonhos, mas não a ponto de impedi-los de existir. “Diz-nos a psicologia descritiva que o principal *sine qua non* para a formação de sonhos é que a mente esteja em estado de sono; e agora podemos explicar esse fato; *o estado de sono possibilita a formação de sonhos porque reduz o poder da censura endopsíquica.*” (FREUD, 2006h, p.553). Mas Freud, insatisfeito com essa afirmativa, em seguida corrige essa informação, pois a psicologia dos sonhos aceita outras formas de formação dos sonhos e assim ele irá demonstrar.

Com todos esses estudos sobre os sonhos, mas sem finalizá-los, ao final do capítulo, Freud faz um resumo de suas descobertas até aqui.

Os sonhos são atos psíquicos tão importantes quanto quaisquer outros; sua força propulsora é, na totalidade dos casos, um desejo que busca realizar-se; o fato de não serem reconhecíveis como desejos, bem como suas múltiplas peculiaridades e absurdos, devem-se à influência da censura psíquica a que foram submetidos durante o processo de sua formação; à parte a necessidade de fugir a essa censura, outros fatores que contribuíram para sua formação foram a exigência de condensação de seu material psíquico, a consideração a sua representabilidade em imagens sensoriais e - embora não invariavelmente - a demanda de que a estrutura do sonho possua uma fachada racional e inteligível (FREUD, 2006h, p. 560).

Garcia-Roza (2009) entende, com isso, que o meio pelo qual o desejo citado por Freud pode vir a submergir é a partir da transposição da barreira criada – censura –, mas de forma distorcida, como é o sonho manifesto ou os sintomas. É a esse trabalho de distorção que Freud dá o nome de “elaboração onírica” ou “trabalho do sonho” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 66).

Sobre esse assunto, Freud já indica na introdução do livro “A Interpretação dos Sonhos” (FREUD, 2006f), a partir dos estudos sobre os sonhos, que desenvolveu o que viria a ser destaque fundamental em seus estudos, marcando a primeira grande descoberta da Psicanálise – a descoberta da “distinção entre os dois diferentes modos de funcionamento psíquico, os processos primário e o secundário.” (FREUD, 2006f, p. 21).

Garcia-Roza (2009) contribui esclarecendo que “é nos sonhos e nos sintomas que os processos primários se apresentam de forma privilegiada para Freud, enquanto o pensamento da vigília, a atenção, o raciocínio e a linguagem são exemplos de processos secundários.” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 58). O autor complementa que o sonho é o exemplo claro do processo primário para Freud, já que reduz as necessidades orgânicas e desliga-se de estímulos externos.

Freud passou a tecer esclarecimentos sobre o aparelho psíquico a partir de suas conclusões com esses estudos. Mais que isso, ele queria deixar claro que tudo se estruturava no psíquico e nada (anatomia, neurologia e qualquer outra especialidade da Medicina) era mais relevante que a mente humana. Inicialmente, explicou o aparelho psíquico usando estimulações sensoriais, mas logo se desfez dessa abordagem, entregando-se a terminologias mais adequadas à psique.

Garcia-Roza (2009) aponta que o momento de rompimento da Psicanálise com a Neurologia foi exatamente a interpretação dos sonhos, pois se deixa para trás a conexão de neurônios catexizados como tentativa de explicação desse fenômeno e passa-se a enfatizar o relato do sonho, o sentido a ser interpretado e o que pode significar a comunicação indireta de

um sonhador; a Psicanálise, a partir daí, articula-se definitivamente com a linguagem (GARCIA-ROZA, 2009).

No texto sobre “A regressão” (FREUD, 2006h), Freud começa a desenhar o aparelho psíquico diferentemente.

Por conseguinte, retrataremos o aparelho psíquico como um instrumento composto a cujos componentes daremos o nome de “instâncias”, ou (em prol de uma clareza maior) “sistemas”. Pode-se prever, em seguida, que esses sistemas talvez mantenham entre si uma relação espacial constante, do mesmo modo que os vários sistemas de lentes de um telescópio se dispõem uns atrás dos outros. A rigor, não há necessidade da hipótese de que os sistemas psíquicos realmente se disponham numa ordem *espacial* (FREUD, 2006h, p.563).

Para explicar a relevância da disposição dos sistemas no aparelho psíquico, Freud cita no texto que esse aparelho tem um sentido e uma direção e, portanto, que os processos psíquicos seguem dos estímulos sensórios, internos e externos, às percepções motoras. As percepções sentidas nesse aparelho são denominadas traços mnêmicos, por serem capturadas e desenvolverem um esquema de associações que alimentará a função da memória (FREUD, 2006h).

Garcia-Roza (2009) contribui esclarecendo a necessidade da distinção dos dois sistemas nas extremidades do aparelho psíquico, embora interligados. Freud percebeu que ao receber estímulos havia também o registro desses, mas não seria possível manter as duas funções – capturar e reter tais estímulos – no mesmo sistema, por isso a necessidade de distingui-los. Então, um sistema estaria permanentemente aberto ao recebimento dos estímulos, percebendo-os, mas sem registrá-los, e o outro sistema, para armazená-los na memória. E o armazenamento ocorria de forma facilitada. “Uma associação ocorre tanto pela diminuição das resistências quanto pelo estabelecimento de caminhos facilitadores.” (GARCIA-ROZA, 2009, p.80). Entretanto, Freud não estava satisfeito com tal formulação, salienta o autor.

E logo Freud deixa de lado a contextualização dos sistemas citados, pois não contemplavam os sonhos e outros elementos psicológicos já identificados, e passa a falar de instâncias, ampliando e adequando suas funções ao contexto psicanalítico, aspectos abordados ainda no texto da “Regressão” (FREUD, 2006h). Revelou a existência de uma instância, que ele a caracterizou como crítica, sendo aquela que conduz a vida do sujeito e seu estado de vigília, direcionando suas ações voluntárias e também as conscientes. Assim, associando ao raciocínio anterior, essa instância estaria na extremidade motora do aparelho psíquico, sendo que Freud a identificou como pré-consciente (Pcs), capaz de avaliar a ‘chegada’ de estímulos excitatórios à consciência (FREUD, 2006h).

[...] só nos foi possível explicar a formação dos sonhos arriscando a hipótese de existirem duas instâncias psíquicas, uma das quais submeteria a atividade da outra a uma crítica que envolveria sua exclusão da consciência. A instância crítica, concluímos, tem uma relação mais estreita com a consciência do que a instância criticada, situando-se como uma tela entre esta última e a consciência (FREUD, 2006h, p.567).

A outra instância estaria por trás dessa instância crítica, nomeando-a como criticada. Aí estaria o sistema inconsciente, que não se liga à consciência diretamente, e sim por intermédio daquela denominada pré-consciente. O Pcs funciona então como uma ponte de ligação entre aquelas instâncias, inconsciente e consciente, porém, não apenas como uma vinculação simplesmente, mas intervindo com modificações naquilo que o inconsciente envia à consciência.

Lagache (1961) explica ainda que esses conteúdos que vão do Ics ao Pcs se submetem a um processo chamado de censura – função regulamentadora da passagem do conteúdo inconsciente ao pré-consciente, aceitando ou rejeitando os conteúdos recalçados inicialmente. O pré-consciente liga-se, por sua vez, ao consciente, e neste há o ajuste da censura, a checagem e a confirmação de suas decisões, pois, “somente a consciência pode chegar a libertar os processos mentais, ao menos por um momento, da influência do inconsciente.” (LAGACHE, 1961, p. 35).

Foi nesse período que as palavras inconsciente e consciente deixaram de ser aplicadas como adjetivos e passaram a efetivamente substantivos, com dimensões de sistemas no aparelho psíquico (GARCIA-ROZA, 2009).

Lagache (1961) sintetiza que o período entendido como o início da Psicanálise, propriamente dito, apesar de já se mostrar diferenciando-se dos demais estudos da época, ocorreu em 1900, quando Freud publicou seu trabalho teórico sobre “A Interpretação dos Sonhos”, no qual teve a oportunidade de revelar em destaque sua concepção do aparelho psíquico atuando na regulação das tensões, sua composição por dois sistemas – o inconsciente, caracterizado pelo processo primário, e o pré-consciente, caracterizado pelo processo secundário –, ora regidos pelo princípio do prazer, ora pelo princípio da realidade (LAGACHE, 1961).

Freud no texto “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 2006i), esclarece que o princípio do prazer é substituído pelo princípio de realidade, pois é incapaz de proporcionar a autoconservação quando em contato com as dificuldades do mundo externo, tornando-se assim perigoso para o indivíduo. O princípio de realidade, entretanto, não se afasta do prazer, embora provoque o seu adiamento e dificulte a sua obtenção. Há a substituição do princípio do prazer

pelo de realidade, objetivando controle e proteção, mas em situação específica de conflito e experiências desagradáveis. Entretanto, o princípio do prazer não desaparece por completo; se apresenta através dos instintos sexuais, que, segundo Freud, são “difíceis de ‘educar’” (FREUD, 2006i, p.20) e, através desses, consegue vencer o princípio de realidade.

Esse último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer (FREUD, 2006i, p. 20).

Tratando-se do processo primário, e, portanto, regido pelo princípio do prazer, Freud cita no Capítulo que trata “Os Processos Primário e Secundário – Recalcamento” (FREUD, 2006h) que o seu funcionamento é a partir da percepção de algo doloroso, de desprazer. Há a absorção do estímulo inicialmente doloroso e imediatamente é iniciado um procedimento de descarga motora, para excluir a percepção do desconforto e da dor. Na medida em que essa percepção ressurge, esse movimento de fuga reaparece também com o objetivo de estancar a percepção da dor, como se essa situação não existisse. Isso ocorrerá porque haverá no aparelho primitivo um propósito de anular a imagem mnêmica aflitiva, evitando que a sensação de desprazer retorne. O primeiro sistema- $\Psi$  (sistema psíquico) é incapaz de lidar com o desagradável em seus pensamentos e, por isso, só lida com desejos (FREUD, 2006h).

A evitação da lembrança que não passa de uma repetição da fuga anterior frente à percepção, é também facilitada pelo fato de que a lembrança, diversamente da percepção, não possui qualidade suficiente para excitar a consciência e assim atrair para si uma nova catexia. Essa evitação de lembrança de qualquer coisa que um dia foi aflitiva, feita sem esforço e com regularidade pelo processo psíquico, fornece-nos o protótipo e o primeiro exemplo do *recalcamento psíquico* (FREUD, 2006h, p.623).

O processo secundário ou o segundo sistema- $\Psi$  também tem regulação do princípio do desprazer. “Retenhamos isto firmemente, pois é chave de toda a teoria do recalque: *o segundo sistema só pode catexizar uma representação se estiver em condições de inibir o desenvolvimento do desprazer que provenha dela.*” (FREUD, 2006h, p. 624). Em regra, o segundo sistema necessariamente corrige o primeiro sistema. No processo primário, busca-se processar com os estímulos a identificação perceptiva de satisfação e, o secundário, atua com o processamento do pensamento, ou seja, apenas com a lembrança de uma vivência.

Lagache (1961) sintetiza os conceitos dos sistemas inconsciente e pré-consciente reforçando a diferenciação traçada por Freud, da seguinte maneira:

O sistema inconsciente é a sede dos impulsos inatos e dos desejos e lembranças recalçados; regidos pelo princípio do prazer, os ‘processos primários’ caracterizam-

se por uma energia móvel, que tende à descarga e desloca-se ou condensa-se facilmente sobre os objetos e as ideias, sem consideração para com as normas do pensamento racional e objetivo (sonhos). O sistema pré-consciente é a sede das operações mentais conhecidas em psicologia, da capacidade de aprender e das aquisições que são seu fruto; latentes, mas disponíveis, os processos secundários são regidos pelo princípio da realidade; a energia que o caracteriza é ‘ligada’, as operações características são a inibição do impulso, o adiamento da descarga, o ajuste à realidade. (LAGACHE, 1961, p. 35).

O sistema pré-consciente, complementa Nasio (1995), busca também o prazer<sup>3</sup>, porém, diferentemente do sistema inconsciente. As representações pré-conscientes fazem uso das palavras – utilizam das suas imagens acústica, gráfica ou gestual de escrita – e as representações conscientes são, na realidade, representantes de coisas, ligadas às palavras para descrevê-las. “A imagem acústica de uma palavra, por exemplo, associa-se a uma imagem mnêmica visual da coisa para lhe conferir um nome, marcar sua qualidade específica e, assim, torná-la consciente.” (NASIO, 1995, p. 21). E como resultado, há também diferenças – o sistema inconsciente obtém prazer parcial embora busque o absoluto; e o pré-consciente/consciente obtém o que procura, que é o prazer moderado.

Nasio (1995) faz também a leitura sobre o desprazer na teoria de Freud de forma bem objetiva e até mesmo incômoda para alguns leitores, dizendo que o desprazer é inevitável enquanto houver vida. Assim “não nos esqueçamos de que o estado de tensão desprazeroso e penoso não é outra coisa senão a chama vital de nossa atividade mental; desprazer, tensão e vida são eternamente inseparáveis.” (NASIO, 1995, p.18). Resumindo, a tensão no psiquismo não desaparece e, conseqüentemente, o prazer nunca será absoluto. Significa dizer que o ser humano precisa necessariamente estar insatisfeito ou incomodado para viver. Os motivos para tais posicionamentos são os seguintes: a fonte psíquica de excitação é inesgotável e demanda, conseqüentemente, que a tensão seja reativada incessantemente. As reações a essa excitação ocorrem por representação de ação e nunca pela ação concreta, portanto, não há como descarregar toda a energia. Complementando, há o recalçamento, considerado por Freud como a intervenção mais relevante nesse estado de tensão interminável. (NASIO, 1995).

A cronologia foi importante na definição nominal dos processos. No texto “Os Processos Primário e Secundário – Recalçamento” (FREUD, 2006h) consta que o primário tem conotação de prioridade, segundo Freud. Os processos primários estão presentes desde o início da vida anímica, enquanto os secundários surgem depois, sobrepondo-se aos primários, e continuam se desenvolvendo por muito tempo. Devido ao desenvolvimento tardio, “o âmago

---

<sup>3</sup>A noção freudiana de prazer deve ser entendida no sentido econômico (quantitativo) de “baixa da tensão”. É o sistema inconsciente que, através de uma descarga parcial, encontra prazer em aliviar sua tensão (NASIO, 1995, p.23).

de nosso ser, que consiste em moções de desejos inconscientes, permanece inacessível à compreensão e à inibição pelo pré-consciente” ou seja, de difícil acesso. (FREUD, 2006h, p. 626).

Complementando, Garcia-Roza (2009) esclarece que aqueles processos psíquicos que parecem irracionais são processos primários que não tiveram sua energia inibida pelo pré-consciente e aparecem sob a forma de sonhos, atos-falhos, sintomas. Já os outros impulsos, provavelmente representantes de estímulos infantis, manter-se-ão recalçados por serem incompatíveis com o processo secundário, ou seja, a maioria dos traços mnêmicos permanecerá inconsciente, porque não passará pelo crivo do pré-consciente. Reforça que, posteriormente, Freud afirmará que os impulsos não poderão ser inibidos ou destruídos e que a liberação dos afetos envolvidos nestes é que causará o desprazer (GARCIA-ROZA, 2009).

Freud, ao escrever em 1901 “Sobre os Sonhos” (FREUD, 2006h), faz uma síntese bem clara do vínculo desses sistemas com a interpretação dos sonhos. No estado anímico há duas instâncias responsáveis pela formação do pensamento, sendo que a produção da segunda tem livre acesso à consciência, enquanto o conteúdo da primeira se vê inconsciente, salvo se passar pela segunda para alcançar a consciência. Entre ambas há um filtro, que ele chama de censura, cuja função é liberar somente aquilo que traz satisfação. O conteúdo desagradável mantém-se num estágio de recalçamento. Uma das possibilidades de inversão ou redução da rigidez dessa censura é o estado de sono, pois, nesse momento, há uma espécie de relaxamento desse limitador de censura, que oportuniza ao conteúdo recalçado passar à consciência, porém, com critérios e compromissos. Uma das formas de compromisso aplicada é a passagem do conteúdo através dos processos de condensação, deslocamento ou associações superficiais. Quando o estado de sono termina, a censura volta com seu *status* bloqueador e acredita-se que, por isso, na maioria das vezes, não há lembrança clara dos conteúdos dos sonhos (FREUD, 2006h).

Os dois sistemas psíquicos, a censura na passagem entre um e outro, a inibição e a superposição de uma atividade pela outra, as relações de ambas com a consciência - ou quaisquer que sejam as interpretações mais corretas dos fatos observados a tomar seu lugar - tudo isso faz parte da estrutura normal de nosso instrumento anímico, e os sonhos nos mostram um dos caminhos que levam à compreensão de sua estrutura (FREUD, 2006h, p. 630).

Garcia-Roza (2009) esclarece que a condensação funciona como uma espécie de síntese do conteúdo latente do sonho, expressando-se como manifesto; mas o contrário nunca ocorre, pois o conteúdo manifesto jamais será maior que o latente. Esse tipo de mecanismo apresenta-se também através de esquecimentos de palavras, piadas. Já o mecanismo de deslocamento funciona como um elemento de alusão ao elemento latente ou dá ênfase a um elemento que não

tenha tanta importância, retirando a ênfase no elemento de maior relevância. Reforça que “o sonho que recordamos após o despertar e que relatamos ao intérprete foi submetido a uma deformação cujo objetivo é proteger o sujeito do caráter ameaçador dos seus desejos.” (GARCIA-ROZA, 2009, p.63). O autor entende então que há dois registros: o que está inconsciente e o que foi relatado ao intérprete. A interpretação é o caminho para se chegar ao sentido do relato do sonho, pois ocorre a partir do uso da linguagem e não das imagens oníricas do sonhador, mas sim como as descreve.

Assim, retificando e complementando o descrito por Lagache, Freud trata do sistema Pcs no texto sobre “O Inconsciente e a Consciência - Realidade” (FREUD, 2006h) como uma espécie de tela entre o Ics e Cs. Funciona não apenas como um bloqueador à consciência, mas também como o controlador da motilidade voluntária e distribuidor do que é denominado como atenção. Define o sistema de consciência ao final como “um órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas.” (FREUD, 2006h, p. 637).

É contínuo o desenvolvimento da teoria psicanalítica e Freud observa que há ainda muitas questões a serem esclarecidas. Abandona a classificação de ideias inconscientes e pré-conscientes e atenta-se para as relações funcionais psíquicas. Percebe que há atividade pré-consciente, que passa a consciente sem dificuldades, e há atividade inconsciente, que permanece como tal, afastada da consciência. Apontou o estado de inconsciência como primeva:

A inconsciência é uma fase regular e inevitável nos processos que constituem nossa atividade psíquica; todo ato psíquico começa como um ato inconsciente e pode permanecer assim ou continuar a evoluir para a consciência, segundo encontra resistência ou não. A distinção entre atividade pré-consciente e inconsciente não é primária, mas vem a ser estabelecida após a repulsão ter surgido. Somente então a diferença entre ideias pré-conscientes, que podem aparecer na consciência e reaparecer a qualquer momento, e ideias inconscientes, que não podem fazê-lo, adquire um valor tanto teórico quanto prático (FREUD, 2006e, p. 281).

Tentando decodificar essa reformulação para melhor entendimento, Freud, no texto “Uma nota sobre o inconsciente na Psicanálise” (FREUD, 2006e), faz uso de uma analogia que ele chama de grosseira, mas que produz clareza: o sistema de uma fotografia comum – inicialmente, toda fotografia está no modo ‘negativo’, e, se estiver adequada, torna-se revelável, mudando para o modo ‘positivo’. Assim, seria a relação da atividade consciente com a inconsciente. (FREUD, 2006e, p. 281).

Tudo o que é consciente tem um estágio preliminar inconsciente, ao passo que aquilo que é inconsciente pode permanecer nesse estágio e, não obstante, reclamar que lhe seja atribuído o valor pleno de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira

realidade psíquica; em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais (FREUD, 2006h, p. 634).

Os impulsos, que formulam os sonhos, exemplifica Freud no texto “Realização de desejos” (FREUD, 2006h), estão ligados inicialmente ao sistema inconsciente, mas essa formulação compõe-se também dos pensamentos oníricos no pré-consciente. Mais tarde, depois de analisar a representabilidade dos sonhos, as elaborações e a incidência de desejos nestes, Freud revela que “há razões para continuarmos um pouco em nossa apreciação do desejo como a única força impulsora psíquica para a formação dos sonhos.” (FREUD, 2006h, p.593). Isso explica a ideia inicial dos impulsos que formulam os sonhos estarem ligados ao sistema inconsciente, pois os desejos são produtos desse sistema.

Então o desejo, explica Freud, é o que coloca o aparelho psíquico em movimentação, partindo de sensações de desprazer para o prazer. Ele reforça ainda que os sonhos são sempre realizações de desejos e, os infantis, são-lhes forças propulsoras indispensáveis (FREUD, 2006h).

Os desejos são as fontes de interpretação dos psicanalistas, diz Garcia-Roza: “[...] a psicanálise vai procurar exatamente a verdade do desejo. Sua função é fazer aparecer o desejo que o discurso oculta, e esse desejo é o da nossa infância, com toda a carga de interdições a que é submetido.” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 66).

Já os estímulos externos para Freud, em seu texto “Os processos primário e secundário – recalçamento” (FREUD, 2006h), não são fontes dos sonhos, mas têm significativa presença, pois possibilitam a revivificação de conteúdos armazenados na memória do sonhador, o que os torna relevantes.

Depois de transportar suas conclusões para o estado anímico, Freud passa a interpretar alguns sintomas de seus pacientes através desse viés, pois vê similaridades dos sonhos com sintomas típicos de doenças mentais. Entretanto, percebe que a aplicação dessa interpretação não se limita a quadros patológicos. Ele conclui, então, que os sonhos atuam em todos os tipos de pessoas, sem exceção, e são passíveis de elucidar o funcionamento psíquico das pessoas tidas como normais e as ‘anormais’. “*A interpretação dos sonhos é a via real para o conhecimento das atividades da vida anímica.*” (FREUD, 2006h, p.631).

Garcia-Roza (2009) faz a seguinte ponderação sobre uma pessoa sadia a partir dos enunciados de Freud: “é virtualmente um neurótico, só que os únicos sintomas que ela consegue produzir são os seus sonhos. Assim, os sonhos não são apenas a via privilegiada de acesso ao

inconsciente, eles são também o ponto de articulação entre o normal e o patológico.” (GARCIA-ROZA, 2009, p.63).

Os sonhos, a loucura e os sintomas neuróticos obedecem à mesma forma de produção, podendo todos ser vistos como formas distorcidas de realizações de desejos inconscientes ou, pelo menos, como expressão do conflito entre esses desejos e a estrutura mental que reage a ele (GARCIA-ROZA, 2009, p. 88).

Entretanto, a caminhada de Freud em desbravar os mistérios do aparelho psíquico não havia chegado ao fim. Era preciso pesquisar com mais profundidade o que motivava o inconsciente, a censura, a absorção de estímulos externos, os desejos, e como ocorria a interação de tudo descoberto até então no aparelho psíquico. Os sonhos eram apenas uma das possibilidades.

Nasio (1995) faz uma rápida recapitulação que reforça a necessidade de novos avanços por Freud. Como já dito, o aparelho psíquico objetiva reduzir a tensão e descarregar energia, mas isso não é possível porque a estimulação é endógena e infinda. Considerando o que Freud conceitua como prazer, fica claro que não há estado de prazer constante, vive-se de expectativa desse estado. O processo de recalçamento na realidade corrobora com essa estimulação, pois aumenta a tensão e tenta provocar a liberação de conteúdos que nem sempre são liberados, mas quando ocorrem, vêm em formatos deturpados, e isso impede o prazer em sua totalidade. Ocorre que o recalçamento não é o único meio da busca do prazer, pois existem diferentes tipos de descarga de energia com esse objetivo. E ele reforça alguns exemplos já citados e complementa o da forma mediata e parcial – que é pela via da transposição do material recalçado –; há a forma mediata e controlada – que é pela via intelectual através de palavras, pensamentos – e, também uma última, ainda não citada, que é como descarga imediata, hipotética e total identificada por Freud, como a pulsão sexual, capaz de proporcionar o prazer absoluto almejado, diferentemente do que ocorre com o psiquismo (NASIO, 1995).

As pulsões sexuais são múltiplas, povoam o território do inconsciente, e sua existência remonta a um ponto longínquo de nossa história, desde o estado embrionário, só vindo a cessar com a morte. Suas manifestações mais marcantes aparecem durante os primeiros cinco anos de nossa infância (NASIO, 1995, p.33).

O aspecto da sexualidade retorna agora com um contexto diferenciado, aprofundado e fundamentado como um propulsor de ações humanas, inegavelmente perceptível em alguns quadros patológicos e na vida psíquica de pacientes tidos como normais.

Existem outros obstáculos, com o mesmo propósito de bloqueio que o recalçamento, que são a fantasia e a sublimação. Nasio explica que a sublimação é um movimento de desvio

do alvo sexual idealizado (o incesto, como já citado), efetuado pela pulsão sexual para outro alvo com valor social. Já no caso da fantasia, a mudança se processa não na mudança de trajeto para alcançar o prazer, mas no seu objeto. Há a introjeção do objeto real até que ele se transforme em fantasia, como numa espécie de processo ilusório e, assim, consegue-se o prazer sexual almejado, enganando a pulsão com o objeto fantasiado. Essa consecução só é possível a partir do que Freud chamou de narcisismo. O eu-pulsão sexual ama o eu-objeto sexual como sendo um amar a si mesmo, mas como um objeto sexual. “O amor narcísico do eu<sup>4</sup> por ele mesmo, enquanto objeto sexual, está na base da constituição de todas as nossas fantasias. Por isso, podemos concluir que a matéria das fantasias é, sempre e inevitavelmente, o eu.”(NASIO, 1995, p. 38). E que o amor narcísico sempre terá primazia em relação ao amor objetal.

Ocorre então, segundo Nasio (1995), uma nova reformulação de Freud ao perceber que num determinado momento o objeto externo, o objeto sexual e o eu são a mesma coisa e se definem como objeto da pulsão. Dessa forma, Freud entendeu que a dimensão é ampla e propõe o termo pulsão da vida para se referir aos movimentos libidinais direcionados ao eu e ao objeto sexual externo. “O alvo das pulsões de vida é a ligação libidinal, isto é, o atamento dos laços, por intermédio da libido, entre nosso psiquismo, nosso corpo, os seres e as coisas.” (NASIO, 1995, p. 44). Em contraposição à pulsão de vida, há a pulsão de morte, que faz exatamente o movimento inverso, ou seja, desligar a libido dos objetos provocando ou procurando levar o sujeito ao estado de tensão zero, ao silêncio, ao estado inorgânico. O autor chama a atenção de que isso nem sempre deve ser considerado negativo.

Observa-se então que Freud ainda irá avançar nos processos do aparelho psíquico e que as definições das instâncias de Ics, Pcs e Cs são na realidade partes dessa estrutura. Não respondem a todas as questões psíquicas e conteúdos elaborados até aqui, interação, demandando a necessidade de novos investimentos na teoria. Toda essa reviravolta provocada por Freud em relação ao tratamento das doenças nervosas, a busca pelo entendimento da funcionalidade psíquica e a introdução da interpretação dos sonhos aplicada à vida anímica foram só o começo. E ele não tem qualquer dificuldade em abandonar alguns conceitos e reformulá-los, pois diz que é necessária a substituição se essa parece estar mais próxima da ‘realidade desconhecida’ (FREUD, 2006h, p. 632).

A obra de Freud, como já explicitado, divide-se em dois momentos marcantes de estudos do aparelho psíquico, os quais ele nomeou primeira e segunda tópica. A primeira tópica

---

<sup>4</sup>Retomado por Sigmund Freud, esse termo designou, num primeiro momento, a sede da consciência. O eu foi então delimitado num sistema chamado primeira tópica (ROUDINESCO, 1998, p. 210).

compreendeu os estudos no período de 1900 a 1920, em que teve como destaque os elementos de estudos do inconsciente, consciente e pré-consciente, como foi exposto até agora.

Garcia-Roza (2009) reforça alguns pontos da primeira tópica freudiana. Tem-se a concepção do aparelho psíquico se orientando no sentido progressivo regressivo, sendo marcado pelo conflito entre os sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente. Explica esses sentidos, conforme a seguir:

Enquanto na vigília o processo de excitação percorre normalmente o sentido progressivo, nos sonhos e nas alucinações a excitação percorre o caminho inverso, isto é, caminha no sentido da extremidade sensória até atingir o sistema Pept, produzindo um reinvestimento de imagens mnêmicas. É a esse caminho “para trás” da excitação que Freud dá o nome de “regressão” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 81).

Garcia-Roza (2009) exemplifica esses sentidos. No caso progressivo, dá como referência a formação do sonho. Inicia-se pelo desejo inconsciente que tenta chegar à consciência, mas esbarra-se no pré-consciente. Como não consegue transpor a censura, começa um movimento invertido – que é o processo regressivo –, já que foi impedido de chegar à consciência por aquele caminho. Nesse retorno há lembranças mnêmicas, que atuam como forças propulsoras desse desejo bloqueado, e o movimento alucinatório é acionado na tentativa de conduzir esse desejo à sua realização por alternativas de caminhos mais viáveis. O autor reforça que a regressão não acontece somente nos sonhos ou alucinações, mas também ocorre no estado de vigília, como fenômeno psíquico normal. Entretanto, consegue apenas chegar até os traços mnêmicos e nunca às imagens perceptuais.

Freud, em seu texto “Sobre os sonhos” (FREUD, 2006h), deixa claro que ainda é preciso avançar em algumas análises e que por isso, terá que se aprofundar em mais estudos adiante.

O material inconsciente dos pensamentos oníricos e sua relação com a consciência e com o recalamento levantam outras questões importantes para a psicologia, cujas respostas sem dúvida terão de ser adiadas até que a análise tenha esclarecido a origem de outras formações psicopatológicas, tais como os sintomas histéricos e as ideias obsessivas (FREUD, 2006h, p. 699).

Nasio (1995) chama a atenção para um fator importante no desenvolvimento da teoria freudiana sobre o que impulsiona os atos e quais sentidos esses querem expressar, e isso vai se desdobrar na primeira tópica. Não basta apenas entender que alguns atos escapam à consciência como os atos-falhos, os chistes, por exemplo, mas é preciso entender o sentido que eles ocultam explicitamente. Os atos involuntários são na realidade substitutos de atos ideais que deveriam ter acontecido, mas não ocorreram por algum motivo. “Qual é o teor do sentido oculto de nossos atos? A resposta a essa pergunta enuncia a grande descoberta da psicanálise. Que diz ela? Que a significação de nossos atos é uma significação sexual.” (NASIO, 1995, p. 33). Explica que a

fonte e o alvo dos atos têm viés sexual. Se a pulsão sexual é a que proporciona o prazer absoluto, conforme já explicitado anteriormente, o objetivo de uma ação perfeita seria a obtenção do prazer total. Isso irá desencadear ou justificar os estudos desenvolvidos por Freud com relação ao tema incesto<sup>5</sup> no complexo de Édipo.

Depois da interpretação dos sonhos, ressalta Garcia-Roza (2009), Freud traz mais uma de suas descobertas, que gerará uma revolução intelectual e científica a partir de sua autoanálise: o complexo de Édipo.

Numa carta a Fliess, datada de 31 de maio de 1897, Freud escreve que os impulsos hostis dirigidos contra os pais são um elemento integrante das neuroses e que, no filho, esse desejo de morte está voltado contra o pai, enquanto na filha está voltado contra a mãe. Esta é a primeira indicação feita por Freud daquilo que mais tarde passará a ser conhecido como o “complexo de Édipo” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 62).

Garcia-Roza interpreta que essa primeira menção ao complexo de Édipo retrata a lenda de Édipo<sup>6</sup> como uma introdução ao que, em 1910, ele tratará com profundidade, sendo um fator de destaque para o desenvolvimento da psicanálise. Não quis tratar a relação edípica infantil, mas apenas mencionar a relação das crianças com os pais, suas fantasias e a afirmação dos desejos nesse estágio de vida sinalizados pela lenda (GARCIA-ROZA, 2009).

Freud comenta no capítulo V “O material e a fonte dos sonhos” (FREUD, 2006f), ao tratar os “Sonhos sobre a morte das pessoas queridas”, que o destino do Rei Édipo comove a todos porque poderia ter sido o de qualquer um. Sugere que a maldição tenha sido instalada antes do nascimento das pessoas, direcionando o destino de todas elas com o primeiro impulso sexual se dirigindo à mãe, com o sentimento de ódio direcionado ao pai por tê-la e, associado a esse sentimento, o desejo assassino de excluí-lo da relação com sua mãe. O que aconteceu com o Rei Édipo seria, a partir da interpretação de Freud, a realização dos desejos infantis inconscientes de qualquer pessoa. De sorte, as pessoas que não desenvolveram doença psíquica

---

<sup>5</sup>Freud, em *Totem e tabu*, contradisse todos os trabalhos antropológicos de sua época, mostrando que a proibição tinha como origem não o horror inspirado pelo incesto, mas o desejo que ele suscitava. Através dessa inversão essencial, que inscreveu a proibição no cerne da cultura e da relação do sujeito com a lei, Freud deu início ao debate sobre a universalidade do complexo de Édipo (ROUDINESCO, 1998, p. 373).

<sup>6</sup>Édipo, filho de Laio, Rei de Tebas, e de Jocasta, foi enjeitado quando criança porque um oráculo advertira Laio de que a criança ainda por nascer seria o assassino de seu pai. A criança foi salva e cresceu como príncipe numa corte estrangeira, até que, em dúvida quanto a sua origem, também ele interrogou o oráculo e foi alertado para evitar sua cidade, já que estava predestinado a assassinar seu pai e receber sua mãe em casamento. Na estrada que o levava para longe do local que ele acreditava ser seu lar, encontrou-se com o Rei Laio e o matou numa súbita rixa. Em seguida dirigiu-se a Tebas e decifrou o enigma apresentado pela Esfinge que lhe barrava o caminho. Por gratidão, os tebanos fizeram-no rei e lhe deram a mão de Jocasta em casamento. Ele reinou por muito tempo com paz e honra, e aquela que, sem que ele o soubesse, era sua mãe, deu-lhe dois filhos e duas filhas. (...) Estarrecido ante o ato abominável que inadvertidamente perpetrara, Édipo cega a si próprio e abandona o lar. A predição do oráculo fora cumprida (FREUD, 2006f, p. 289-290).

conseguem desviar seus impulsos sexuais de suas mães e esquecer os ciúmes dos pais (FREUD, 2006f).

-tem o impacto de uma advertência a nós mesmos e a nosso orgulho, nós que, desde nossa infância, tornamo-nos tão sábios e tão poderosos ante nossos próprios olhos. Como Édipo, vivemos na ignorância desses desejos repugnantes à moral, que nos foram impostos pela Natureza; e após sua revelação, é bem possível que todos busquemos fechar os olhos às cenas de nossa infância (FREUD, 2006f, p. 291).

Tratou ainda nesse texto que o surgimento do complexo de Édipo deu-se como já citado por Garcia-Roza (2009), em 1897, quando escrevera para Fliess. Não houve contribuição para a formulação da teoria dos sonhos, mas foi relevante para abordar os desejos inconscientes infantis implícitos nos sonhos. Freud, ao começar esse tema, deixa paralisada a teoria dos sonhos até 1899, pois precisava de um tempo para assimilar e superar as conclusões a que chegara, pois envolviam sua autoexposição e vários outros aspectos que chocariam o mundo, como já visualizado (FREUD, 2006f).

Freud chegou a concluir no texto “A consciência e o que é inconsciente” (FREUD, 2006b) que “[...] a catástrofe que ocorre no complexo de Édipo (o abandono do incesto e a instituição da consciência e da moralidade) pode ser considerada uma vitória da raça sobre o indivíduo.” (FREUD, 2006b, p.290).

Para entender o que origina o complexo de Édipo, é importante saber que o primeiro objeto de amor da criança, seja ela menino ou menina, é a mãe. O menino continua com esse objeto de desejo e estabelece uma relação de rivalidade com o pai, como já foi exposto. Mas com a menina, há um processo diferenciado: ocorre o deslocamento desse desejo – o objeto inicialmente é a mãe, mas depois passa a ser o pai. Para Garcia-Roza, “o Complexo de Édipo é visto como um conjunto ou uma estrutura ideativa que vai sinalizar a conduta da criança como, por exemplo, nas suas futuras escolhas de objeto. Ela não é uma lei, mas sim um complexo ideativo.” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 218).

Nasio (1995) traz sucintamente que o complexo de Édipo pode ser visualizado como a percepção do menino de que a mãe é o objeto-sexual e o pai é o seu objeto-ideal. Ainda comenta da existência do Édipo invertido, que consiste na inversão da percepção do menino em relação ao pai: o menino vê o pai não como um objeto-ideal, mas como um objeto-sexual. O pai era o que o filho gostaria de ser, como referência, e passa a ser o que ele gostaria de ter. Por esses motivos, o autor entende que a ênfase dada para explicar o complexo de Édipo masculino está equivocada, pois a relação do menino com o pai é muito mais relevante do que a relação do filho com sua mãe, como geralmente é referenciado. (NASIO, 1995)

O texto “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica dos sexos” (FREUD, 2006b) aponta que, vinculado ao complexo de Édipo há o complexo de castração, interagindo previamente com as meninas e com os meninos posteriormente. O complexo de castração destrói o complexo de Édipo nos meninos e, nas meninas, ao contrário, ele é preparatório. Há implicação no desenvolvimento sexual e psicológico desses, pois a diferença anatômica entre os sexos é clara - no menino, que tem o pênis, há a ameaça da castração, mas na menina, a ausência do pênis remete à ideia de que a castração foi executada. Freud vai dizer que o complexo de castração “inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade.” (FREUD, 2006b, p. 289).

O complexo de Édipo, entretanto, não se limita a apenas essa contextualização. Ele acaba por ser absorvido ou incorporado por uma instância psíquica especificada na segunda tópica, proporcionando referências morais e de controle. “Em casos normais, ou melhor, em casos ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente; o superego se tornou seu herdeiro.” (FREUD, 2006b, p. 290).

Nasio (1995) complementa dois fatores que acarretam a caracterização do estudo da vida psíquica ou da psicanálise e que influenciam diretamente o ser humano: o tempo e os outros. O tempo não para. Envolve diuturnamente o funcionamento psíquico do sujeito, mensurando sua trajetória histórica. “O inconsciente é extra temporal, ou seja, é perpétuo no tempo histórico. Silencioso aqui, ele reaparece ali e não define nunca. É só tentar fazê-lo calar-se para que ele reviva prontamente, voltando a desabrochar em novas manifestações.” (NASIO, 1995, p. 31). Já os outros, aqueles que estão no entorno do sujeito, interferem em seu cotidiano a partir da linguagem, da fantasia e dos afetos, como se fossem o prolongamento de seu psiquismo e vice-versa. “As fontes de nossas excitações são os vestígios deixados em nós pelo impacto do desejo do outro, daquele ou daqueles que nos têm por objeto de seu desejo.” (NASIO, 1995, p. 31). E vice-versa.

Nasio (1995) reforça que são várias as mudanças que reformularão as descobertas do Ics, Pcs e Cs. Além das já citadas pulsões de vida e de morte, o complexo de Édipo e o narcisismo, ele ainda reconsidera a teoria das pulsões trazendo a realidade da “*compulsão à repetição no tempo*. A exigência de repetir o passado é mais forte do que a exigência de buscar no futuro o acontecimento prazeroso.” (NASIO, 1995, p. 45).

No texto “O ego e o superego (ideal do ego)” (FREUD, 2006b) Freud deixou claro que era fundamental entender o porquê e como se movimentavam as energias, representações e informações (entendendo aqui como conhecimentos, vivências, sentimentos, desejos dentre outros) no aparelho psíquico, como as relações se estabeleciam, enfim, realmente ainda estava

tudo muito no começo. Com essa sinalização, Freud parte para mais uma etapa. Na segunda tópica, que compreende o período seguinte de 1920 a 1939, reformula seus estudos da estrutura psíquica, com o que ele chamou de instâncias do id, ego e superego<sup>7</sup>. Id – estrutura psíquica que encampa o que permeia a satisfação, o prazer e as paixões do sujeito, muito voltado ao estágio inconsciente –, o ego – direciona-se à realidade, à consciência, ao senso comum por assim dizer – e, o superego – herdeiro do complexo de Édipo. Segundo Freud neste texto, “[...] o ego, que é o representante do mundo externo para o id.” (FREUD, 2006b, p. 52).

Importante ressaltar, para efeito de adequação e entendimento desta pesquisa, que Freud denominou inicialmente a estrutura psíquica em Eu, Supereu e Isso. A tradução, entretanto, realizada pela Editora Imago no Brasil e utilizada por esta pesquisa como referência, optou pela nomenclatura da estrutura como Ego, Superego e Id, respectivamente.

---

<sup>7</sup>Nomenclaturas utilizadas na versão inglesa das obras psicológicas completas para retratarem Isso, Eu e Supereu (MIJOLLA, 2005, p.651).

#### 4 FREUD E A SEGUNDA TÓPICA

Freud dedica-se nos anos de 1915 a 1917 a proferir conferências, introduzindo a teoria psicanalítica à classe médica, principalmente àqueles que não tinham acesso aos seus estudos, até então. Escreveu dois volumes sobre as conferências, dividindo-as por assuntos, em três partes, Parapraxias – parte I –, Sonhos – parte II – e, Teoria Geral das Neuroses – parte III –.

Em “Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte I-II) (1915-1916)” (FREUD, 2006j), Freud expõe a médicos conferências abordando e desdobrando assuntos iniciados na primeira tópica que iriam fomentar os novos estudos e, gradativamente, justificariam as mudanças postuladas em sua segunda tópica, começada em 1920. Ele reforçava incansavelmente que o foco da Psicanálise não era o aspecto anatômico, químico ou fisiológico, e sim o mental, definindo-o como processos de sentir, pensar e desejar. Sustentou em seus escritos na Parte I sobre “Parapraxias” a existência do “pensar inconsciente e o desejar não apreendido” (FREUD, 2006j, p.31). Fez, dessa forma, com que houvesse uma cisão entre os adeptos à teoria psicanalítica e aqueles que detinham um pensamento científico formal. Reforçava, também, que acreditar em processos inconscientes abriria perspectivas para a ciência e orientações impactantes para o mundo – conseguiu provar isso com o tempo (FREUD, 2006j).

Houve, todavia, época em que era tão proibido dissecar um cadáver humano, a fim de descobrir a estrutura interna do corpo, como hoje parece ser o exercício da psicanálise, esclarecer acerca do mecanismo interno da mente. É de se esperar que, em futuro não muito distante, perceber-se-á que uma psiquiatria cientificamente fundamentada não será possível sem um sólido conhecimento dos processos inconscientes profundos da vida mental (FREUD, 2006k, p. 262).

Na parte III, Teoria Geral das Neuroses (1917[1916-17]) das “Conferências Introdutórias sobre Psicanálise” (FREUD, 2006k), tratando do tema “Psicanálise e Psiquiatria”, Freud relata que sabia da dificuldade de aceitação da ideia trazida pela Psicanálise, por isso sempre reforçava essa questão e a elencava como o terceiro golpe sofrido pela humanidade. Ele dizia que o primeiro golpe seria que a Terra não era o centro do universo; o segundo, que o homem tem sua descendência no reino animal; e o terceiro golpe seria o fato de o ser humano não ter domínio total sobre si, pois o material inconsciente é determinante – e a todo custo ele se prontificou a sustentar esse terceiro golpe (FREUD, 2006k).

Há, portanto, duas hipóteses elaboradas pela Psicanálise que impactaram o mundo, citadas na parte I das Conferências. “A primeira dessas assertivas impopulares feitas pela psicanálise declara que os processos mentais são, em si mesmos, inconscientes, e que de toda a

vida mental apenas determinados atos e partes isoladas são conscientes.”. (FREUD, 2006j, p.31). Isso contrariava a ideia de que o psíquico seria o mesmo que o consciente e, cada vez mais, a Psicanálise se sedimentava nessa assertiva. Aqui, inclusive, poder-se-ia dizer que se estabeleceu o diferencial da Psicanálise com a Psicologia, pois aquela trata também do inconsciente, enquanto a Psicologia foca-se no comportamento. A outra tese defendida pela Psicanálise e que gerou incômodo “é uma afirmação no sentido de que os impulsos instintuais que apenas podem ser descritos como sexuais, tanto no sentido estrito como no sentido mais amplo do termo, desempenham na causação das doenças nervosas e mentais um papel extremamente importante [...]” (FREUD, 2006j, p. 32).

Nas conferências, um dos temas tratados que passava despercebido pelos médicos eram as parapraxias, conhecidas como lapso de língua – a pessoa pensa em dizer ou escrever uma palavra e diz ou escreve outra. O esquecimento temporário, quer de nomes, compromissos, localização de guarda de objetos, também compõem esse grupo. Nada acontece por acaso ou por mero descuido, já afirmava Freud. Até podem existir motivos orgânicos, fisiológicos ou psicofisiológicos como cansaço, excitação por acúmulo de atividades ou envolvimento com várias atividades e mesmo a atenção difusa, mas há um sentido implícito que deverá ser objeto de análise da Psicanálise. A ocorrência, nesses casos, é caracterizada pela falha no funcionamento da atividade mental, e basta dar atenção ao alerta, pois não se devem desconsiderar esses indícios (FREUD, 2006j).

Freud esclareceu aos seus ouvintes que muitos dos sentidos e intenções das parapraxias são visivelmente perceptíveis, outros nem tanto, demandando avaliação do histórico, do contexto ou do momento anterior vivenciado pela pessoa que pratica a parapraxia. Citou que há lapsos que se apresentam com segundo sentido ao inicialmente idealizado e outros que se postam como substitutivos, exprimindo exatamente o contrário do pretendido ou distorcendo o sentido primeiro. Assim também se processam o esquecimento e a troca de nomes, entretanto, estes podem incluir, inclusive, a possibilidade de intenção ofensiva ou desqualificante. A questão que se apresenta nesses tipos de parapraxias é, então, a dupla intenção, muitas vezes oposta e nem sempre explícita, dizia Freud. Ele nomeou dois tipos de intenções: as que perturbam, que seriam exatamente as expressas nos lapsos, e as que são perturbadas, que seriam as intenções racionais, não expressas. E como descobri-las? Segundo Freud, pode-se concluir que a intenção perturbada sempre é conhecida pela pessoa que cometeu o lapso de língua, pois estava pronta a ser expressa, mas não o foi. Já a intenção que perturba é que remete ao questionamento, à interpretação, à dúvida e até mesmo à negação de quem a pronunciou, pois não estava programada para ser expressa ou não estava acessível no momento (FREUD, 2006j).

A teoria reforçou, então, que por sentido entende-se “‘significação’, ‘intenção’, ‘propósito’ e ‘posição em um contexto psíquico contínuo’”(FREUD, 2006j, p.68). Freud explicou que a intenção perturbadora, característica no lapso de língua, pode ocorrer de formas diferenciadas, quer com a percepção da pessoa antes de pronunciar o lapso, quer com a percepção após o pronunciamento do lapso, apresentando-se surpresa ao cometê-lo, ou ainda, ocorrer com total negação da pessoa que o cometeu, rejeitando terminantemente que tenha tal intenção perturbadora. Esclareceu que o lapso acontece porque, em regra, a intenção é repelida e o orador resolve não pronunciar verbalmente sua intenção, mas ela se apresenta através do lapso de língua sem que haja controle daquele sobre sua liberação. A supressão da intenção é a causadora indispensável para a ocorrência do lapso de língua e, para que uma intenção seja perturbadora, certamente ela esteve anteriormente num momento de coação pela intenção que lhe é oposta, afirmou Freud. Concluiu, assim, que o resultado dessas parapraxias é de meio-êxito e meio-fracasso, já que há oposição de intenções e ambas se apresentam - são sinais de força em concorrência na mente (FREUD, 2006j).

Nos outros tipos de parapraxias não se evidencia essa ambivalência de forma tão acentuada. Freud falou sobre esses outros tipos que não se expressam através da fala, apontando que há também sentido e finalidade como, por exemplo, ao se danificar um objeto ou deixar quebrá-lo. Revelou que perder algo é, muitas vezes, correspondente a um sacrifício voluntário – uma forma de desafio ou autopunição – de quem perde e acha em momento completamente distante daquele inicial. Já no lapso de leitura e, principalmente, no esquecimento de intenções, diga-se da não realização de algo previsto, o que se apresenta sem dúvidas é a contravontade, sem muito disfarce. Na conferência, ele alertou que a Ciência até então havia desconsiderado a importância de estudar a parapraxia apresentada no sujeito, mas a sua presença revela ambivalências a serem observadas, inclusive em mentes sadias. “É importante e oportuno começar a levar em conta o fato de que a vida mental é a arena e o campo de batalha de intenções que se opõem reciprocamente ou, para dizê-lo de modo não-dinâmico, que se constitui de contradições e de pares de contrários.” (FREUD, 2006j, p.82).

As parapraxias são mostras de que o consciente não detém o controle da mente – reafirmando que mente não poderia ser o mesmo que consciente –, e de que o inconsciente se sobrepõe a ele, sem delimitações.

Em 1916, Freud apresentou-se em nova conferência, V, com o tema “Dificuldades e abordagens iniciais” (FREUD, 2006j), mas desta vez para avançar sobre o tema da interpretação dos sonhos já tratado no início da primeira tópica. Ele começou sua conferência levando ao

público a importância de se perceber e interpretar o sentido dos sintomas, de algumas vivências das pessoas e enfatizou a importância dos sonhos como portadores desse sentido.

Um dia descobriu-se que os sintomas patológicos de determinados pacientes neuróticos têm um sentido. Nessa descoberta fundamentou-se o método psicanalítico de tratamento. Acontecia que no decurso desse tratamento os pacientes, em vez de apresentar seus sintomas, apresentavam sonhos. Com isso, surgiu a suspeita de que também os sonhos teriam um sentido (FREUD, 2006j, p. 89).

Para tratar dos sonhos, Freud falou do sono e de um desejo inconsciente de todo o ser humano, que é o retorno ao útero materno, chamado por ele de ‘pré-mundo’ – tenta-se retomar esse estado uterino no momento de dormir. Ele disse que o sono geralmente remete à procura de um local escuro, com calor, sem estímulos e ainda, por vezes, algumas pessoas se postam na posição equiparada ao encolhimento de um bebê no útero de sua mãe, para dormir. Chegou também a associar que o acordar a cada dia equivale a um nascimento diário e que, inicialmente, o sonho é algo complementar e indesejável ao sono, pois impossibilita obter o repouso similar ao do bebê, já que a mente trabalha com as reminiscências enquanto sonha. “Por que a vida mental não consegue dormir? Provavelmente porque existe algo que não quer conceder paz à mente. Os estímulos incidem sobre a mente e ela deve reagir a eles.” (FREUD, 2006j, p. 95).

Somado a esse questionamento, Freud, na VII Conferência “O conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos” (FREUD, 2006j), reforçou que os sonhos são realizações de desejos que podem ser gerados por necessidades fisiológicas ou são substitutos desfigurados de material inconsciente. Formulou com isso a hipótese de que, certamente, há algo importante oculto nos sonhos, caso contrário, não haveria dificuldades para se lembrar deles sem deformá-los, como ocorre em regra.

Posteriormente, na VIII Conferência realizada, agora com a temática de “Sonhos de crianças” (FREUD, 2006j), reavaliou a ideia inicial de que o sonho é indesejável e provoca tumulto no sono; concluiu que os sonhos são “*guardiães do sono que eliminam as perturbações do sono.*” (FREUD, 2006j, p.132). Essa mudança radical de interpretação ocorre a partir da análise dos sonhos das crianças, quando percebe que a função dos sonhos é eliminar, através da satisfação propiciada pela alucinação, os estímulos psíquicos perturbatórios do sono. Dessa forma, propôs a analogia do sonho ao vigilante noturno que, para fazer a segurança e a ronda, faz certo barulho quando está na ativa, realizando seu trabalho. Sonhar, portanto, passa a ser percebido como uma forma de satisfazer desejos (FREUD, 2006j).

Outra questão importante tratada por Freud em relação aos sonhos é a incidência da censura, mas agora desdobrando a interpretação de sua ocorrência. Tratada na IX Conferência, “Censura dos Sonhos” (FREUD, 2006j), indicou que toda lacuna apresentada nos sonhos tem

sua origem na censura e esta se apresenta como “omissão, modificação, novo agrupamento do material - são estas, pois, as atividades da censura de sonhos e os instrumentos da deformação onírica.” (FREUD, 2006j, p.143). Ele pontuou que a ação da censura é a demonstração da não aceitação dos impulsos de desejos inconscientes e trabalha, com isso, a questão ética que envolve os sonhos. Disse que a Psicanálise comunga com Platão, na medida em que os bons se satisfazem com o sonho daquilo que os maus realizam (FREUD, 2006j).

Freud, também a partir da interpretação dos sonhos, enfatizou a aplicação da simbologia nestes, colocando-a como acessório à interpretação. Pontuou que, entendendo da simbologia, conhecendo a personalidade, a realidade vivida pelo sonhador e o que precedeu seus sonhos, seria possível ao analista a interpretação ou tradução dos sonhos do paciente, sem necessariamente interrogá-lo para a compreensão daqueles conteúdos trazidos nos sonhos. Isso ocorre como proveniente da simbologia cultural, que se estabeleceu a partir de interpretações realizadas e sistematizadas em um grande contingente de pacientes, e não apenas restrita à análise individualizada de fatos e dados. Entretanto, embora haja aplicabilidade assertiva dessa simbologia cultural, alertou sobre a possibilidade de ela poder ser, assim como a censura, outro deformador dos sonhos. O uso de simbologias, embora já existente e aceito em outros segmentos, gerou também certo distanciamento de alguns adeptos da Psicanálise à época, pois não absorveram a efetiva contribuição interpretativa do material inconsciente dos sonhos por essa via (FREUD, 2006j).

Já em 1917, dando continuidade às explanações aos médicos, agora na XVI Conferência com a temática de “Psicanálise e Psiquiatria” (FREUD, 2006k), Freud passou a tratar diretamente da neurose, enfatizando ao público presente que ele daria a visão psicanalítica da neurose e não permitiria a objeção da plateia em sua exposição, como fez nas conferências anteriores. Eles desconheciam totalmente esse fenômeno, diferentemente das parapraxias e sonhos, os quais já conheciam, mas não se mostravam interessados a explorar. Os sintomas neuróticos, diz ele, seguem o mesmo caminho das parapraxias e sonhos. Têm um sentido na vida de quem os apresenta e precisam ser interpretados, entretanto, observar a neurose na clínica médica não era algo comum naquela época. Dessa forma, nenhum dos presentes estaria em condições de objeções à sua fala, e isso não significaria que Freud estivesse apresentando sua dogmática ou sendo intransigente, apenas gostaria que o escutassem e que, a partir de algum entendimento, fossem, esses médicos, despertados a conhecer melhor sobre o tema. “Se, em decorrência da falta de conhecimento do material, os senhores não estão em condições de emitir um julgamento, não deveriam nem acreditar, nem rejeitar. Deveriam ouvir atentamente e permitir que atue nos senhores aquilo que lhes digo.” (FREUD, 2006k, p. 251).

Freud queria deixar claro que, somente quem já tivesse estudado exaustivamente o tema, como ele o fez, poderia levantar hipóteses e questionamentos em relação ao assunto exposto. Seria preciso, portanto, primeiro ouvi-lo e assimilar seus ensinamentos, para somente depois haver argumentações. Ele defendia a ideia de que para alguém duvidar, questionar, retrucar ou expressar qualquer objeção aos seus estudos ou de qualquer outro estudioso, deveria ter estudado tanto quanto aquele que expunha suas pesquisas. Tudo que ele mostrou na teoria psicanalítica era fruto de anos de estudos, provenientes de um sistema empírico, exaustivo, intenso e aprofundado. Enfatizou novamente a necessidade de tornar públicas as mudanças observadas no desenvolvimento de qualquer estudo, pois sempre se fará necessária a transparência dessas mudanças, à medida que se avança em conhecimento. Ele não abandonaria a autocorreção, sob nenhuma hipótese, pois dizia ser preciso quando ocorresse progresso nos estudos (FREUD, 2006k).

Freud continuou sua explanação sobre sintomas na XVIII Conferência, “Fixação em traumas – o inconsciente” (FREUD, 2006k), pontuando que em toda a abrangência neurótica, os sintomas não são perceptíveis a quem os apresenta porque, inicialmente, vinculam-se a processos inconscientes. Entretanto, podem tornar-se conscientes a partir da transposição possibilitada pela Psicanálise. Enfatizou que esses sintomas também têm um sentido e este será inconsciente, configurando-se com o sintoma – melhor esclarecendo, o sentido deve ser inconsciente para que exista o sintoma. Na medida em que esse sentido é decodificado pela consciência ou conhecido, o sintoma desaparece. Buscando clarear ainda mais sobre o nascedouro dos sintomas, ele dirá que o sintoma funciona como substituto de algo que, obrigatoriamente, ficou interrompido pelo caminho quando tentava chegar à consciência. Explicou que a Psicanálise atuará exatamente na transformação desse material inconsciente em consciente, agindo sempre e somente se possível, nessa inversão (FREUD, 2006k).

Os aspectos que se juntam às observações de Freud em relação aos sentidos dos sintomas são os seguintes: de onde surgem e para que servem, o que provocaram seus surgimentos e a que fim se destinam. Ele esclareceu que se elege algo externo como fator de surgimento do sintoma, podendo ser inicialmente consciente, mas necessariamente transforma-se em material inconsciente através do esquecimento ou da amnésia. Já a finalidade do sintoma, dizia ele, pode ter sido inicialmente consciente ou diretamente inconsciente, e essa é a grande questão formada a partir dos sintomas – descobrir o sentido, o motivo pelo qual alguns conteúdos foram mantidos no inconsciente e tentam vir à tona através dos sintomas (FREUD, 2006k).

Já na XIX Conferência, com a temática “Resistência e Repressão” (FREUD, 2006k), Freud tratou de assunto que gerou assombro - tipo de mecanismo de defesa, a resistência –.

Processo inconsciente apresentado pelo paciente para dificultar o aceite e a procura efetiva de sua cura, resistindo, por vezes de forma sutil, à pessoa que poderia conceder-lhe essa cura, o psicanalista. Em regra, poucos inicialmente acreditavam que o paciente quisesse permanecer doente ou com a manutenção dos sintomas. O paciente mobiliza-se de forma contrária ao conteúdo tornar-se consciente, indo de encontro ao esforço do psicanalista no seu tratamento psicanalítico, muito similar à situação de criação de um sintoma, como já citado – há material para ser conduzido à consciência, mas é esquecido no caminho. O nome patológico dado à caracterização desse mecanismo de resistência é repressão. Aqui, Freud retoma o estágio da pré-consciência, referindo-se à acessibilidade do material inconsciente à consciência. Esclareceu que o tratamento psicanalítico procura quebrar a barreira da censura, trazendo parte desse conteúdo esquecido à consciência, desconfigurando-se o sintoma (FREUD, 2006k).

Na XX Conferência, “A vida sexual dos seres humanos” (FREUD, 2006k), Freud trouxe a abordagem de tema pouco explorado por estudiosos e cientistas, enfatizando a importância e a presença da sexualidade na infância refletida na vida adulta. Isso gerou, segundo ele, a maior rejeição temática<sup>8</sup> que a Psicanálise pudesse oferecer à sociedade naquela época, pois o consenso universal previa a inocência e a pureza da criança, longe da sexualidade que Freud apontava. Ele dizia que, a partir de seus estudos empíricos, ao contrário do pretendido consenso universal, era a criança que estava distante tanto de ser assexuada como de trilhar o caminho dessa pureza idealizada (FREUD, 2006k).

Freud não poderia deixar de tratar da vida sexual, embora caracterizada na época como algo inoportuno de ser abordado, porque a Psicanálise se debruçava nesse campo em decorrência de sintomas e históricos apresentados pelos acometidos das neuroses. Era preciso enfatizar a libido, força motriz do impulso sexual e, então, passou a explorar essa temática. Revelou que o bebê experimenta o prazer desde o momento da sucção de alimento e, só posteriormente, separa o prazer da saciação alimentar. Afirmou com isso a existência do prazer proveniente da sucção, do contato dos lábios e boca ao seio materno, áreas denominadas na Psicanálise de zonas erógenas. Freud reforçou ainda que o aleitamento materno é de suma importância para a vida psíquica, sendo o modelo de prazer da vida sexual ulterior. Ele pontuou que esse prazer inicial do bebê será vinculado à escolha do seu primeiro objeto de amor – a mãe

---

<sup>8</sup> Bem se pode acreditar que a Psicanálise tenha provocado espanto e oposição quando, em parte com base nesses fatos negligenciados, contradisse todas as opiniões populares sobre a sexualidade. Os seus principais achados são os seguintes: (a) A vida sexual não começa apenas na puberdade, mas inicia-se, com manifestações claras, logo após o nascimento. (b) É necessário fazer uma distinção nítida entre os conceitos de “sexual” e “genital”. O primeiro é o conceito mais amplo e inclui muitas atividades que nada têm a ver com os órgãos genitais. (c) A vida sexual inclui a função de obter prazer das zonas do corpo, função que, subsequentemente, é colocada a serviço da reprodução. As duas funções muitas vezes falham em coincidir completamente (FREUD, 2006n, p. 163).

– e que, necessariamente, esse processo será reprimido e ligar-se-á ao que ele descreveu como complexo de Édipo, já abordado na primeira tópica como complexo nuclear das neuroses (FREUD, 2006k).

Concluiu que a busca do prazer estaria ligada a um objeto externo – a mãe –, mas introduziu também a ideia de busca de prazer no próprio corpo. Revelou que outra fonte de prazer experimentada pelo bebê é a evacuação, seja de urina ou de fezes e, nesses processos, a criança se depara com os primeiros conflitos interno e externo, já que deverá lidar com a inibição proveniente do mundo externo exigindo-lhe respeitabilidade social em troca desse prazer, pois lhe impõe que a evacuação é algo vergonhoso e deve ser reservado. Até então, ele se referiu ao que denominou de fases oral e anal, respectivamente (FREUD, 2006k).

No texto “Dois verbetes de Enciclopédia” (FREUD, 2006a) Freud acrescentou a última fase denominada fálica, ligada ao órgão genital propriamente dito. Esclareceu, entretanto, que os instintos sexuais, denominados de libido, embora tenham suas fontes distintas no próprio corpo, necessariamente se unem para obter satisfação.

As fontes desses instintos componentes são os órgãos do corpo e, em particular, certas *zonas erógenas* especialmente acentuadas; no entanto, a libido recebe contribuições de todo processo funcional importante do corpo. A princípio, os instintos componentes individuais esforçam-se por obter satisfação independentemente uns dos outros, mas, no decorrer do desenvolvimento, se tornam cada vez mais convergentes e concentrados (FREUD, 2006i, p.256).

Freud quis deixar claro que o termo *sexualidade* para a Psicanálise é mais abrangente do que a sua vinculação à função reprodutiva, geralmente interpretada pela sociedade à época, considerando-a muito restritiva.

Ao escrever o texto “A Concepção Psicanalítica da perturbação psicogênica da visão” (FREUD, 2006l), Freud já trazia a tal abrangência em seu entendimento.

O prazer sexual não está apenas ligado à função dos genitais. A boca serve tanto para beijar como para comer e para falar; os olhos percebem não só alterações no mundo externo, que são importantes para a preservação da vida, como também as características dos objetos que os fazem ser escolhidos como objetos de amor - seus encantos (FREUD, 2006l, p.227).

Mais tarde, na XX Conferência com o tema “A vida sexual dos seres humanos” (FREUD, 2006k), Freud reforçou que a sexualidade está associada também ao prazer e que este poderia ser obtido de diversas formas, sem necessariamente objetivar a função reprodutora, como muitos da classe médica identificavam. Citou a masturbação e o beijo como fontes de prazer, incluindo também o homossexualismo, e os classificou como atos de perversão –

quando os atos sexuais não se vinculam à reprodução –, do que discordava. Outra questão debatida por Freud era a ideia de a perversão ser um desvio psíquico, pois havia mulheres e homens bem conceituados pessoal e profissionalmente que não identificavam o prazer com pessoas do sexo oposto, e apenas esse “desvio fatídico” não deveria rotulá-los (FREUD, 2006k, p.310). Freud alertava que o comportamento dessas pessoas, tidas como pervertidas, era exatamente similar ao dos considerados normais frente a seus objetos sexuais e prazer. Em defesa desse pensamento, também citou que o prazer obtido pela criança, sem conotação reprodutora, seria assemelhado à perversão, se desconsiderassem a sua imaturidade constitucional e, como tal, definitivamente não poderia ser taxada de portadora de desvios psíquicos e de conduta por esse motivo (FREUD, 2006k).

Freud continuou tratando da sexualidade na conferência seguinte, porque o tema estava diretamente ligado às neuroses, foco principal de estudos da Psicanálise. Revelou que uma das fontes desconhecidas dos tormentos sofridos pelo neurótico é o sentimento de culpa vinculado ao complexo de Édipo, com toda bagagem dos maus impulsos – incestuosos assassinos e perversos –, que se suscitaram nessa fase e foram reprimidos. Em 1913, ele escreveu “Totem e Tabu” (FREUD, 2006k, p.336), no qual constava a sua hipótese de que a humanidade teria adquirido o sentimento de culpa originário da religião e da moralidade, vinculado ao complexo de Édipo. Freud explicou que, para lidar com esse sentimento de culpa, tanto neuróticos quanto pessoas consideradas normais deveriam se submeter à interpretação dos sonhos, pois nestes expressam desejos provenientes dos maus impulsos frequentes na cadeia estrutural do complexo de Édipo, como já explicitado. Ao analisar os sonhos, os desejos se revelam também provenientes de arranjos libidinais e catexias objetais da infância, diz Freud (FREUD, 2006k).

A neurose se apresenta a partir de conflitos internos e a insatisfação da libido, segundo Freud, é uma de suas causas. Uma vez insatisfeita ao ser recusada pela realidade, a libido buscará outras formas de satisfação, não se submetendo obedientemente à repressão. Se essa recusa continua, mesmo após buscar caminhos alternativos, a libido tenderá à regressão e gerará o conflito, podendo apresentar-se como sintoma no formato infantil de satisfação, desconfigurada pela censura. O surgimento do sintoma liga-se à realização do desejo libidinal inconsciente e constitui-se por contradições, pois o indivíduo, por hipótese, passa a sentir sofrimento na suposta satisfação, queixando-se disso (FREUD, 2006k).

Ainda nesse contexto, Freud procurou esclarecer sobre o equívoco em relação à Psicanálise quanto à ênfase dada à sexualidade como fonte de sustentação mental. Havia críticas acirradas à teoria por enfatizar os instintos sexuais como fator de maior relevância ao aparelho mental, desconsiderando outros instintos existentes. A Psicanálise comunga com esses

opositores, disse Freud, pois ela não afirmava isso. Apenas dedicou-se a essa temática por ela se apresentar com frequência nas queixas e nos sintomas apresentados por seus pacientes. Justificou-se também com o fato de que as demais ciências, até aquele momento, não teriam se debruçado nessa abordagem, quer por preconceito ou por desconsideração, acreditando serem esses os motivos para tanto incômodo. A Psicanálise, portanto, não só ampliou a conceituação da sexualidade para além de algo eminentemente genital, como também lançou atenção e interpretação às influências por ela provocada (FREUD, 2006k).

A teoria psicanalítica, explica Freud no texto “Psicanálise Silvestre” (FREUD, 2006l), percebe a sexualidade como uma questão psicosssexual, incluindo o fator mental à vida sexual das pessoas e apontando a ausência da satisfação sexual como fonte dos distúrbios nervosos. A questão não se mostra simples como aparentemente se revela, pois muitas pessoas não conseguem se satisfazer por portarem resistências internas. Se assim não fosse, o próprio instinto sexual se encarregaria de viabilizar a satisfação e a solução do distúrbio (FREUD, 2006l).

O tema “Ansiedade” (FREUD, 2006k) foi outro ponto tratado por Freud, na XXV Conferência, por ser queixa geralmente comum de toda pessoa acometida por neurose, mas também por pessoas tidas como normais. Ele a denomina como um estado afetivo e descreve dois tipos, o realístico e o neurótico. O primeiro trata-se da ansiedade frente a um perigo externo eminente, algo decifrável a partir da análise da realidade, esperado ou previsto. O que vai dosar se essa ansiedade é prejudicial ou não, explica Freud, será o impacto causado na reação da pessoa – se ela consegue sobrepôr-se ao sentimento gerado ou se vai se submeter à inércia. Por vezes, a pessoa se protege do medo através da ansiedade. Já o segundo tipo apresenta-se vinculado a objetos e situações, típico de ansiedade ligada às fobias. Freud separa-as em três grupos: as generalizadas na humanidade – em que se espera um ato de repulsa de praticamente todo ser humano –, as que se apresentam racionalmente com perigo, mas este é desconsiderado – as pessoas sabem que há perigo, mas arriscam-se, não dando ênfase a esse –, e o terceiro grupo, que se destaca não pelo medo ou perigo em si, mas pela intensidade irracional da ansiedade que a pessoa acometida da fobia expõe diante do objeto ou situação, a ponto de paralisá-la. Nesse caso, está-se diante de uma histeria de angústia, histeria de conversão (FREUD, 2006k).

A obra clássica e fundamental para caracterizar o marco da segunda tópica da teoria psicanalítica indicada por Freud é a chamada “Além do Princípio de Prazer” (FREUD, 2006i). À época, ele pedia ajuda à Filosofia e à Psicologia para a definição do que seriam os sentimentos de prazer e desprazer que atuam no ser humano. Não obtendo resposta satisfatória, decidiu

vinculá-los ao *quantum* de excitação disponibilizada sem vinculação na mente, sendo o desprazer caracterizado pelo aumento de excitação e, o prazer, pela sua diminuição, provocado por alguma razão, num período de tempo delimitado. Ele esclareceu que o aparelho mental se esforçava para conservar a excitação o minimamente possível, ou, pelo menos, estável e constantemente e, com isso, associou o princípio de prazer ao princípio de constância (FREUD, 2006i).

Decidimos relacionar o prazer e o desprazer à quantidade de excitação, presente na mente, mas que não se encontra de maneira alguma ‘vinculada’, e relacioná-los de tal modo, que o desprazer corresponda a um *aumento* na quantidade de excitação, e o prazer, a uma *diminuição*. [...] - sugerimos a existência de qualquer razão proporcional direta: o fator que determina o sentimento e provavelmente a quantidade de aumento ou diminuição na quantidade de excitação num determinado período de tempo (FREUD, 2006i, p. 17).

Na XXIII Conferência, Freud tratou do tema “Os caminhos da formação dos sintomas” (FREUD, 2006k) e já percebia que a libido em conflito, embora estivesse submetendo-se a processo repressivo, conseguia alcançar a satisfação, mesmo que parcial e de forma indireta, driblando a repressão propriamente dita através do inconsciente. Ele ressaltou, entretanto, que essa manobra é realizada exclusivamente em pacientes que se apresentam com neurose de histeria e chamou a atenção para alguns pontos que ligavam a primeira e segunda tópicas.

Permitam-me acrescentar dois comentários a essa conclusão. Primeiro, gostaria que os senhores percebessem como aqui se mostram estreitamente interligados a libido e o inconsciente, de um lado, e, de outro lado, o ego, a consciência e a realidade, embora, de início, eles não sejam da mesma espécie, absolutamente. [...] (FREUD, 2006k, p. 363).

No texto “O Ed, o Id e outros trabalhos” (FREUD, 2006b), Freud relata que a partir de 1920, há clara mudança no entendimento de percepção da estrutura mental. Freud passa elucidar o termo *ego* que até então era utilizado em sua obra como conotação ambígua. “Parece possível detectar dois empregos principais: um em que o termo distingue o eu (*self*) de uma pessoa como um todo (incluindo, talvez, o seu corpo) das outras pessoas, e outro em que denota uma parte específica da mente, caracterizada por atributos e funções especiais.” (FREUD, 2006b, p.19). Dito isso, Freud iniciou com a hipótese de que o inconsciente se apresentava diferenciado do ego, entretanto, reformulou essa questão posteriormente, afirmando que grande parte do ego se traduzia em inconsciente e que pequena parte estava caracterizada como pré-consciente.

Ele começa, então, nesse período, a usar a conotação ego como uma parte da estrutura psíquica, já demonstrando que estava reformulando sua teoria. Deixa claro que a tradução de inconsciente, pré-consciente e consciente não era suficiente para descrever essa estrutura, pois

esses seriam estágios ou funções e era preciso saber os porquês de seus funcionamentos – essa fase de seus estudos ele denominou de ponto de vista dinâmico da estrutura psíquica, como bem descreve Mijolla (2005) na conceituação de Metapsicologia<sup>9</sup>.

O início dessa obra, portanto, recapitula e reforça a linha de atuação nos estudos dos processos mentais. Freud os analisou sob pontos de vistas diferentes e à essa metodologia descritiva aplicada deu o nome de Metapsicologia. Tratava-se de uma análise que extrapolava o aspecto meramente consciente e chegou a questionar a Fliess, na Carta 84 (FREUD, 2006g), o que ele teria a dizer com tal nomenclatura. “Aliás, vou perguntar-lhe com seriedade se posso usar o nome de metapsicologia para minha psicologia que vai além da consciência.” (FREUD, 2006g, p.331).

Na obra “Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupos e outros trabalhos” (FREUD, 2006i), no texto que aborda “Além do princípio do prazer”, Freud trata da Metapsicologia.

[...] na consideração dos processos mentais que constituem o tema de nosso estudo, introduzimos um ponto de vista ‘econômico’ em nosso trabalho, e se, ao descrever esses processos, tentarmos calcular esse fator ‘econômico’ além dos ‘topográficos’ e ‘dinâmicos’, estaremos, penso eu, fornecendo deles a mais completa descrição que poderemos atualmente conceber, uma descrição que merece ser distinguida pelo nome de ‘metapsicológica’ (FREUD, 2006i, p. 17).

Como se vê, Freud realmente procurava ampliar a forma de analisar o aparelho psíquico, incluindo diversas facetas de percepção desse aparelho e, para tanto, precisava nomeá-la diferentemente da Psicologia, pois sua análise ia além.

Mijolla (2005) contribuiu para o entendimento da passagem da primeira para a segunda tópica com as seguintes observações: pelo viés terapêutico, o ponto de vista tópico fazia surgirem na consciência os conteúdos inconscientes. Do ponto de vista da psicologia do Eu, incluído por Freud como quarta forma de perceber a estrutura psíquica, a proposta era a ampliação da abrangência do Eu (ego) em relação ao Isso (Id), procurando entender de que maneira o sujeito lidava com os conflitos, para onde era direcionado o material pulsional do Isso, as ações e reações do Supereu (Superego) e as propostas elaboradas pelo Eu para sua adaptação e enfrentamento de situações que lhe surgiam (MIJOLLA, 2005).

Complementando, Mijolla (2005) consegue, dessa forma, identificar exatamente o que levou Freud a avançar para segunda tópica. Não bastava saber que existiam as fases de consciente, pré-consciente ou inconsciente, mas o que moviam esses conteúdos, por que se

---

<sup>9</sup> Vide glossário.

movimentavam, quais os objetivos dessas movimentações, por que não davam certo em alguns momentos ou geravam conflitos e patologias. Enfim, Freud tinha que continuar seus estudos.

Na obra “Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupos e outros trabalhos” (FREUD, 2006i), o tema inovador que marca o início da segunda tópica é a punição, diretamente ligado ao superego, instância a ser descrita neste capítulo, já que a temática do princípio de prazer foi inaugurada na primeira tópica, permanecendo, entretanto, por toda a teoria.

Freud salientou em “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 2006i) que na teoria dos sonhos, além dos sonhos de desejos e de ansiedade já citados, há os sonhos de punição, provenientes de um órgão crítico e observador que demanda desejo punitivo. Nesse retorno, ele desfaz a associação dos sonhos como a realização de desejos, pois há sonhos que evidenciam a neurose traumática ou remetem a lembranças de traumas infantis. Conclui, sem exclusão da relação com os desejos, que o sonho está mais interligado na questão da compulsão à repetição – embora esta seja uma condição de resgatar o desejo reprimido – do que na realização de desejos. “Se existe um ‘além do princípio de prazer’, é coerente conceber que houve também uma época anterior em que o intuito dos sonhos foi a realização de desejos. Isso não implicaria numa negação de sua função posterior, [...]” (FREUD, 2006i, p.42). Aliás, pontua que a ideia do sonho resguardar o sono através da realização dos desejos perturbadores também deixa de ser uma afirmativa ou, pelo menos, de ser sua principal função. Como Freud mesmo já disse, corrigir ou atualizar a teoria é sua obrigação à medida que avança em estudos.

Outro aspecto levantado por Freud por percebê-lo presente em seus pacientes e estudos de casos é a compulsão à repetição. Trata-se de um aspecto característico ao ser humano, já apresentado no comportamento das crianças e observado em tratamento psicanalítico – “sugere que essa compulsão é algo derivado da natureza mais íntima dos instintos e a declara ser suficientemente poderosa para desprezar o princípio de prazer.”. (FREUD, 2006i, p.13). Constitui-se de um movimento que transporta para a atualidade sentimentos vividos anteriormente, porém apresentando-se numa nova roupagem, quer de fatos e envolvimento de outras pessoas. Algumas dessas retrospectivas não geram prazer ao ego, pois acabam por reativar impulsos instintuais já reprimidos. Em regra, pontua Freud, não gera conflito com o princípio do prazer, pois poderá possibilitar satisfação vinculada a outros impulsos. Entretanto, ele revela também que é possível a repetição de situações anteriores que nunca tenham proporcionado prazer e que não o farão agora, por impossibilidade originária ou porque não geraram satisfação no decorrer dos tempos aos impulsos instintuais reprimidos. Para a criança, “a repetição, a reexperiência de algo idêntico, é claramente, em si mesma, uma fonte de prazer.”

(FREUD, 2006i, p.45). Essa compulsão para o adulto em análise, entretanto, não se manifesta nesse diapasão; desconsidera qualquer associação que possa ser feita com o princípio de prazer, revela Freud.

No texto “Sexualidade infantil” (FREUD, 2006m), Freud dizia que frente a uma ideia obsessiva ou compulsiva, a caracterização da compulsão no desejo significará que o ego já identificou esse desejo como algo estranho a si e se manifestará contrariamente. Ele afirmava que, para chegar a essa identificação, o processo aflitivo já teria iniciado, ou seja, o conflito já estaria instalado no paciente. Associado a esse desejo obsessivo sempre estará o medo obsessivo, com a sensação de que algo de ruim está por acontecer (FREUD, 2006m).

Freud, como já pontuado, na parte III das Conferências (1915b), pôs-se a estudar também a ansiedade e enfatizou a sua importância e incidência expressa, implicitamente, na neurose obsessiva. O sintoma do rito obsessivo, na realidade, seria uma forma de driblar a ansiedade que se desencadeia inevitavelmente e esta se constitui no foco de estudo das neuroses. A ansiedade realística também tem suas peculiaridades e apontamentos feitos por Freud. Ele deduz que essa se manifesta a partir da oposição do ego e libido e que surge como reação do ego – como meio de fuga para se livrar do conflito interno, pois o projeta como sendo externo. E se há ansiedade manifesta, há algo a se temer, deduz Freud (FREUD, 2006k).

Mais uma vez, Freud deixa claro que as interpretações internas dominam o aparelho psíquico, desta vez tumultuando o consciente, remetendo-o a ações de defesa frente ao inesperado, aos conflitos internos, e apropriando-se de ritos involuntários.

Todos esses apontamentos levaram Freud a se debruçar hipoteticamente pelo sistema consciente, é o que se observa no texto “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 2006i). “A especulação psicanalítica toma como ponto de partida a impressão, derivada do exame dos processos inconscientes, de que a consciência pode ser, não o atributo mais universal dos processos mentais, mas apenas uma função especial deles.” (FREUD, 2006i, p.34).

O que a consciência produz consiste essencialmente em percepções de excitação provindas do mundo externo e de sentimentos de prazer e desprazer que só podem surgir do interior do aparelho psíquico; assim, é possível atribuir ao sistema *Pcpt.-Cs.* uma posição no espaço. Ele deve ficar na linha fronteira entre o exterior e o interior; tem de achar-se voltado para o mundo externo e tem de envolver os outros sistemas psíquicos (FREUD, 2006i, p. 34).

Aqui, a interpretação do sistema pré-consciente e consciente começa a ser diferenciada. Freud, nessa época, suspeitava que “tornar-se consciente e deixar atrás de si um traço de memória, são processos incompatíveis um com o outro dentro de um só e mesmo sistema.” (FREUD, 2006i, p. 35).

Para tentar explicar melhor essa questão, Freud faz uso de analogia a um organismo vivo que se submete a estímulo externo. No organismo há a produção de uma camada externa protetora que se estabelece de forma a sedimentar-se, não possibilitando então a passagem de estímulos. Entretanto, estímulos poderosos forçam essa passagem de forma traumática e, devido à frequência da incidência desses, há a quebra de resistência em determinado momento e isso viabiliza a passagem desses estímulos. Essa quebra de resistência gera turbulência de estímulos internamente a ponto de provocar o acionamento de todos os mecanismos de defesa para tentar controlá-los. Freud supõe, inclusive, que a neurose traumática esteja associada ao resultado da ruptura do escudo protetor contra a passagem de grande volume de estímulos. Destaca ainda que esse processo de proteção externamente constituído é tão importante quanto a própria recepção dos estímulos, transportando toda essa linha de raciocínio para entender o sistema consciente. Ressalta, entretanto, que esse processo externo difere-se do interno na medida em que, internamente, não há a formação desse bloqueio, pelo contrário, possibilita-se a passagem e a movimentação de estímulos a ponto de estes responderem pelo surgimento dos sentimentos de prazer e desprazer. Havendo um demasiado aumento do sentimento de desprazer, imediatamente serão acionados controles para sua contenção. Desse processo, algumas vezes surge outro mecanismo de defesa também muito usado nas neuroses: a projeção. Aparece com tudo isso, diz ele, um problema a ser administrado, que é exatamente o controle da quantidade de estímulo em movimentação interna e a forma de obter o sentido psíquico dessas (FREUD, 2006i).

Freud já em sua obra “Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos” (FREUD, 2006n) fez algumas reconsiderações ao escrever o texto “Dificuldades” nessa obra, como por exemplo: que os processos inconsciente e consciente eram funcionalmente diferentes; que o material reprimido é inconsciente, mas o inverso não se sustenta; que o que é consciente caracteriza-se como uma condição transitória, significando que o correto seria dizer ser “capaz de ser consciente” (FREUD, 2006n, p.107) – equivalendo ao estado de pré-consciente –. Concluiu, então, que algumas das afirmações até então sustentadas pela Psicanálise tornaram-se fragilizadas diante das novas, mas que ainda havia obscuras descobertas da vida psíquica. Assim, resolve redefinir a composição do aparelho psíquico considerando outros cenários e justificando a mudança de entendimento desse aparelho ao descobrir que o funcionamento dos Ics, Pcs e Cs apresenta-se diferentemente do que até então sustentava, criando, assim, as instâncias do id, ego e superego, embora inicialmente não tenha nomeado todas como tal, mas percebido suas interferências. Finaliza a conclusão, evidenciando a necessidade de mudança da teoria com a seguinte afirmação: “o ego é principalmente pré-

consciente (virtualmente consciente), mas que partes do ego são inconscientes.” (FREUD, 2006n, p.107).

Distinguimos, agora, em nossa vida psíquica (que encaramos como um aparelho composto de diversas instâncias, distritos ou províncias) uma determinada região que chamamos de *ego* propriamente dito e uma outra que denominamos de *id*. O *id* é a mais antiga das duas; o *ego* desenvolveu-se a partir dele, como uma camada cortical, através da influência do mundo externo. É no *id* que todos os nossos instintos primários estão em ação; todos os processos no *id* se realizam inconscientemente. O *ego*, como já dissemos, coincide com a região do pré-consciente; inclui partes que normalmente permanecem inconscientes. O curso dos acontecimentos no *id* e sua interação mútua são governados por leis inteiramente diferentes das que prevalecem no *ego*. Foi, na verdade, a descoberta dessas diferenças que nos conduziu à nossa visão e que a justifica (FREUD, 2006n, p.107).

Freud presumiu que os processos inconscientes do *id* e pré-conscientes do *ego* circulam entre si, ou seja, os conteúdos pré-conscientes dirigem-se ao estágio de inconsciente do *id* e os inconscientes chegam ao *ego*. “Dizemo-nos que o que distingue uma ideia consciente de outra pré-consciente, e esta de uma inconsciente, só pode ser uma modificação, ou talvez uma distribuição diferente, de energia psíquica.” (FREUD, 2006n, p. 108).

Na XXIV Conferência, denominada “O estado neurótico comum” (FREUD, 2006k), Freud explorou a relação do *ego* com o inconsciente, chegando a dizer que não se podia confiar cegamente naquele, pois ele reprimia o inconsciente e, dessa forma, não era imparcial e digno de credibilidade absoluta. Pontuou que as ações e reações do *ego* variam de acordo com o tipo de neurose, patologia ou distúrbios (FREUD, 2006k).

Se quisermos acreditar no *ego*, levemos em conta que ele teve a iniciativa em cada etapa do processo e ele próprio desejou e construiu os sintomas. Mas sabemos que ele suporta uma boa dose de passividade que, depois, ele tenta disfarçar e encobrir. É verdade que nem sempre ele se arrisca a uma tal tentativa; nos sintomas da neurose obsessiva, o *ego* é obrigado a admitir que existe algo de estranho com que se defronta e contra o qual pode defender-se apenas com dificuldade (FREUD, 2006k, p. 381).

O *ego*, conceitua Freud, é a instância que possibilita a interação do mundo interno – desejos e materiais inconscientes –, com o mundo externo, assumindo como se dele fossem os anseios externados – o interlocutor da percepção da realidade externa, trazendo à tona o princípio da realidade. Com isso, ele deduz que o *ego* é o desejante e construtor dos sintomas. Nesse percurso, o *ego* se vê obrigado a abrir mão de alguns objetos e objetivos que lhe proporcionariam prazer, inclusive com conotação sexual. Porém, Freud afirmou que o ser humano tem dificuldade de renunciar ao prazer e, assim, é capaz de buscá-lo através da elaboração de fantasias – forma imaginária de alcançar essa sensação e de resgatar esses objetos e objetivos perdidos, já que esse campo é mental e, portanto, individual, próprio e ilimitado. A

libido então transita pela fantasia para alcançar o material reprimido e estará associada ao id. Freud revela que as fantasias, em verdade, não afrontam inicialmente o ego, mas acabam por forçar a possibilidade de transformarem-se em realidade. A partir daí, começam a criar conflito com o ego e geram a formação dos sintomas. Essa formação de sintomas em alguns casos é, para o ego, inicialmente, um cômodo formato de amenizar o conflito. Ficou claro para Freud que o ego não tem tanto poder ou dominação quanto gostaria em sua atuação, deduzindo que havia necessidade de mais aprofundamento em sua teoria (FREUD, 2006k).

Freud, explorando um pouco mais sobre o ego, tratou também do narcisismo na XXV Conferência, com temática “A ansiedade” (FREUD, 2006k). Nos estudos sobre o ego, ele apresentou conclusões a partir de análises dos delírios de observação em pacientes com distúrbios narcísicos. Apontou que os pacientes reclamavam da existência de críticas, observações e comparações e que essas, conclui, na realidade são provenientes de uma parte do ego, contrapondo-se à outra parte. Revelou que seus pacientes efetivamente percebiam essas ações quando se queixavam, porém, o equívoco deles era imaginar que viriam de fontes externas – não se davam conta de que o que consideravam como exigências externas eram geradas por eles próprios, a partir de uma idealização de ego. “Percebe uma instância que assume o domínio do seu ego e que mede seu ego real e cada uma de suas atividades mediante um *ego ideal* que ele, paciente, criou para si próprio no decorrer do seu desenvolvimento.” (FREUD, 2006k, p. 429). O que os pacientes caracterizam como censor do ego era a consciência, dizia Freud – ela também é que proporciona a censura aos sonhos e provoca a repressão de impulsos desejosos. Ele revelou também que a origem dessas referências absorvidas pelos pacientes estaria vinculada à influência dos pais, da educação acadêmica recebida e do ambiente social inserido.

#### **4.1 - O lugar e a função do superego**

A partir de agora, Freud passa a tratar com mais especificidade as instâncias psíquicas, em especial o superego. Por algum tempo, vários foram os nomes destinados à sua identificação, sempre relacionados a atribuições que se apresentassem em análise. Muito se pesquisou até localizar sua posição na estrutura psíquica.

Havia, portanto, conforme descrito no texto “Sobre o Narcisismo: uma introdução” (FREUD, 2006d), a percepção por Freud de algo diferenciado no próprio ego, que depois viria chamar-se de superego. Este foi inicialmente confundido como ideal do ego. “O ideal do ego impõe severas condições à satisfação da libido por meio de objetos, pois ele faz com que alguns

deles sejam rejeitados por seu censor como sendo incompatíveis onde não se formou tal ideal, [...]” (FREUD, 2006d, p. 107).

Depois de avançar nessa temática, relata no texto “Resumo e recapitulação” (FREUD, 2006n), em “A Renúncia ao Instinto” que identificou a instância. “No curso do desenvolvimento de um indivíduo, uma parte das forças inibidoras do mundo externo é internalizada e constrói-se no ego uma instância que confronta o restante do ego num sentido observador, crítico e proibidor. Chamamos essa nova instância de *superego*.” (FREUD, 2006n, p.129).

A diferenciação entre ego e id deve ser atribuída não apenas ao homem primitivo, mas até mesmo a organismos muito mais simples, pois ela é expressão inevitável da influência do mundo externo. O superego, segundo a nossa hipótese, originou-se, em realidade, das experiências que levaram ao totemismo. [...] A reflexão em seguida nos demonstra que nenhuma vicissitude externa pode ser experimentada ou sofrida pelo id, exceto por via do ego, que é o representante do mundo externo para o id (FREUD, 2006b, p. 52).

Ou seja, no texto “O ego e o superego (ideal do ego)” (FREUD, 2006b), Freud ressalta que o ego e o id sofrem influências dos instintos, mas apenas o ego tem a influência da percepção, por estar em contato com o mundo externo e interno (FREUD, 2006b).

Freud aponta no capítulo “A técnica da Psicanálise” (FREUD, 2006n) que o ego terá que administrar os desejos instintuais do id, verificando não só a viabilidade desses perante o mundo externo, mas também as restrições do superego. Para ele, “é função do ego enfrentar as exigências levantadas por suas três relações de dependência - da realidade, do id e do superego - e não obstante, ao mesmo tempo, preservar a sua própria organização e manter a sua própria autonomia.” (FREUD, 2006n, p. 185). Na medida em que o ego não atua adequadamente na administração dessa relação, ocorre a patologia.

A condição ideal ao ego seria então a conciliação de atendimento simultâneo às três dimensões que o envolvem: o id, o superego e o mundo externo. Havendo objeções do mundo externo aos instintos do id, haverá a sensação de desprazer, porém, se a objeção ocorrer por parte do superego, além do desprazer, caberá ao ego a renúncia instintual do id, provocando a sensação de prazer substitutivo, por ter acatado as deliberações do superego; há um jogo de poder e interesses instalados nessa seara. A sensação de prazer ao ego se apresenta porque acredita que estará, assim, barganhando mais amor do superego, instância visualizada pelo ego como superior.

A associação elaborada por Freud foi a de que o superego é o sucessor, após o período de infância, da função dos pais ou responsáveis por educar, cuidar e preservar a vida da criança.

Da mesma forma com que há dependência da criança por quem a cuida, há dependência do ego para com o superego. Este detém a relação de dependência parcial do ego, exige-lhe respeito e consideração, tendo-o quase sob controle integral, supervisionando-o. O ego, por sua vez, similar à condição de uma criança, vê-se dependente desse controle, como forma de preservação – tem receio de perder a proteção e, por isso, tenta fazer de tudo para agradar ao superego – portanto, a renúncia instintual, se feita, tem como expectativa o ganho de mais proteção e apoio além do próprio ego sentir-se satisfeito; ao contrário, se é repreendido pelo superego, as censuras deste provocam-lhe insegurança e tormento (FREUD, 2006n).

Ao id, entretanto, cabe a tarefa de satisfazer as necessidades inatas, sendo esse fato o que lhe garante o poder de proporcionar a vida ao organismo do indivíduo. E ele o faz através dos instintos.

À mais antiga destas localidades ou áreas de ação psíquica damos o nome de *id*. Ele contém tudo o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição - acima de tudo, portanto, os instintos, que se originam da organização somática e que aqui [no id] encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas (FREUD, 2006n, p. 156).

Os instintos básicos elencados por Freud são chamados de Eros e de instintos destrutivos. Eros – também conhecido como libido, apresenta-se inicialmente integrado como ego-id e se posta como defensor frente aos instintos destrutivos presentes concomitantemente. Já os instintos destrutivos são também conhecidos como instintos de morte. Apresentam-se com objetivos distintos e antagônicos – Eros está para a união enquanto o destrutivo está para a desintegração, para a destruição. A libido é armazenada no ego, tendo este como um reservatório para as catexias a serem estabelecidas num ir e vir, pois facilmente se deslocam de um objeto a outro. O instinto de morte geralmente atua de forma silenciosa, mas quando entra em ação, diz Freud, atua como instinto de destruição e, para que aconteça a autopreservação do indivíduo, é bom que o faça projetando uma ação externa. O superego, por sua vez, quando estabelecido no ego, acaba por atuar de forma a gerar um movimento de autodestruição devido às suas exigências. Assim, cabe ao ego administrar suas ações, buscando o controle da situação e evitando que haja conflito interno descomedidamente, pois conter grande *quantum* de agressividade internamente pode gerar problemas de saúde e somatizações (FREUD, 2006n).

Ao ego, portanto, cabe a manutenção, a proteção do organismo e a intermediação do id frente ao mundo externo. O ego está para o controle e a segurança assim como o id está para obtenção de prazer; o ego busca a autoconservação, enquanto o id procura negligenciá-lo. Dentre as ameaças sofridas continuamente pelo ego, a mais difícil de controle são as ameaças provenientes do mundo interno, pois são excessivas e não findam, embora apresentem-se, por

vezes, subjugadas, revela Freud. Reforça também a situação de que o ego, quando em desenvolvimento na fase infantil, tinha como suporte a proteção dos pais. Isso será retomado ao tratar do superego, como processo similar (FREUD, 2006n).

Sob a influência do mundo externo que nos cerca, uma porção do *id* sofreu um desenvolvimento especial. Do que era originalmente uma camada cortical, equipada com órgãos para receber estímulos e com disposições para agir como um escudo protetor contra estímulos, surgiu uma organização especial que, desde então, atua como intermediária entre o *id* e o mundo externo. A esta região de nossa mente demos o nome de *ego* (FREUD, 2006n, p. 156).

Freud esclarece, ainda, que a atuação do ego em relação ao mundo externo está na percepção dos estímulos e na dosagem da intensidade desses, para que possam ser absorvidos moderadamente, possibilitando, inclusive, os ajustes necessários para utilizá-los em seu favor e armazená-los na memória como experiência para referências posteriores. Já em relação ao mundo interno, sua interação com o *id* se dá na análise de desejos suscitados por este, avaliando se os libera, posterga ou nega sua satisfação, considerando, inclusive, as possíveis repercussões com o mundo externo (FREUD, 2006n).

O superego, por sua vez, encarrega-se de trazer novas demandas, mas principalmente de cercear a satisfação desejada, como esclarece Freud.

O longo período da infância, durante o qual o ser humano em crescimento vive na dependência dos pais, deixa atrás de si, como um precipitado, a formação, no ego, de um agente especial no qual se prolonga a influência parental. Ele recebeu o nome de *superego*. Na medida em que este superego se diferencia do ego ou se lhe opõe, constitui uma terceira força que o ego tem de levar em conta (FREUD, 2006n, p.157).

E algo em comum Freud observou em relação ao *id* e ao superego, sintetizando o que os constitui, assim como ao ego:

[...] ambos representam as influências do passado - o *id*, a influência da hereditariedade; o superego, a influência, essencialmente, do que é retirado de outras pessoas, enquanto o ego é principalmente determinado pela própria experiência do indivíduo, isto é, por eventos acidentais e contemporâneos (FREUD, 2006n, p. 157).

Ficam registrados e selecionados, portanto, os conceitos básicos e fundamentais da Psicanálise que irão intervir no teor desta pesquisa, em especial a abordagem da instância do superego, que é ponto de interesse para o presente estudo.

## 5 – A JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIA DA PSICANÁLISE

Depois dos esclarecimentos sobre a reformulação da estrutura psíquica, Freud faz considerações no texto “O aparelho psíquico e o mundo externo” (FREUD, 2006n) para reforçar a importância e a distinção do foco da Psicanálise, principalmente em relação à Psicologia e à Filosofia, embora demonstre a interação existente com essas e outras ciências.

[...] nos impressiona o fato de termos sido obrigados, com tanta frequência, a aventurar-nos além das fronteiras da ciência da Psicologia. Os fenômenos de que estamos tratando não pertencem somente à Psicologia; têm um lado orgânico e biológico também, e, por conseguinte, no decorrer de nossos esforços para construir a Psicanálise, fizemos também algumas importantes descobertas biológicas e não pudemos evitar a estruturação de novas hipóteses biológicas (FREUD, 2006n, p. 207).

O objeto de estudo da teoria é mais abrangente que o conteúdo da Psicologia, englobando o inconsciente como psíquico. Ressalta que foi preciso estudar os distúrbios e inferir hipóteses para traduzir os sintomas e, conseqüentemente, entender a dinâmica do aparelho psíquico, independentemente de sua condição saudável ou patológica. “Ela explica os fenômenos concomitantes supostamente somáticos como sendo o que é verdadeiramente psíquico, e assim, em primeira instância, menospreza a qualidade da consciência.” (FREUD, 2006n, p. 169).

Toda ciência se baseia em observações e experiências a que se chegou através do veículo de nosso aparelho psíquico. Mas visto que a *nossa* ciência tem por assunto esse próprio aparelho, a analogia acaba aqui. Efetuamos nossas observações através do mesmo aparelho perceptivo, precisamente com o auxílio das rupturas na sequência de ocorrências “psíquicas”: preenchemos o que é omitido fazendo deduções plausíveis e traduzindo-as em material consciente. Desta maneira construímos, por assim dizer, uma sequência de ocorrências conscientes que é complementar aos processos psíquicos inconscientes. A relativa certeza de nossa ciência psíquica baseia-se na força aglutinante dessas deduções. Quem quer que se aprofunde em nosso trabalho descobrirá que nossa técnica tem fundamentos para defender-se contra qualquer crítica (FREUD, 2006n, p. 170).

Ele conclui então que o que definia como aparelho psíquico na primeira tópica – consciente, pré-consciente e inconsciente – são, na verdade, condições de processos psíquicos, mutáveis por si só ou com o apoio da Psicanálise. Chama essa conclusão, inclusive, como espécie de inventário das observações da teoria (FREUD, 2006n).

A última Conferência, a XXVIII, com o tema “Terapia Analítica” (FREUD, 2006k), realizada à classe médica em 1917, teve como foco de explanação por Freud o trabalho terapêutico da Psicanálise e a diferença desta em relação à hipnose, pois suscitaram dúvidas e críticas à técnica psicanalítica. Avaliaram-na como desnecessária, já que a sugestão médica

poderia surtir efeito mais imediatista e, assim, favorecer o paciente. Freud, pacientemente e com conhecimento de causa, tendo se utilizado com significância das duas técnicas, conduziu esse tema como fechamento das conferências, desmistificando a imagem distorcida que pairava sobre a Psicanálise, reafirmando-a como ciência que possibilita a saúde mental aos pacientes assistidos. Apontou várias diferenciações entre a hipnose e a técnica psicanalítica, dentre elas, algumas que se seguem.

O tratamento hipnótico procura encobrir e dissimular algo existente na vida mental; o tratamento analítico visa a expor e eliminar algo. O primeiro age como cosmético, o segundo, como cirurgia. O primeiro utiliza-se da sugestão, a fim de proibir os sintomas: fortalece as repressões, mas afora isso, deixa inalterados todos os processos que levaram à formação dos sintomas. O tratamento analítico faz seu impacto mais retrospectivamente, em direção às raízes, onde estão os conflitos que originaram os sintomas, e utiliza a sugestão a fim de modificar o resultado desses conflitos (FREUD, 2006k, p. 451).

Foram muitos os fatores que proporcionaram a formulação dessa teoria. E Freud elencou alguns deles no texto “Uma breve descrição da Psicanálise” (FREUD, 2006b), conforme a seguir.

Mais uma vez enumeramos os fatores que contribuem para a constituição dessa teoria. São eles: ênfase na vida instintual (afetividade), na dinâmica mental, no fato de que mesmo os fenômenos mentais aparentemente mais obscuros e arbitrários possuem invariavelmente um significado e uma causa, a teoria do conflito psíquico e da natureza patogênica da repressão, a visão de que os sintomas constituem satisfações substitutas, o reconhecimento da importância etiológica da vida sexual, e especificamente, dos primórdios da sexualidade infantil. De um ponto de vista filosófico, essa teoria estava fadada a adotar a opinião de que o mental não coincide com o consciente, que os processos mentais são, em si próprios, inconscientes e só se tornam conscientes pelo funcionamento de órgãos especiais (instâncias ou sintomas). Para completar essa lista acrescentaremos que entre as atitudes afetivas da infância a complicada relação emocional das crianças com os pais – o que é conhecido por complexo de Édipo – surgiu em proeminência (FREUD, 2006b, p. 223).

Percebe-se que a ênfase dada ocorre em aspectos abstratos, que fogem à lógica do consciente e do controlável até então priorizada pela Filosofia. Dá-se início então à possibilidade e à oportunidade de entender os efeitos de vivências, de ausências, de oposições, de sentimentos e interpretações apresentados na diversidade humana, não imediatamente acessíveis ao entendimento dos sujeitos.

Nos escritos sobre “Parapraxias” (FREUD, 2006j) Freud sustentou que a Psicanálise procura também preencher a lacuna da Psiquiatria ao verificar que nada anatômico pode, na mente, explicar ou identificar sintomas. “Esses distúrbios mentais apenas são acessíveis à influência terapêutica quando podem ser reconhecidos como efeitos secundários daquilo que, de outro modo, constitui uma doença orgânica.” (FREUD, 2006j, p.30). Consequentemente,

nenhum aspecto fisiológico, químico ou anatômico é abordado por essa teoria, o contexto é exclusivamente psicológico (FREUD, 2006j).

A teoria deixou claro que alguns conteúdos são compelidos a permanecer no inconsciente por uma força que os opõe. Ao se aplicar a técnica psicanalítica, essa força pode ser removida e o material inacessível ou parte dele pode emergir na consciência, conforme descrito no texto “A consciência e o que é inconsciente” (FREUD, 2006b).

O fato de se ter encontrado, na técnica da Psicanálise, um meio pelo qual a força opositora pode ser removida e as ideias em questão tornadas conscientes, torna irrefutável essa teoria. O estado em que as ideias existiam antes de se tornarem conscientes é chamado por nós de repressão, e asseveramos que a força que instituiu a repressão e a mantém é percebida como *resistência* durante o trabalho de análise (FREUD, 2006b, p. 28).

Os fins aos quais Freud buscou com a terapêutica da Psicanálise foram por ele expostos no texto “A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial” (FREUD, 2006a) e estão assim descritos

É fácil agora descrever nossa finalidade terapêutica. Tentamos restaurar o ego, livrá-lo de suas restrições, e dar-lhe de volta o domínio sobre o ego que ele perdeu devido às suas primeiras repressões. É para esse único fim que efetuamos a análise, toda nossa técnica está dirigida para essa finalidade. Temos de procurar as repressões que foram estabelecidas e instigar o ego a corrigi-las com nossa ajuda e a lidar com os conflitos melhor do que mediante uma tentativa de fuga. Visto que essas repressões pertencem bem aos primeiros anos da infância, o trabalho de análise nos leva também de volta àquele período. Nosso caminho a essas situações de conflito, que na maior parte foram esquecidas e que tentamos reviver na lembrança do paciente, nos é mostrado pelos seus sintomas, sonhos e associações livres. Estes devem, contudo, ser em primeiro lugar interpretados - traduzidos -, pois, sob a influência da psicologia do id, assumiram formas de expressão estranhas à nossa compreensão. Podemos presumir que quaisquer associações, pensamentos e lembranças que o paciente seja incapaz de comunicar-nos sem lutas internas estão de alguma maneira vinculados ao material reprimido ou são seus derivados (FREUD, 2006a, p. 201).

A finalidade terapêutica consiste então, segundo Freud, em propiciar ao paciente livrar-se das resistências criadas por ele mesmo para burlar ou contornar o material reprimido que o “ameaça”. Ao remontar sua história – e pesa-lhe favoravelmente sua maturidade e sua experiência de vida –, poderá concluir que aquilo que imaginou ser aterrorizante quando criança não tem a dimensão que até então percebia. E dessa forma o verá com menos expressividade, como uma simples brincadeira de criança (FREUD, 2006a).

Portanto, não só para entender, mas até mesmo para submeter-se à terapia propiciada pela Psicanálise, havia - e ainda há - necessidade de um *quantum* de maturidade e conhecimento capazes de possibilitar assimilações e resultados satisfatórios.

A influência terapêutica da Psicanálise depende da substituição de atos mentais inconscientes por conscientes e vigora dentro dos limites desse fator. A substituição é efetivada superando-se as resistências internas na mente do paciente. O futuro provavelmente atribuirá muito maior importância à Psicanálise como a ciência do inconsciente do que como um procedimento terapêutico (FREUD, 2006a, p. 260).

Freud ao explorar o tema “Terapia Analítica” (FREUD, 2006k) em sua XXVIII Conferência, concluiu que a Psicanálise só considera o término da análise quando “todas as obscuridades do caso tenham sido elucidadas, as lacunas da memória preenchidas, e descobertas as causas precipitantes das repressões.” (FREUD, 2006k, p.453). Esclarece que os êxitos imediatos são vistos mais como obstáculos do que como contribuição à análise, pois vêm cheios de racionalidade. Eles são revisitados a partir do resgate de suas origens, através do processo de transferência estabelecido e pontuado pelo psicanalista e, aí sim, processa-se ou não a análise do conteúdo apresentado pelo paciente (FREUD, 2006k).

Nasio, reforçando a constante busca de desvendar o desconhecido por Freud, enfatiza que “a psicanálise não é um sistema fechado, à maneira de uma teoria abstrata. Ela é obrigada a se abrir constantemente e a avançar de modo tateante, guiada por uma única exigência: empenhar-se na escuta daquele que sofre e verbaliza seu sofrimento.” (NASIO, 1995, p. 47).

Freud ainda pontua que a Psicanálise confere a efetiva relevância da palavra na vida de um sujeito e isso se justifica ao se deparar com texto sobre “Parapraxias” (FREUD, 2006j). Ela consegue mostrar a importância que a palavra tem, não só no tratamento, mas em várias circunstâncias de vida. E ele sutilmente critica os que a valorizam em outros contextos e a descredenciam como forma de atuação e solução de conflitos psíquicos.

Por meio de palavras uma pessoa pode tornar outra jubilosamente feliz ou levá-la ao desespero, por palavras o professor veicula seu conhecimento aos alunos, por palavras o orador conquista seus ouvintes para si e influencia o julgamento e as decisões deles. Palavras suscitam afetos e são, de modo geral, o meio de mútua influência entre os homens. Assim, não depreciaremos o uso das palavras na psicoterapia, e nos agrada ouvir as palavras trocadas entre o analista e seu paciente (FREUD, 2006j, p. 27).

Observa-se, então, que a Psicanálise tende a ser uma ciência aberta, pois se baseia na palavra do paciente. E esta tem seu tempo de percepção, aceitação, resistência, negação, sublimação e todos os demais mecanismos psíquicos aplicáveis a uma história de vida que pretenda se submeter à terapia psicanalítica. Tem começo, mas não tem previsão de fim, pois não se finda enquanto houver vida que lhe possibilite aplicação de entendimento. E isso, por si, já é suficiente para a manutenção de sua existência enquanto terapia e fonte de estudos.

Por tudo isso, após Freud, outros conceituados psicanalistas como Sandor Ferenczi (1873-1933), Melanie Klein (1882-1960), Anna Freud (1895-1982), Wilfred Ruprecht Bion

(1897 – 1979), Erich Fromm (1900-1980), Jacques Lacan (1901 – 1981) e André Green (1927 – 2012) continuaram a investigar os mistérios da psique e da amplitude da palavra, debatendo e reformulando alguns dos postulados de Freud. Mas sem dúvida, partindo do seu ponto de interpretação.

## **6 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SUPEREGO E SUA IMPORTÂNCIA COMO INSTÂNCIA DE CONTROLE**

O superego não teve esta denominação definida desde o começo dos estudos de Freud, mas já se apresentava com a predisposição de ser um censor com atuação repressiva. No texto “Atos obsessivos e práticas religiosas” (FREUD, 2006o) há indicativos de sua funcionalidade, porém sob a denominação de consciência. Freud cita que a repressão do instinto seria objetivada pela consciência, porém, considerada como uma espécie de consciência “especial” (FREUD, 2006o, p.114) do sujeito, que pretendia o controle e o confronto de impulsos.

No texto “Sobre o Narcisismo: uma introdução” (FREUD, 2006d), Freud já dizia que a repressão era proveniente do ego e estava relacionada ao seu amor próprio. Explicou que quando o sujeito era alimentado por impressões, vivências, impulsos e desejos e ele já tinha elaborado um ideal, conseguiria lidar satisfatoriamente com essas experiências. Se, ao contrário, ele não tivesse ainda definido um ideal para si, possivelmente esse material seria rejeitado, sem sequer vir à consciência. O sujeito que já tinha estabelecido seu ideal conseguia perceber seu ego real, mas aquele que não o havia formalizado ainda, não tinha esse domínio. A repressão estava, então, condicionada à criação de um ideal pelo ego – uma espécie de filtro e referência pelos quais se definiria o que seria admissível ou não sentir, fazer e desejar. O ego real, durante a infância, vai procurar atender a esse ego ideal, e o narcisismo surge com esse processo de busca, pois o ego ideal detém grande valor vislumbrado à perfeição. O ego ideal torna-se alvo do amor a si mesmo, complementa Freud. Ele afirmou que “a formação de um ideal aumenta as exigências do ego, constituindo o fator mais poderoso a favor da repressão; a sublimação é uma saída, uma maneira pela qual essas exigências podem ser atendidas sem envolver repressão” (FREUD, 2006d, p.101).

Após a infância, essa perfeição continua sendo objetivada, pois não se quer perder o referencial de amor próprio. Entretanto, as vivências e mesmo a autocrítica, por vezes, desviam a obtenção ou a manutenção desse ego ideal, gerando no sujeito mecanismos capazes de reconquistar esse modelo, mas agora através de nova formatação. Tudo isso para reforçar que, nesse período, já se pesquisava sobre a existência do superego, pois Freud apostava na existência de um agente psíquico especial, que atuaria na busca da satisfação narcísica resultante do ideal do ego, fiscalizando a compatibilidade do ego real com o ideal (FREUD, 2006d).

Freud explica o porquê do incômodo criado pela formação do ideal do ego. Esse ideal surgiu a partir da influência crítica dos pais e das diversas relações estabelecidas e avaliadas

pelo mundo externo. Uma vez absorvidas essas influências, elas passam a ser conteúdos pessoais, vigiados pela própria consciência. Freud esclarece que todas as vivências e assimilações absorvidas pelo sujeito contribuem para a formação da sua autoestima, que então é diretamente ligada à libido narcisista, pois tentará resgatar seu estado primário, de perfeição. Além disso, ele explica que a dimensão da autoestima revela o tamanho do ego do sujeito. “Uma parte da autoestima é primária - o resíduo do narcisismo infantil; outra parte decorre da onipotência que é corroborada pela experiência (a realização do ideal do ego), enquanto uma terceira parte provém da satisfação da libido-objetal.” (FREUD, 2006d, p.107).

Até que Freud conseguisse definitivamente identificar o superego como instância distinta do ego e id, ele passou por hipóteses e nomenclaturas que gradativamente foram descartadas. Caracterizá-lo como uma consciência especial e como um agente psíquico especial foi o primeiro exemplo disso. Chegou a identificá-lo também como o próprio ideal do ego. Essas alterações são mostras de que Freud escreveu sua obra em tempo real de seu desenvolvimento e que, definitivamente, ele não tinha a revisão como sua inimiga.

Outro indicativo de que as atribuições do superego estiveram identificadas ao ego são comentadas por Freud no texto “A consciência e o que é inconsciente” (FREUD, 2006b). O conteúdo consciente está na instância mental chamada ego, no qual os processos mentais estão organizados de forma coerente. “Ora, todo o nosso conhecimento está invariavelmente ligado à consciência. Só podemos vir a conhecer, mesmo o Ics., tornando-o consciente.” (FREUD, 2006b, p.33). Freud ressaltou que o ego supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e até mesmo os censura, procedendo à repressão e à exclusão de conteúdos vinculados ou não à consciência, já que há também no ego conteúdo inconsciente, que não se confunde com o material do pré-consciente.

Ao dizer que o ego supervisiona seus processos, deliberando sobre a censura e a repressão, Freud já estaria percebendo algumas das atribuições que mais tarde seriam do superego, porém, não havia ainda estabelecido essa diferenciação. Houve, portanto, reestruturação do ego e mesmo do id, até que se formulasse o superego como instância. Então, para entendê-lo, é necessário retomar alguns pontos peculiares do id e do ego, pois sua construção perpassa por essas instâncias.

O ego não se acha nitidamente separado do id; sua parte inferior funde-se com ele. [...] O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões. [...] o ego tem o hábito de transformar em ação a vontade do id, como se fosse sua própria (FREUD, 2006b, p.38).

Freud dizia que, embora houvesse muita demanda de prazer advindo do id, havia, em contraponto, pelo ego, o esforço de aplicação do princípio da realidade com o objetivo de que

o sujeito não perdesse sua capacidade de discernimento e observação para sua adaptação ao contexto inserido. Deixava claro que o sujeito era influenciado por suas histórias internas e por aspectos exteriores, como o meio ambiente e tudo em seu entorno, absorvendo ou não as possíveis exigências e expectativas que essa parte externa esperava dele. Disso tudo podiam surgir convergências passíveis de absorção e aceitação ou divergências, conflitos que se formariam a partir da contraposição de questões internas com exigências externas ou extremas (FREUD, 2006b).

No avançar de seus estudos na obra “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 2006i), Freud, a partir de interpretações de guerras internas entre a consciência e os objetivos idealizados, concluiu que o ego era composto por partes que não apenas se influenciavam, mas também se enfrentavam. Concluiu que a parte que chamou de ideal de ego exigia do próprio ego decisões, posicionamentos e ações que não estariam totalmente compatíveis com as potencialidades disponibilizadas.

Mostram-nos o ego dividido, separado em duas partes, uma das quais vocifera contra a segunda. Esta segunda parte é aquela que foi alterada pela introjeção e contém o objeto perdido. Porém a parte que se comporta tão cruelmente tampouco a desconhecemos. Ela abrange a consciência, uma instância crítica dentro do ego, que até em ocasiões normais assume, embora nunca tão implacável e injustificadamente, uma atitude crítica para com a última. [...]. A essa instância chamamos de ‘ideal do ego’ e, a título de funções, atribuímos-lhe a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão. [...] gradualmente reúne, das influências do meio ambiente, as exigências que este impõe ao ego, das quais este não pode sempre estar à altura; de maneira que um homem, quando não pode estar satisfeito com seu próprio ego, tem, no entanto, possibilidade de encontrar satisfação no ideal do ego que se diferenciou do ego (FREUD, 2006i, p.113).

Freud, no texto “Estar amando e hipnose” (FREUD, 2006i), fez apontamentos sobre o que seria o ‘ideal do ego’, identificou atribuições aparentemente contraditórias. Ao mesmo tempo em que o ideal do ego relacionava-se à ideia de proteção ao testar a realidade das coisas, era também o idealizador da perfeição, da autossuficiência e onipotência, exigindo que o desempenho do ego atendesse a essas expectativas e àquelas do meio externo. Quando o ego não o fazia, o ideal do ego criticava-o ferozmente. O ego, então, estaria praticamente sempre aquém das imposições do ideal do ego. Eventualmente, quando o ego conseguia atender ao ideal do ego, a sensação era de plena satisfação consigo, mas se estivessem à beira de uma tensão, gerava-se o sentimento de culpa, de incapacidade ou mesmo de frustração, explicou Freud. Por esses motivos, seriam funções contraditórias – ora era o idealizador, ora era o algoz (FREUD, 2006i).

No texto “A consciência e o que é inconsciente” (FREUD, 2006b) Freud observou que, em relação ao id, existiam nele resíduos de egos e, assim, quando o superego é formado pelo

ego a partir do id, estaria apenas revisitando e ressuscitando egos primários. Dessa forma, o superego surgiu gradativamente a partir do id e do ego e Freud percebeu posteriormente que, na realidade, essa instância estaria distante de caracterizar-se como vinculada ao consciente, como inicialmente foi citado, já que tinha componentes do id como formação. Essa análise se juntou às demais observações na caminhada de reformulação do superego (FREUD, 2006b).

Em meio a um emaranhado de informações, a partir de pesquisas e observações de seus pacientes, em relação a aspectos ‘benévolos e malévolos’, Freud foi construindo a conceituação de superego, distanciando-o da nomenclatura inicial de ideal do ego, pois estava, em muitos momentos, sendo usada indistintamente, e já havia sinais de diferenciação. O ideal do ego representava o que gostaria de ser; tinha o papel de modelo proposto ao ego, uma espécie de guia referencial da perfeição. Isso podia gerar conflito quando o ego não conseguia segui-lo, e o superego tinha outro papel, muitas vezes contrário a essas idealizações, já com conotação de punição e severidade. (FREUD, 2006b)

O superego, contudo, não é simplesmente um resíduo das primitivas escolhas objetivas do id; ele também representa uma formação reativa enérgica contra essas escolhas. A sua relação com o ego não se exaure com o preceito: ‘Você *deveria ser* assim (como o seu pai)’. Ela também compreende a proibição: ‘Você *não pode ser* assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele.’ (FREUD, 2006b, p.49).

Poder-se-ia dizer que o superego se apossava do papel do ideal do ego e dava a trajetória desejada ou idealizada – “você deveria ser assim” –, ao mesmo tempo em que traria o interdito – “você não pode ser assim” – algo ambivalente. Somado a essa ambivalência, daria também a delimitação de realidade, provocada por desejos inconscientes em contraposição a influências de autoridades, inclusive pelo viés do complexo de Édipo.

Freud esclarece que o superego tem sua posição em destaque no ego por dois motivos principais. Primeiro, porque no período da infância estabeleceu a primeira identificação com o pai enquanto o ego ainda era frágil, e, segundo, porque é o herdeiro do complexo de Édipo. Dessa forma, pode inserir os objetos mais relevantes e significativos no ego como regras, leis e direcionamentos. Assim, sustenta-se distintamente do ego e detém domínio sobre este. Resta ao ego, praticamente, a sua submissão aos mandos do superego (FREUD, 2006b).

Freud, já na segunda tópica, apresentou a paradoxal proposição de que “o homem normal não apenas é muito mais imoral do que crê, mas também muito mais moral do que sabe”(FREUD, 2006b, p.67). Ele quer deixar transparecer que o superego tem relações muito próximas com o id, material inconsciente e, por consequência, distancia-se do ego consciente. Pode-se dizer que, com a evolução de seus estudos clínicos, ficou evidente, no caso do superego, que ele não se delimitaria apenas à moral, às censuras e à regulação, como

inicialmente o entendeu Freud. Mas que tinha um *quantum* de aspectos severos e agressivos para com o ego, instância psíquica que proporcionaria o contato com a realidade, e que, por vezes, encontrava-se coagido e criticado, como se estivesse sendo vigiado (FREUD, 2006b).

O superego tem uma relação de superioridade com o ego, confirmou Freud, na medida em que, embora o ego apresente alterações posteriores a partir de influências diversas, sua relação com o superego mantém-se, obrigatoriamente, de submissão às referências iniciais e às cobranças deste. Concluiu que a instância do superego se sobrepõe ao ego e, conseqüentemente, ao id, já que este está também sob sua força reativa (FREUD, 2006b).

Freud explicou também que o superego é “a consciência em ação no ego”(FREUD, 2006b, p.187) e, por isso, torna-se cruel e agressivo com o próprio ego, que está a ‘seu dispor’. Isso significa dizer que o ego permite ao superego influenciar suas percepções, razão, objetivos e, assim, enfraquecer sua capacidade psíquica a ponto de não discernir sobre suas necessidades, inclusive as emocionais. Dessa forma, submete-se às regras rígidas do superego que, como já pontuado, está constantemente insatisfeito, gerando e vivenciando conflitos (FREUD, 2006b).

Mas como o superego obteve tal posição de superioridade sobre as demais instâncias? E, na medida em que o ego não atende ao ideal do ego, por que deve ter medo? Essas foram perguntas elaboradas e respondidas por Freud em seu texto “O problema econômico do masoquismo” (FREUD, 2006b). Ao explicar, trouxe também à tona uma questão estrutural da infância, o complexo de Édipo, o referencial de toda a teoria psicanalítica (FREUD, 2006b).

A origem do superego tem conotação biológica e histórica, segundo Freud em seu texto “O ego e o superego (ideal do ego)” (FREUD, 2006b). Por biológica, descrevem-se o desamparo e a própria dependência na infância, aspectos que lhe são peculiares e, por histórica, revela-se o desenvolvimento cultural estabelecido para a manutenção da espécie humana desde a era glacial, passando necessariamente pelo complexo de Édipo, que introduz o senso ético individual da moralidade. Ele sustenta que o superego é que oferece a primeira importante identificação do indivíduo – “com o pai em sua própria pré-história pessoal” –, e, por isso, está vinculado ao complexo de Édipo (FREUD, 2006b, p.46).

O ser humano vivencia a disputa de posse e poder desde a infância, inclusive na fase conhecida como complexo de Édipo, caracterizada por uma relação triangular – pai, mãe e filho (a). Nessa fase, pode-se dizer que há a cisão da relação fantasiosa de desejo da criança com seus pais, possibilitando a canalização de suas energias libidinais para terceiros, posteriormente, desinvestindo sentimentos de posse e, ao mesmo tempo, exorcizando fantasias destrutivas que se apresentam numa disputa de poder inconsciente para a aquisição do amor pretendido do pai ou da mãe pelo filho (a). Que o superego e o ideal do ego foram inicialmente confundidos e

indistintos, já se sabe. Entender as similitudes e as diferenças do superego e do ideal do ego é o primeiro passo para esclarecimentos sobre os desdobramentos da distinção dessas instâncias. Freud aponta o principal aspecto da diferenciação – que ao ideal do ego cabe a função de repressão do complexo de Édipo. E é para e por esse motivo que deve a sua existência (FREUD, 2006b).

O núcleo do superego é formado pela introjeção da autoridade dos pais no ego, repassada ao superego em forma de severidade fixada permanentemente, defendendo o ego de tentações libidinosas, afirma Freud. “A consciência e a moralidade surgiram mediante a superação e a dessexualização do complexo de Édipo” (FREUD, 2006b, p.189). A destruição desse complexo é creditada a algumas alternativas, como por exemplo: ocorre devido ao não contemplamento de seus objetivos por seu fracasso, provocado por impossibilidades internas ou devido a questões de processos conclusivos de desenvolvimento, com prazo para findar e oportunizar outras etapas de desenvolvimento. E ainda há a hipótese de destruição do complexo de Édipo pela castração, bastando para os meninos apenas a ameaça dessa, diferentemente para as meninas, que a absorvem como consumada, revela Freud (FREUD, 2006b).

Na obra “Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)” (FREUD, 2006s), no relato da XXXI Conferência denominada “A dissecação da personalidade psíquica”, Freud deixa claro que a destruição referida está estritamente ligada à estrutura do complexo de Édipo e não àquilo que ela proporciona à formulação do superego. Isso significa que a severidade introjetada mantém-se porque a moralidade já foi instituída. O superego opta, unilateralmente, pela função punitiva e proibidora dos pais, desprezando o carinho e a atenção também presentes nos mesmos (FREUD, 2006s).

O texto “As relações dependentes do ego” (FREUD, 2006b) descreve que o superego é munido de fontes capazes de gerar percepções, sentimentos e conhecimentos, principalmente a partir da sua interação com o mundo externo real, por via de ideias internalizadas, vivências e tradições absorvidas. Dessa forma, intitula-se como representante desse mundo assimilado e, conseqüentemente, torna-se uma referência para o ego. E esse conhecimento absorvido, gerando consciência, é o retrato obscuro do medo que o ego tem do superego, como diz Freud. O processo ameaçador é camuflado, gerando um reflexo de fuga – ansiedade que se reverte em proteção. O efeito disso tudo é a autopercepção de incapacidade que o ego apresenta, pois já não se sentia capaz de suportar as demandas internas do id e, agora, somam-se as demandas externas apresentadas pelo superego. Por isso, Freud afirma que “vemos este mesmo ego como uma pobre criatura que deve serviços a três senhores e, conseqüentemente, é ameaçado por três perigos: o mundo externo, a libido do id e a severidade do superego.” (FREUD, 2006b, p.70).

Somado a isso, Freud ainda vai dizer sobre a moralidade. No texto “O ego e o superego (ideal do ego)” (FREUD, 2006b), ele aponta a o superego como supermoral e cruel tal qual o id pode ser.

Do ponto de vista do controle instintual, da moralidade, pode-se dizer do id que ele é totalmente amoral; do ego, que se esforça por ser moral, e do superego que pode ser supermoral e tornar-se então tão cruel quanto somente o id pode ser. É notável que, quanto mais um homem controla a sua agressividade para com o exterior, mais severo - isto é, agressivo - ele se torna em seu ideal do ego. A opinião comum vê a situação do outro lado; o padrão erigido pelo ideal do ego parece ser o motivo para a supressão da agressividade. Permanece, contudo, o fato de que, como afirmamos, quanto mais um homem controla a sua agressividade, mais intensa se torna a inclinação de seu ideal à agressividade contra seu ego. É como um deslocamento, uma volta contra seu próprio ego. Mas mesmo a moralidade normal e comum possui uma qualidade severamente restritiva, cruelmente proibidora. *É disso, em verdade, que surge a concepção de um ser superior que distribui castigos inexoravelmente* (FREUD, 2006b, p. 68) (*grifo nosso*).

Fica claro que a severidade se expressa devido às exigências impostas ao ego pelo *quantum* de moralidade introjetada no ideal do ego, e este atuará como um franco atirador ao próprio ego, num processo de retroalimentação. Se a agressividade se exterioriza controladamente, no aspecto interno o processo pode ser devastador. Contrariamente, se não há controle da agressividade externada, ou seja, se ela for descomedida, o ego se apresenta menos exigido, porque a severidade está posta ao mundo externo.

Freud ainda rediscute a definição do superego e agora diz que ele representa o mundo interno – o id –, direcionando-o à parte mais inconsciente, enquanto a instância do ego representa o mundo externo – separa-os, embora continuem interagindo. Entretanto, mesmo que represente o id, os desejos e as idealizações, o superego apresenta-se de forma reativa às tais imposições, obrigando o ego a reprimi-las. Isso significa reafirmar, como diz Freud, que o ego não detém controle sobre o superego e suas inferências, porque este tem acesso a informações inconscientes, desconhecidas pelo ego. Com isso, ele complementa, o ego se vê fragilizado para enfrentar o id e o superego, e acaba por reduzir seu papel ou possibilitar ao superego a superioridade. Essa é também uma explicação para a questão levantada, anteriormente, sobre a superioridade do superego (FREUD, 2006b).

Freud praticamente não revela a benevolência disponibilizada pelo superego no decorrer de sua obra; ao contrário, reafirma que ele sempre estará a postos para associar-se ao id e tentar derrubar o ego. Enquanto o ego configurar-se incapaz de dominar a natureza maligna do superego, este agirá sem limites, inibindo a capacidade de discernimento pretendida pelo ego. Homrich (2008) afirma que não é possível acreditar facilmente em benevolência do superego,

sugerindo que talvez seja mais acertada a ideia substitutiva de que o ego esteja reagindo positivamente contra os malfeitos do superego, limitando-o.

Mas de onde vem tanta maldade prevista por Freud ao superego? Há de haver um fundamento e ele o evoca nos estudos de casos de melancolia, já que a Psicanálise se estruturou e se sustentou em grande parte com base nos estudos de patologias.

Antes, porém, Freud explica no texto “O problema econômico do masoquismo” (FREUD, 2006b) sobre a incidência de instintos essenciais na vida humana. Esclarece que os instintos de vida (libido e ou Eros) e de morte são componentes previstos na cadeia psíquica de todo ser humano, assim como os princípios de realidade e de prazer, influenciando todas as condutas do sujeito. São esses componentes que alimentam e retroalimentam a evolução ou a involução do sujeito, desencadeando comandos às estruturas psíquicas, gerando patologias ou normalidades.

O princípio de Nirvana expressa a tendência do instinto de morte; o princípio de prazer representa as exigências da libido, e a modificação do último princípio, o princípio de realidade, representa a influência do mundo externo. Nenhum desses três princípios é realmente colocado fora de ação por outro. Via de regra, eles podem tolerar-se mutuamente, embora conflitos estejam fadados a surgir ocasionalmente do fato dos objetivos diferentes que são estabelecidos para cada um – (FREUD, 2006b, p.180).

Freud revela que o princípio do prazer atua como um vigilante da vida, com a função de obstruir e desviar o foco do instinto de destruição ou morte para o mundo externo e este está diretamente relacionado com o princípio da realidade, interagindo entre si. Esclarece também que, por vezes, o princípio de destruição associa-se ao aparelho muscular, surgindo daí a agressividade expressa. “O instinto é então chamado de instinto destrutivo, instinto de domínio ou vontade de poder.” (FREUD, 2006b, p. 183).

Observa-se então que todo ser humano tem potencialmente esses instintos e princípios, que não se excluem, mas convivem, harmonicamente ou não, dependendo de interações das percepções absorvidas a partir da relação com o meio externo. Fica claro, também, que conflitos são pontos comuns que podem surgir em qualquer sujeito; o que vai diferenciar é o *quantum* de cada princípio ou instinto e suas influências na estrutura psíquica dessas pessoas.

Uma patologia típica de predominância de instinto destrutivo é a melancolia. Freud escreveu um artigo específico sobre “Luto e Melancolia” (FREUD, 2006d) e define suas diferenças. Nele, expõe que a diferença básica entre essas está na condição da autoestima. No luto não há evidência de alteração na autoestima da pessoa, pois ela apenas estará vivendo a perda de um ente querido ou vivenciando uma mudança que possa ter desestabilizado-a momentaneamente, sem indicativo de alteração de valor pessoal. Já na melancolia, o principal

ponto de alteração é exatamente o desprezo por si, com extrema fragilidade de sua autoestima, denotando um ego pobre e vazio (FREUD, 2006d).

Os traços mentais distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de auto-estima a ponto de encontrar expressão em auto-recriminação e auto-envilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição (FREUD, 2006d, p.250).

A melancolia é um quadro psicopatológico, afirmou Freud, com excesso de atuação do instinto de morte<sup>10</sup>. Nesse caso, há uma perda, que pode ser de um ente querido ou de um objeto, entretanto, a pessoa não tem consciência do que ela perdeu; trata-se de uma questão inconsciente, de “um empobrecimento de seu ego em grande escala” (FREUD, 2006d, p.251). O melancólico acha-se um ser desprezível, incapaz de qualquer execução de projeto de vida. Há um delírio de inferioridade, em especial no aspecto moral, deixando-se de cumprir com necessidades básicas e essenciais como comer, dormir, dentre outros. Há total desinteresse pela vida, predominando para si intensa autocrítica, sem, entretanto, ser compatível com sua real situação (FREUD, 2006d).

Freud conclui que os melancólicos se submetem a um processo de autoagressão. “Toda vez que se examinam os fatos, essa conjectura é confirmada. É assim que encontramos a chave do quadro clínico: percebemos que as auto-recriminações são recriminações feitas a um objeto amado, que foram deslocadas desse objeto para o ego do próprio paciente.” (FREUD, 2006d, p.254). Na realidade, trazem para si um reflexo do que é vivido com o objeto amado. Tudo isso reflexo de possibilidades permitidas pelo superego. Sua capacidade de perversidade chega a tal extremo.

Mesmo depois de tantas evidências da natureza maléfica do superego, no seu texto “O humor” (FREUD, 2006c), Freud parece deixar transparecer uma parcela de dúvida nessa caracterização ou, dito de outra forma, uma expectativa positiva, trazendo a associação de humor ao superego, contrariando toda a linha de fundamentação até então explorada. Faz a releitura de seus escritos de 1905, “Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente”, e levanta a possibilidade de existência de um *quantum* de benevolência, associada ao humor. Em 1905, tinha o seguinte foco: “meu objetivo era descobrir a fonte do prazer que se obtém do humor e acho que pude demonstrar que a produção do prazer humorístico surge de uma economia de gasto em relação ao sentimento.” (FREUD, 2006c, p.169).

---

<sup>10</sup> Já referendado como instinto de destruição na segunda tópica.

Freud no texto “Escritores criativos e devaneios” (FREUD, 2006o) faz ponderações entre brincar e realidade, até chegar ao humor; são antíteses. O oposto de brincar não é o sério, como muitos pensam. Para a criança, há o brincar; para o adulto, há a fantasia, definida com seriedade, emoções, e nem por isso se confunde com a realidade. Embora haja indicativo de que a criatividade seja perceptível em alguns, Freud deixa claro que todos têm potencial para a criatividade, embora muitos não a utilizem. Crescer muitas vezes parece ser o mesmo que abdicar do prazer de brincar, mas ele diz que é muito difícil renunciar a um prazer já experienciado, então, revela que não há abdicção de nada. O que acontece é a troca de uma coisa por outra, uma substituição - brincar por fantasiar. O adulto, ao contrário das crianças, prefere esconder suas fantasias a mostrá-las. Opta por não confiar aos outros seus desejos insatisfeitos, que geralmente são as fontes das suas fantasias, talvez porque são mutáveis com o passar dos tempos e novos contextos inseridos (FREUD, 2006o).

O austríaco, em seu texto “Os propósitos dos chistes” (FREUD, 2006p), deixa claro que são várias as técnicas de chistes, os motivos e as formas que desencadeiam suas construções. Há os chistes verbais e conceituais, mas também os que se realizam com um fim em si mesmo, sendo classificados como inocentes; e há aqueles que se apresentam para servir a um fim. Os chistes, em regra, têm como objetivo inequívoco provocar um sentimento de prazer ao ouvinte, mas também podem ter a conotação de hostilidade ou de crítica, sendo chamados de ‘tendenciosos’ ou ‘cínicos’ (FREUD, 2006p, p. 118).

Como a proposta aqui é tentar desvendar a relação de humor e superego, o foco desta abordagem será o chiste ‘tendencioso’, que depois recebe o nome de chiste ‘cínico’. O chiste ‘tendencioso’ se compõe, no mínimo, por três integrantes: quem o faz, quem é o alvo de sua construção e o ouvinte. Sabe-se que a hostilidade é reprimida a partir da convivência social, mas a repressão não exclui a agressividade, apenas a contém em prol da segurança pessoal e social, embora aquela tente de alguma maneira lançar-se ao mundo externo. Um dos caminhos é a via da expressão verbal, desencadeando a agressividade disfarçada, proporcionada por um chiste. O criador do chiste, ao fazer de seu alvo um ser desprezível ou cômico, gera no ouvinte um riso que se traduz na confirmação da “derrota” de quem foi inferiorizado. O foco do chiste não se restringe apenas às pessoas, podendo ser direcionado a instituições, dogmas morais, religiosos ou qualquer condição que, em regra, desfruta de respeito, sendo difícil a aplicação de oposições diretas (FREUD, 2006p).

Então, em 1927, 22 anos depois Freud, no texto “O Humor” (FREUD, 2006c), complementa a explicação sobre a função do humor, distinguindo-o do chiste. Diz que o humor é uma das formas do ego reverter a situação de pressão, sofrimento e angústia, quando em

contato com a realidade. Ao citar um exemplo diz que “o humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais.” (FREUD, 2006c, p.170). O humor é um mecanismo de defesa do ego usado como recusa à dor e ao sofrimento. Vale lembrar, diz Freud, que no ego há um núcleo com um agente específico, o superego, e que este geralmente tem domínio sobre aquele, não o permitindo sequer alcançar uma pequena quantidade de prazer.

A distinção entre humor e chiste consiste em que este provoca o prazer ao próprio eu, mas também pode ser uma ferramenta para externar a agressividade. Acrescenta que as formas de proporcionar humor e chistes têm graus de intensidade. O prazer humorístico tem menor intensidade que qualquer um dos demais, entretanto, é o único que demonstra dignidade. A atitude humorística evita o sofrimento, propicia a superioridade do ego frente ao mundo externo e sustenta o princípio do prazer, sem gerar problemas de saúde mental ao sujeito (FREUD, 2006c).

“Um chiste é, portanto, a contribuição feita ao cômico pelo inconsciente. Exatamente do mesmo modo, o humor seria a contribuição feita ao cômico pela intervenção do superego.” (FREUD, 2006c, p.173). Importante lembrar que o superego não iria se submeter a proporcionar prazer ao ego tão facilmente, por mera benevolência. Ao proporcionar, está repudiando a realidade e gerando uma condição fantasiosa. Freud diz que esse prazer tem conotação de liberdade e enobrecimento, mas não conseguiu esclarecer isso à época. O importante é a intenção a ser transmitida, seja para o eu, seja para as outras pessoas. A ideia é desmistificar a conotação de perigo gerada na percepção do mundo externo (FREUD, 2006c).

A essência do humor, completa Freud, é poupar o afeto e as emoções, mas isso não ocorre no nível consciente. O ego se recusa a ser afetado pelo mundo externo quando este o remete ao sofrimento; o ouvinte espera, de quem tem a atitude humorística, uma referência de afeto ou até mesmo um descontentamento, ou seja, qualquer expressão de sentimento que o remeta a introspectar. Mas é frustrado, pois há uma diminuição do gasto de sentimento. Interessante perceber a ambiguidade que nisso ocorre, como continua Freud: é exatamente a economia de sentimento proporcionada pelo humorista que se reverte em humor para ambos. Freud alega que nem todas as pessoas têm atitudes humorísticas, que se trata de um dom raro e precioso e que poucas pessoas conseguem perceber o prazer proporcionado por tais atitudes. Fechando o assunto, ele trata da perspectiva de bondade do superego quando ele evita que o ego sofra em contato com o mundo externo e, assim, deixa aberta a perspectiva da natureza do superego (FREUD, 2006c).

As perguntas que se mantêm são – esse tipo de humor seria mesmo caracterizador de benevolência do superego ou seria uma probabilidade de fortalecimento do ego perante seu algoz? Analisando o chiste ‘cínico’, como fica a presença da hostilidade supostamente disfarçada que provoca um *quantum* de prazer para quem o faz e para quem o ouve? Não se pode negar que haja nesse tipo de chiste a elaboração subliminar de constrangimento, deboche ou agressividade, compartilhado e entendido pelos presentes. É certo também que existem outras formas de proporcionar o humor, mas os chistes, segundo Freud, têm mais intensidade de ação que a atitude humorística. A questão aqui é, lembrando: humor e prazer como frações de atuação do superego, representando algo de benevolente. Humor no estilo perverso tem mesmo graça?!

Nasio (1991), interpretando os ensinamentos de Freud, parece não pactuar com a ideia de benevolência do superego citada ao final daqueles estudos. Sintetiza que o superego apresenta-se em três instâncias: superego-primordial, consciente e tirânico. Para esse autor, o superego é o herdeiro do complexo de Édipo, porque absorve algumas de suas referências e conflitos que terão reflexos nos desdobramentos analisados nessa instância psíquica. A oposição entre lei e satisfação vivenciada no complexo de Édipo gera, no superego, o desenvolvimento de um conjunto de exigências morais e de proibições que serão referenciais para o decorrer da vida humana. Em meio a essa oposição encontra-se o desejo latente, que não é eliminado, mas renunciado. O superego primordial possui três funções importantes e inconscientes: proibir, exortar, proteger. Há uma movimentação interna, antagônica, na realidade, na qual o superego, ao mesmo tempo em que estimula o desejo, proíbe sua satisfação em prol da proteção e da integridade do eu. Há um misto de sentimentos de amor, ódio e medo nesse superego primordial que, mais tarde, terá revertido o ódio em severidade sádica e a angústia em culpa do eu (NASIO, 1991).

Tem-se, junto ao superego primordial, duas categorias radicalmente contrárias e concomitantes, continua Nasio (1991). Uma delas expressa a personalidade, o superego-consciência: com caráter espiritual, ideal e autocrítico. Responde pelas condutas adotadas, proporciona julgamentos e oferece uma referência de ideal, representando subjetivamente moral, religião, arte, tudo a favor do bem-estar social e individual dessa pessoa. Em oposição a esse superego-consciência, tem-se a categoria da crueldade, da perversidade, responsável pelas ações humanas mais insanas como o suicídio, a guerra, o assassinato e outros. Chama-se de superego-tirânico que, pelo nome, pensa-se como o provedor das aflições humanas, que ordena inconscientemente o ‘eu’ a infringir limites e violar proibições, devendo ser policiado constantemente para não explicitar sua perversidade, embora falhe, como se observa em ações

citadas. O que se apresenta como instigador para essas violações não é proveniente do mundo externo, mas do interno, do id, com o objetivo de violar as proibições do superego-consciente e proporcionar um sentimento avassalador que supera qualquer prazer, chegando ao êxtase total da satisfação (NASIO, 1991).

Nasio (1991) chega à conclusão de que Freud está correto quando aponta a pulsão ou instinto de morte instalado no superego focado diretamente no ego. Interpreta também que não há incorporação da lei, mas apenas o uso do modo imperativo da lei, adotando-o em suas funções. Como dito, há um desejo de se chegar ao êxtase, ao princípio de nirvana, quando acabarem todos os conflitos, sofrimentos e dores. Mas o superego não permite ao ego chegar a tanto, porque há diversidade das funções do superego-tirânico: proíbe-se a expansão de prazer, embora se constate o prazer de interditar, sugerindo que tal ambiguidade objetiva a preservação da integridade do ego. Os reflexos ocorrem no sentido de que o estímulo pode remeter a realizações de violência explícitas e, internamente, o ego pode sentir-se impotente, porque não consegue realizar seu desejo, gerando culpa. A proibição pode gerar autopunição e culpa, por tentar realizar o desejo, e a proteção é tamanha, ao ponto de gerar comportamentos de inibição. A culpa inconsciente desencadeia a ideia da necessidade de ser punido, representando uma relação de causa-efeito (NASIO, 1991).

Embora se obtenha diversos entendimentos sobre o superego, Homrich (2008) alerta que essa instância é um conceito ainda obscuro por sua complexidade, ultrapassando os limites da Psicanálise, interferindo não só no psiquismo do sujeito individualmente considerado, mas também na vida social e cultural do homem.

De acordo com a teoria freudiana, o superego é uma entidade ao mesmo tempo interior e exterior, individual e social, masculina e feminina; ele nasce do id e ao mesmo tempo é herdeiro dos conflitos edípicos, e apesar disso, tem a função de se opor a ambos, tornando-se simultaneamente fruto e juiz do id e também do Édipo; o superego ainda é tido como guardião da moral e dos bons costumes, mas surpreendentemente ele tem o mesmo caráter violento e irracional dos impulsos edípicos que Freud pressupôs que ele deve reprimir; e ao lado de tudo isto, o superego na visão de Freud é ao mesmo tempo estrutura constituinte da personalidade e agente crítico dela mesma. (HOMRICH, 2008, p. 14).

Observa-se, portanto, que tratar de superego não parece ser algo definitivo, mas decisivo, já que permeia todas as ações e reações psíquicas dos seres humanos. Entender a interferência que essa estrutura psíquica realiza também no coletivo favorece o desenvolvimento do raciocínio utilizado na analogia proposta nesta pesquisa. Pois estamos a tratar de um Poder Judiciário que se põe a controlar a sociedade e de um superego que se posta como detentor das demais estruturas psíquicas, sem que ambos, efetivamente, tenham

legitimidade para isso: simplesmente o fazem. Além disso, há de se verificar as similitudes e divergências que eventualmente podem ser percebidas quando forem analisados todos os aspectos, implícitos e explícitos, depositados nessa instância, e os reflexos causados quando transportados para a realidade da sociedade em sua relação com o Poder Judiciário.

## 7 OS GRUPOS HUMANOS E O PAPEL DO SUPEREGO NA PERSPECTIVA FREUDIANA

Em “Totem e Tabu” (FREUD, 2006q) é possível identificar que antes de 1897, Freud já demonstrava interesse em aprofundar-se nas questões antropológicas que pudessem complementar alguns dos conteúdos tratados pela Psicanálise. Em suas diversas cartas, correspondidas com amigos e estudiosos, em especial a Fliess, surgiam tais assuntos. Uma delas chama a atenção nesse período, pois daria indícios de que ele já tinha como temas a serem desenvolvidos a religião, a sociedade, o início e o fim de tudo.

Novamente, na Carta 78 (12 de dezembro de 1897), escreve: ‘Pode imaginar o que são “mitos endopsíquicos”? São o fruto mais recente de meus trabalhos mentais. A obscura percepção interior de nosso próprio mecanismo psíquico estimula ilusões de pensamento, que são naturalmente projetadas para o exterior e, de modo característico, para o futuro e o além-mundo. Imortalidade, castigo, vida após a morte, todos constituem reflexos de nossa própria psique mais profunda [...] psicomitologia.’ (FREUD, 2006q, p.14).

Para tratar de grupos e afins, Freud percorreu e elaborou diversas obras e, dentre as mais significativas para o tema em questão, pode-se mencionar *Totem e Tabu*, com conteúdos divididos em ensaios, publicados entre 1912-1913, nos quais abordou problemas não solucionados da psicologia social, trabalhando a reformulação inicial das instituições sociais e culturais<sup>11</sup>. Em *Psicologia de grupos e a análise do ego*, elaborada em 1921, abordou as diferenciações e as similitudes apresentadas em um indivíduo, tanto ao relacionar-se com outra pessoa como também ao se encontrar pertencente a um grupo<sup>12</sup>. Na obra *O futuro de uma ilusão*, de 1927, Freud procurou entender a origem da civilização e o que a sustentava em relação ao referencial individual de seus integrantes<sup>13</sup>. Já em *O mal estar na civilização*, publicado em 1930, teve como objeto de pesquisa o aspecto sociológico, no qual evidenciou a contraposição dos instintos às restrições da civilização<sup>14</sup>. Por último, na obra *Moisés e o Monoteísmo*<sup>15</sup>,

<sup>11</sup> [...] e elabora sua teoria fazendo remontar a isso a origem da quase totalidade das instituições sociais e culturais posteriores (FREUD, 2006q, p.14). [...] Representam uma primeira tentativa de minha parte de aplicar o ponto de vista e as descobertas da psicanálise a alguns problemas não solucionados da psicologia social (FREUD, 2006q, p.17).

<sup>12</sup> O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto (FREUD, 2006i, p.77).

<sup>13</sup> Dessa maneira, qualquer pessoa que ceda à tentação de emitir uma opinião sobre o provável futuro de nossa civilização fará bem em se lembrar das dificuldades que acabei de assinalar, assim como da incerteza que, de modo bastante geral, se acha ligada a qualquer profecia (FREUD, 2006c, p.15).

<sup>14</sup> O tema principal do livro - o antagonismo irremediável entre as exigências do instinto e as restrições da civilização (FREUD, 2006c, p.68).

<sup>15</sup> [...] e, por outro, temores das reações à sua publicação por parte da hierarquia católico-romana que, na época, era dominante no governo austríaco. Particularmente aqueles familiarizados com a psicanálise do indivíduo ficarão

publicada em 1937, ele tratou das convergências existentes entre a psicologia individual e a de grupos, além de abordar a religião, no momento em que era dominante no governo. Em 1937, retoma alguns desses textos e até mesmo reconsidera certos posicionamentos iniciais, como ocorreu durante toda a sua obra ao tratar de assuntos interligados. Portanto, serão agrupados neste capítulo posicionamentos de Freud relacionados a grupos, transcritos em diversos momentos de sua obra e, mais especificamente, nas referências indicadas, por serem representativas ao tema.

Jones (1989) relata que foi no Congresso Internacional de Weimar, realizado em setembro de 1911, que Freud tratou pela primeira vez das tendências da humanidade – criação de mitos –, abordou o tema do totemismo e declarou que o inconsciente continha material infantil e vestígios do homem primevo. No ano seguinte, em 1912, depois de várias tentativas infrutíferas de publicação da obra, consegue pela Imago a publicação de “Totem e Tabu”. O autor diz que Freud recebeu muitas críticas a essa obra e, em especial, dele mesmo e de Ferenczi<sup>16</sup>. Fizeram o que havia de maior temor a Freud: criticá-lo. Ele não suportava críticas, principalmente pela natureza do seu lado imaginativo e especulativo, pois se esforçava para controlá-los (JONES, 1989).

A obra Totem e Tabu foi considerada por Freud a melhor obra até então escrita segundo Jones (1989) e revelou um pouco de sua apresentação e elaboração. Confirmou que a religião sempre esteve presente nos pensamentos de Freud e, assim, ele queria entender e descrever seu significado. Inclusive, podia-se observar esse assunto nos textos iniciais do psicanalista, que associou as cerimônias religiosas a atos obsessivos. Ele chegou a dizer sobre a religião que “sua base última é o desamparo infantil da humanidade”<sup>17</sup> (JONES, 1989). Em 1911, Freud escreveu a Jones que estava debruçado na temática da “psicologia da fé e dos laços religiosos. [...] é a ordem das conexões inconscientes.”<sup>18</sup> (JONES, 1989). Alguns fatores o levaram a direcionar-se a essa temática e um dos motivos elencados por Jones foi a pesquisa desenvolvida por Jung<sup>19</sup> em relação à mitologia e à religião, com a qual Freud teve contato, discordando das conclusões lidas. Ele entrou nessa seara, mas com a análise dos aborígenes australianos e seus costumes. Além disso, já havia estudado um caso clínico conhecido como o *Pequeno Hans* – que desenvolvera fobia por cavalos –, que o alertou para o significado inconsciente proporcionado

---

fascinados em ver a mesma sucessão de desenvolvimentos apresentada na análise de um grupo nacional (FREUD, 2006n, p.15).

<sup>16</sup>Sándor Ferenczi (1873-1933) - psiquiatra e psicanalista húngaro. Foi o discípulo preferido de Freud (ROUDINESCO, 1998, p. 231).

<sup>17</sup> Carta a Ferenczi em 1º de janeiro de 1910.

<sup>18</sup> Carta a Jones, datada de 09 de agosto de 1911.

<sup>19</sup>Carl Gustav Jung (1875-1961) - psiquiatra e psicoterapeuta suíço que fundou a psicologia analítica (MIJOLLA, 2005, p. 1027).

pelos animais, a questão totêmica e a vinculação deles à ideia de um pai. Essa ideia totêmica não foi apenas dele; Ferenczi e Abraham<sup>20</sup> já haviam relatado a Freud sobre pacientes neuróticos que associaram o totem a uma árvore. A expectativa de Freud era poder relacionar as semelhanças existentes entre as crenças e os costumes dos povos primitivos estudados e as fantasias analisadas de seus pacientes neuróticos. Completando os motivos que despertaram Freud para o tema, citam-se ainda as obras de Frazer<sup>21</sup> sobre *Totemismo e Exogamia*, a obra *Völkerpsychologie*, de Wundt<sup>22</sup>, como contribuição para suas reflexões, e outra leitura, que lhe gerou entusiasmo e incentivo, a obra de Robertson Smith (JONES, 1989).

Jones (1989) relata que a origem histórica das instituições primitivas é a fundadora das demais religiões que se propagaram. Revela que Freud se baseou em Darwin – na origem da humanidade, em hordas com macaco macho, poderoso e suas fêmeas –, e Atkinson complementou com a ideia de que o macaco macho sempre defenderá suas fêmeas de qualquer aproximação de outros machos mais jovens, evitando o estado de incesto, fato típico entre animais de grande porte (JONES, 1989).

Ao escrever sua última obra, em 1937, Freud cita que em “Totem e Tabu” (FREUD, 2006q), já apontava e se declarava seguidor de algumas teorias.

Minha construção parte de um enunciado de Darwin (1871, 2, p. 362 e seg.) e inclui uma hipótese de Atkinson [1903, p. 220 e seg.]. Afirma ela que, em épocas primevas, o homem primitivo vivia em pequenas hordas cada uma das quais sob o domínio de um macho poderoso. Nenhuma data pode ser atribuída a isso; tampouco isso se acha sincronizado às épocas geológicas que nos são conhecidas; é provável que essas criaturas humanas não tivessem progredido muito no desenvolvimento da fala (FREUD, 2006n, p.93).

Freud reafirma, em 1937, que se utilizou das teorias de Darwin, Atkinson e Smith e que nada mudaria em sua teoria, já iniciada em 1913.

De Darwin tomei de empréstimo a hipótese de que os seres humanos originalmente viviam em pequenas hordas, cada uma das quais sob o governo despótico de um macho mais velho que se apropriava de todas as fêmeas e castigava ou se livrava dos machos mais novos, inclusive os filhos. De Atkinson, em continuação dessa descrição, tomei a ideia de que esse sistema patriarcal terminou por uma rebelião por parte dos filhos, que se reuniram em bando contra o pai, o derrotaram e o devoraram em comum (FREUD, 2006n, p.143).

---

<sup>20</sup>Karl Abraham (1877-1925) – psicanalista e médico alemão, um dos discípulos de Sigmund Freud (MIJOLLA, 2005, p. 19).

<sup>21</sup>James George Frazer (1854-1941) - foi influente antropólogo nos estudos modernos de mitologia e religião comparada.

<sup>22</sup>Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) – foi médico, filósofo e psicólogo alemão. É considerado um dos fundadores da moderna psicologia experimental, junto a Ernst Heinrich Weber e Gustav Theodor Fechner.

Quanto à influência da teoria de Smith, ela ocorreu em relação ao Totemismo. Essa teoria efetivamente convencerá Freud, tanto que ele reforçou e justificou a própria teoria em sua última obra publicada em vida pela editora Imago, “Moisés e o Monoteísmo, Esboços de Psicanálise e outros trabalhos” (FREUD, 2006n). Nessa época submeteu-se a muitas críticas por não alterar sua crença em obras anteriores. Ele se justificava dizendo que, na realidade, outros teóricos apresentaram novas hipóteses contrariando a de Smith, mas as via com total divergência. Chegou a pontuar que uma inovação não seria necessariamente um avanço e, além disso, posicionava-se como psicanalista, reconhecendo os benefícios que a teoria lhe trouxe, não a percebendo como etnólogo, por isso, não pactuava com os opositores a Smith (FREUD, 2006n).

Baseando-me na teoria totêmica de Robertson Smith, presumi que, subsequentemente, a horda paterna cedeu lugar ao clã fraterno totêmico. A fim de poder viver em paz uns com os outros, os irmãos vitoriosos renunciaram às mulheres por cuja causa, afinal de contas, haviam matado o pai, e instituíram a exogamia. O poder dos pais foi rompido e as famílias se organizaram em matriarcado. A atitude emocional ambivalente dos filhos para com o pai permaneceu em vigor durante a totalidade do seu desenvolvimento posterior. Um animal específico foi colocado em lugar do pai, como totem. Era encarado como ancestral e espírito protetor, e não podia ser ferido ou morto (FREUD, 2006n, p. 143).

Freud ainda se atentou ao ritual de sacrifícios estabelecido na teoria de Smith e mostrou-se favorável à descrição.

Uma vez por ano, toda a comunidade masculina se reunia numa refeição cerimonial, em que o animal totêmico (adorado em todas as outras ocasiões) era despedaçado e devorado em comum. Ninguém podia ausentar-se dessa refeição: ela era a repetição cerimonial da morte do pai, com a qual a ordem social, as leis morais e a religião haviam iniciado. A conformidade entre a refeição totêmica de Robertson Smith e a Ceia do Senhor cristã impressionara certo número de escritores antes de mim (FREUD, 2006n, p. 143).

Nessa obra de 1937, Freud faz menção ao conteúdo de “Totem e Tabu”, fundamentando sua teoria. Justifica que tudo tem princípio na horda primeva e que o aprendizado dessa época vai se perpetuando de geração em geração, compondo o inconsciente das pessoas. Essa era a única explicação lógica que ele conseguia sustentar, pois todas as outras eram refutáveis dentro de seu entendimento, embora houvesse adeptos a elas. Mesmo que a história tenha se passado por milhões e milhões de anos, houve sua condensação para entendimento, com o seguinte texto:

O macho forte era senhor e pai de toda a horda, e irrestrito em seu poder, que exercia com violência. Todas as fêmeas eram propriedade sua - esposas e filhas de sua própria horda, e algumas, talvez, roubadas de outras hordas. A sorte dos filhos era dura: se

despertavam o ciúme do pai, eram mortos, castrados, ou expulsos. Seu único recurso era reunirem-se em pequenas comunidades, arranjam esposas para si através do raptos, e, quando um ou outro deles podia ter êxito nisso, elevarem-se a uma posição semelhante à do pai, na horda primeva. Por razões naturais, os filhos mais novos ocupavam uma posição excepcional. Eram protegidos pelo amor de suas mães e podiam tirar vantagem da idade crescente do pai e sucedê-lo quando de sua morte. Podemos detectar, em lendas e contos de fadas, ecos tanto da expulsão dos filhos mais velhos quanto do favorecimento dos mais novos (FREUD, 2006n, p. 94).

No texto “O grupo e a horda primeva” (FREUD, 2006i), consta que a formulação da linha de pensamento de Freud era notavelmente compatível com a de Smith e, assim, ele desenvolveu detalhamentos direcionados ao contexto psicanalítico. No período da horda primeva, uma das tarefas do pai era inibir os vínculos afetivos entre os irmãos e para com ele, impedindo a realização do desejo sexual dos filhos com qualquer das mulheres daquela horda. O pai era livre, tinha autonomia para fazer o que entendesse e desejasse, sem necessitar ou depender de ninguém, diferentemente dos demais, que se encontravam em comunhão, vinculados em desejos, permissões e inibições. Freud suspeitava que esse pai não amava ninguém, salvo se atendessem seus desejos. Seu foco era si próprio, comportando-se de forma narcisista, oferecendo, por vezes, o estritamente necessário em algumas situações de interação com objetos, como recompensa. O vínculo que existia entre os filhos nessa horda era a percepção igualitária por todos em relação à perseguição sofrida pelo pai primevo e, conseqüentemente, o temor ao mesmo. Havia amor e ódio por esse pai, desejos contraditórios (FREUD, 2006i).

O primeiro movimento de organização social, segundo Freud, na obra “Moisés e o Monoteísmo, Esboços de Psicanálise e outros trabalhos” (FREUD, 2006n), foi descrito no texto “Aplicação” dessa obra e deu-se com a movimentação dos filhos saindo da horda e constituindo um novo clã com o objetivo de eliminar o pai, num ritual canibalístico, comum à época. Ele reforçou ainda que depois do parricídio certamente houve disputas entre os irmãos para definição de quem herdaria e substituiria o pai, mas também a percepção da inutilidade de tal desavença. Com o passar dos tempos, prevaleceu a relação de afetividade estabelecida no período que estiveram juntos, durante a rejeição do pai. E esse conflito foi se extinguindo, dando lugar ao que se chamou de contrato social. Essa primeira organização se deu, portanto, com a renúncia de instintos – cada um renunciou ao desejo de obter a mãe e as irmãs –, com o reconhecimento de obrigações mútuas e com a proposta de moralidade e justiça, conclui Freud. Com isso, surgiu o *tabu* do incesto e a exogamia (FREUD, 2006n).

Jones (1989) conta que Freud esteve apreensivo ao finalizar o ensaio de “Totem e Tabu” e pediu sua opinião e de Ferenczi, pois já sabia que o conteúdo a ser lançado geraria outro transtorno às crenças reinantes na humanidade – questionar o tema religioso era efetivamente

um *tabu* para Freud. O autor diz que a sua resposta e a de Ferenczi foram muito próximas e relacionavam-se à história de vida do próprio Freud com seu pai. “Dissemos que ele, em sua imaginação, havia vivido as experiências que descrevia em seu livro, que seu entusiasmo representava a excitação de matar e comer o pai e que suas dúvidas eram apenas a reação.” (JONES, 1989, p. 353). Jones conta que dias depois questionou Freud sobre a mudança de comportamento percebida na obra “Interpretação dos sonhos” e em “Totem e Tabu”. Freud lhe respondeu que antes estava na fase do desejo e, agora, havia dado o passo para concretizá-lo – saiu da condição de desejar matar o pai e agora apresentava o assassinato.

No terceiro ensaio dessa obra, Freud falou sobre a onipotência dos pensamentos. Descreve inicialmente a relação dos povos com o animismo e a magia, partindo para a associação dos pensamentos, revela Jones. Freud associou a atitude primitiva em relação à magia com a crença exacerbada do homem quanto ao seu poder de pensamento ou de seus desejos, mais especificamente encontrados nos neuróticos e nas crianças. A quarta parte do livro tratou do retorno infantil ao totemismo, sendo este o assunto de maior destaque até o final (JONES, 1989).

O totemismo, a forma mais primitiva de religião que identificamos, traz consigo, como constituintes indispensáveis de seu sistema, uma série de ordens e proibições que não possuem outra significação, naturalmente, que a de renúncias instintuais: a adoração do totem, que inclui uma proibição contra danificá-lo ou matá-lo; a exogamia - isto é, a renúncia às apaixonadamente desejadas mães e irmãs da horda -, a concessão de direitos iguais a todos os membros da aliança fraterna - isto é, a restrição da inclinação para a rivalidade violenta entre eles (FREUD, 2006n, p. 132).

Recapitulando, Jones (1989) relata que o totemismo tinha como origem um animal ou mesmo uma planta e que, para a Psicanálise, esses representavam inconscientemente o pai – que, por sua vez, gerava sentimentos ambivalentes de amor e ódio. Freud teve facilidade em ligar totemismo à exogamia ao conferir a teoria de Frazer, que apresentou diversas razões para demonstrar que os povos primitivos tinham mais tendência ao incesto que os povos civilizados. A exogamia seria uma espécie de segurança ao não incesto e Freud, a partir de suas interpretações sobre a sexualidade, inclusive nas crianças, fez a associação do totem e exogamia ao complexo de Édipo – desejo pela posse da mãe e morte ao pai, considerado como rival –, alinhando sua teoria (JONES, 1989).

Mas qual a linha de condução de *Totem e Tabu* à psicologia de grupos? Por que passar pela religião?

Qual é o lugar da religião com relação a isso? Penso que estamos completamente justificados em encarar o totemismo, com sua adoração de um substituto paterno, com

sua instituição de festivais comemorativos e de proibições cuja infração era punida pela morte, estamos justificados, dizia eu, em encarar o totemismo como a primeira forma em que a religião se manifestou na história humana, e em confirmar o fato de ele ter sido vinculado, desde o início, aos regulamentos sociais e às obrigações morais (FREUD, 2006n, p.95).

Freud diz com muita tranquilidade que toda a sua teoria não se fundamenta em devaneios, mas em dados históricos e referências passíveis de confirmação. Muitos se impressionam ao perceber o ritual totêmico na simbologia da comunhão cristã, os contos de fadas e lendas como traduções de histórias da horda primeva e, mais ainda, o fato de quando nos infiltramos na mente das crianças, buscando preencher lacunas de conhecimentos dos tempos primitivos. Somam-se a isso os sintomas neuróticos, as fobias a animais, os medos e os anseios apresentados – tudo devidamente sustentado por fundamentos sólidos. Aceitando a horda primeva, aceitam-se dois elementos fundamentais – a família e sua sobrevivência e a revivescência do passado e seu retorno –, finaliza Freud (FREUD, 2006n).

Depois de externar suas conclusões em “Totem e Tabu”, ele continuou sua argumentação dentro da linha endopsicológica, pois queria chegar à psicologia de grupos e, para tanto, muito ainda teria que explicar para o entendimento de seus conceitos. “Após a instituição da combinação de clã fraterno, matriarcado, exogamia e totemismo, começou o desenvolvimento do que deve ser descrito como um lento ‘retorno do reprimido’. Aqui, não estou empregando o termo ‘o reprimido’ em seu sentido próprio.” (FREUD, 2006n, p. 144).

O retorno, explica Freud, refere-se ao passado, ao que se perdeu com o tempo, ao esquecimento, e o associou ao reprimido na mente humana. Utilizou-se da origem histórica dos judeus para construir a parte que trata da psicologia de grupos e disse que o retorno veio com o desenvolvimento da história da civilização humana. Chegou a dizer, à época, que não pactuava com a ideia do inconsciente coletivo<sup>23</sup>, pois o conteúdo do inconsciente, seja como for, não é individual, mas de propriedade da humanidade. Ele deixou claro, entretanto, que não era fácil transferir referências da psicologia individual à psicologia de grupos, mas seriam utilizadas analogias.

Temos de finalmente decidir-nos por adotar a hipótese de que os precipitados psíquicos do período primevo se tornaram propriedade herdada, a qual, em cada nova geração, não exigia aquisição, mas apenas um redespertar. Nisso, temos em mente o exemplo do que é certamente o simbolismo ‘inato’ que deriva do período do desenvolvimento da fala, familiar a todas as crianças sem que elas sejam instruídas, e que é o mesmo entre todos os povos, apesar de suas diferentes línguas (FREUD, 2006n, p. 144).

---

<sup>23</sup> Vide glossário.

Procurando justificar suas ideias sobre o retorno do período primevo, Freud chama a atenção à fala das crianças, pois poderia ser mais compreensível aos olhos dos incrédulos. As crianças reagem à aprendizagem da fala não apenas de maneira às experiências vivenciadas, pois isso seria muito limitador, comparando-se proporcionalmente ao que desenvolvem. Dessa forma, justifica que sua facilidade e sua rapidez, expressas no uso da linguagem, estão no repasse na filogenética (FREUD, 2006n).

Mas uma nova compilação surge quando nos damos conta da probabilidade de que aquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo pode incluir não apenas o que ele próprio experimentou, mas também coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética - uma *herança arcaica*. Surgem então as questões de saber em que consiste essa herança, o que contém, e qual é a sua prova (FREUD, 2006n, p. 109).

Além da herança arcaica, renegada pela ciência biológica, Freud também referencia a tradição repassada pela comunicação verbal. Entretanto, mesmo considerando a possibilidade da transmissão pela comunicação, sobressai a condição de herança arcaica. E ele acredita nessa tese de derivação filogenética para estudar a psicologia de grupo. Se a referência à fala da criança não convence os incrédulos, ele ainda cita os animais, reforçando que a capacidade desses em se adaptarem a uma nova realidade de vida só pode advir dos seus instintos e de conteúdos recordados a partir de experiências de seus antepassados. Chega a dizer que não acreditar nesse tipo de transmissão impede o avançar na psicologia de grupo. Ele responde a duas perguntas pessoais em relação à herança arcaica: como uma recordação ingressa na herança e como ela se torna presente posteriormente. Para a primeira pergunta, responde que se processa tendo sido importante anteriormente ou ocorrido com frequência, podendo ser as duas situações juntas. Para a segunda, enfatiza a possibilidade de várias influências, mas que certamente o ressurgimento de fato similar, vivenciado na atualidade, resgata os traços mnêmicos arquivados da experiência anterior. Conclui com um argumento psicológico: “uma tradição que se baseasse unicamente na comunicação não poderia conduzir ao caráter compulsivo que se liga aos fenômenos religiosos.” (FREUD, 2006n, p.112). Faz sentido pensar na tradição através da herança também pelo fato de que os povos se postam na compulsão à repetição ou, de forma similar, a eventos anteriores.

Ao iniciar a construção do texto de “Moisés e o Monoteísmo”, Freud introduz a história de Moisés, levanta questionamento se ele era egípcio ou judeu e aponta indicativos de sugestões. Mas o que desperta interesse e relaciona-se ao contexto desta pesquisa diz respeito à tradição e à influência pessoal de grandes nomes da história mundial, sendo Moisés uma peça importante nesse contexto.

Em que reside a natureza real de uma tradição, em que repousa seu poder especial, quão impossível é discutir a influência pessoal, sobre a história mundial, dos grandes homens tomados individualmente, qual o sacrilégio que se comete contra a esplêndida diversidade da vida humana se se reconhecerem apenas os motivos que se originam das necessidades materiais, de que fontes algumas ideias (e, especificamente, as religiosas) derivam seu poder de submeter tanto homens quanto povos a seu jogo (FREUD, 2006n, p.64).

Freud, ao escrever os primeiros ensaios dessa obra, dizia estar vivendo sob a proteção da igreja católica por tempo indeterminado. Por isso, todos estavam cautelosos para não afrontá-la, mas era inevitável que as conclusões psicanalíticas gerassem incômodo (FREUD, 2006n).

Não sustentarei que isso seja injusto. Se nosso trabalho nos leva a uma conclusão que reduz a religião a uma neurose da humanidade e explica seu enorme poder da mesma maneira que uma compulsão neurótica em nossos pacientes individuais, podemos estar certos de atrair o ressentimento de nossos poderes governantes sobre nós (FREUD, 2006n, p.66).

O terceiro e último ensaio dessa obra, entretanto, não foi publicado na Áustria porque Freud teve receio de perder a proteção ofertada pela igreja e colocar em risco os estudos e estudiosos da Psicanálise. Concomitantemente, veio a invasão alemã e a redução de expressividade do catolicismo, gerando a perda da suposta segurança obtida até então. Somou-se a esse fato não só a possibilidade de perseguição a Freud por seu judeu, mas também por seus pensamentos. Viu-se obrigado a sair desse país e ir para a Inglaterra, local que o acolheu muito bem, tendo o ensaio sido publicado, sem receio. Nesse terceiro ensaio, reforçou que as suspeitas sobre a similaridade da religião com os sintomas da neurose se mantiveram cada vez mais firmes e sustentou o caráter compulsivo como fio condutor de suas afirmações. Sua dúvida recaía apenas na possibilidade de obter sucesso no entendimento de sua teoria com a escolha do monoteísmo judaico como referência (FREUD, 2006n).

[...] em 1912, escrevi meu livro sobre *Totem e Tabu*, e desde então ela só se tornou mais firme. Desde aquela época nunca duvidei de que os fenômenos religiosos só podem ser compreendidos segundo o padrão dos sintomas neuróticos individuais que nos são familiares - como o retorno de acontecimentos importantes, há muito tempo esquecidos, na história primeva da família humana - e de que eles têm de agradecer exatamente a essa origem por seu caráter compulsivo, e de que, por conseguinte, são eficazes sobre os seres humanos por força da verdade histórica de seu conteúdo (FREUD, 2006n, p. 70).

O desenvolvimento da civilização traz vestígios do tempo primevo, com diferenças gradativas. O pai resgata a posição de poder na família, mas até que retornasse a tal posição esteve aí o animal totêmico, um deus, que inicialmente apresentava-se com corpo de humano e

cabeça de animal, para depois retomar-se a um humano integralmente. À medida que as tribos e clãs se uniam, os deuses e os povos organizavam-se em famílias e hierarquias, tendo um dos deuses a posição suprema. Com o tempo, houve a definição de que o poder deveria estar em apenas um deus, desconsiderando os demais. Nesse compasso, a posição do pai da horda primeva retoma seu *status* de supremacia e domínio dos outros. Freud revela que essa trajetória foi alimentada por ansiedade, até que se identificasse esse ser supremo e o associasse aos efeitos da lei de Moisés, na qual admiração, temor respeitoso e agradecimentos eram sentimentos externados para com o deus pai. Esses foram indiscutíveis por um tempo, assemelhados ao estágio infantil, e somente a religião seria capaz de trazer essas sensações de volta, tal qual como ocorria quando crianças. “O enlevo da devoção a Deus foi assim a primeira reação ao retorno do grande pai.”(FREUD, 2006n, p.145).

Entretanto, novamente a ambivalência se fez presente nesse contexto e, mais uma vez, a hostilidade aparece com o amado e temido pai sendo morto, causando na religião de Moisés não um sentimento expresso de ódio assassino, por impedimento, mas uma forma de sentimento de culpa por ter pecado contra Deus e não ter se controlado. Esse sentimento de culpa foi sustentado e invocado sem tréguas pelos profetas daquela época e se manteve constante no culto religioso, pois o povo já não tinha esperanças e nem acreditava ser o escolhido de Deus, devido às más condições em que se submetiam. Como não se viam mais na ilusão dessa escolha, tinham a ideia de que mereceriam ser punidos por Deus, já que não estavam mais alinhados com seus mandamentos. Então, passaram a renunciar ainda mais a seus impulsos como forma de penitência, de resgatar a moral e apurar suas condutas éticas. Até que um dia, um judeu, Saulo de Tarso, que teve seu nome como Paulo enquanto cidadão romano, fez a seguinte interpretação: ““estamos libertos de toda culpa, uma vez que um de nós sacrificou a vida para absolver-nos.”” (FREUD, 2006n, p. 147). Freud esclareceu que o episódio de parricídio, crime inominável, foi decodificado e denominado como o “pecado original”. (FREUD, 2006n, p. 147).

Paulo estabeleceu que o pecado original e a redenção pelo sacrifício eram os fundamentos para a nova religião que criara – a cristã. A dúvida de que teria havido um instigador para a rebelião dos filhos e morte do pai ou se seria lenda a sua criação pelos artistas foi importante para o repasse desses conteúdos à tradição. Mas após o domínio da religião cristã ter relegado a estrutura judaica, Paulo buscou renunciar ao monoteísmo e agregar em sua nova religião rituais de outros povos. Alguns aceitaram a nova doutrina, mas outros continuaram convictos e mantiveram-se como judeus. Isso ocasionou a cisão dos povos – os judeus são

acusados de terem matado Deus, enquanto os demais, que aceitaram a nova religião, dizem-se livres de culpa porque reconheceram o feito (FREUD, 2006n).

“O judaísmo fora uma religião do pai; o cristianismo tornou-se uma religião do filho. O antigo Deus Pai tombou para trás de Cristo; Cristo, o Filho, tomou seu lugar, tal como todo filho tivera esperanças de fazê-lo, nos tempos primevos.” (FREUD, 2006n, p. 100). E a história se repetiu – Paulo que provinha do judaísmo e o levava à frente, também o destruiu.

Vale a pena notar como a nova religião lidou com a antiga ambivalência na relação com o pai. Seu conteúdo principal foi, é verdade, a reconciliação com o Deus pai, a expiação pelo crime cometido contra ele, mas o outro lado da relação emocional mostrava-se no fato de o filho, que tomara a expiação sobre si, tornar-se um deus, ele próprio, ao lado do pai, e, na realidade, em lugar deste. O cristianismo, tendo surgido de uma religião paterna, tornou-se uma religião filial. Não escapou ao destino de ter de livrar-se do pai (FREUD, 2006n, p.147).

A tradição, portanto, foi ponto de destaque nas obras de Freud. Ele chamou a atenção para o repasse a novas gerações através da comunicação oral, pois era ativa e real. Ele chegou a dizer que tradição era o resultado da “discrepância entre o registro escrito e a transmissão oral do mesmo material.” (FREUD, 2006n, p.81). Entretanto, percebeu que sua fidedignidade, quanto ao repasse de informações entre gerações, poderia se comprometer na transmissão pela via da comunicação oral e que esse tipo de tradição se perderia com o tempo, pois seria oprimido pelos registros escritos. Entretanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário: com o passar dos séculos, fortaleceu-se. O que levou Freud a tratar da tradição foi exatamente entender o seu fundamento e observar o efeito que ela provoca, exemplificando que o povo egípcio resgata uma crença já considerada extinta e que, em verdade, não desapareceu da memória deles. “Que uma tradição assim mergulhada no olvido exercesse efeito tão poderoso sobre a vida mental de um povo constitui uma ideia pouco familiar para nós. Aqui, encontramos-nos no campo da psicologia grupal, onde não nos sentimos a vontade.” (FREUD, 2006n, p.82).

E Freud pôs-se a analisar como se processa a tradição no povo e o fez por analogia ao referir-se aos processos neuróticos, caracterizados como aspecto individual, e as ocorrências religiosas, considerando-as como grupos. Ele procurou realizar a transferência desses aspectos e gerou conclusões. “Em minha opinião, existe, a esse respeito, uma conformidade quase completa entre o indivíduo e o grupo: também no grupo uma impressão do passado é retida em traços mnêmicos inconscientes.” (FREUD, 2006n, p.105). Ele acredita que a preservação do conteúdo está numa condição psicológica especial e está reprimido, embora o indivíduo o conheça. Por isso, há a situação de esquecer e reaparecer com o passar do tempo, pois o que é esquecido, segundo Freud, não é extinto, apenas isolado por anticatexias, passando pelo mesmo

processo já explicitado quando abordada a repressão no individual, em que o reprimido tende a apresentar-se à consciência (FREUD, 2006n).

Freud deixa claro também que há pesquisas na modernidade buscando respostas para acontecimentos que se refletem coletivamente nas diversas áreas de implicação humana. Embora haja impacto no traçado da individualidade de cada componente dessa coletividade, o foco estabelece-se na tendência grupal.

A tendência moderna é antes no sentido de fazer remontar os acontecimentos da história humana a fatores mais ocultos, gerais e impessoais, à influência irresistível das condições econômicas, a alterações em hábitos alimentares, a avanços no uso de materiais e ferramentas, a migrações ocasionais provocadas por aumentos de população e mudanças climáticas. Os indivíduos não têm nisso outro papel a desempenhar que o de expoentes ou representantes de tendências grupais, que estão fadadas a encontrar expressão, e a encontram, nesses indivíduos específicos, em grande parte por acaso (FREUD, 2006n, p.119).

Já na obra “Psicologia de grupos e análise do ego” (FREUD, 2006i), Freud, a partir desse complexo processo de representação do pai primevo, buscou a identificação desse papel na análise dos grupos e estudou as dinâmicas que estes apresentam, alinhando suas considerações registradas na obra *Totem e Tabu*. Acirrou mais especificamente as simetrias e as diferenças entre a psicologia individual e a de grupo, procurou visualizar as influências e interferências passíveis de aplicação nesses âmbitos e, simultaneamente, fundamentar seus estudos nessa seara.

[...] a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros (FREUD, 2006i, p.77).

Freud ressalta que, embora o ser humano atue na perspectiva de atender aos seus instintos pessoais, a prioridade não está na esfera individual, mas nas relações que este indivíduo estabelece com outras pessoas e qual a interferência do grupo no individual.

A psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizaram em grupo, numa ocasião determinada, para um intuito definido. [...] Nossa expectativa dirige-se assim para duas outras possibilidades: que o instinto social talvez não seja um instinto primitivo, insuscetível de dissociação, e que seja possível descobrir os primórdios de sua evolução num círculo mais estreito, tal como o da família (FREUD, 2006i, p.78).

A expectativa de Freud sugere que a condição de envolvimento social não seja exatamente uma característica intrínseca do ser humano, pelo contrário, ela pode ser

desenvolvida já que se presta a um objetivo e passa pela temporalidade. Também sugere descobrir as raízes do social, sendo a família a referência para entender a demanda social do indivíduo no decorrer de sua vida.

Freud trouxe também a necessidade de se estabelecer a conceituação de grupo, distingui-lo, e de entender a influência que ele provoca nas reações do indivíduo, bem como a natureza dessas mudanças. “O que é, então, um ‘grupo’? Como adquire ele a capacidade de exercer influência tão decisiva sobre a vida mental do indivíduo? E qual é a natureza da alteração mental que ele força no indivíduo?” (FREUD, 2006i, p.79).

Certas inferências a respeito de grupos foram apresentadas por Freud como respostas, dentre elas, a de que há ‘algo’ que propicia a união do grupo e é esse elemento que o caracterizará. Elegeu, para tanto, o material inconsciente como o elo dos participantes de um determinado grupo, já que todos o têm e estão em condição igualitária. O que aparentemente parece ser uma característica nova a partir da interação do grupo é, em seu entendimento, a expressão de conteúdos inconscientes que emergiram.

O inconsciente racial emerge; o que é heterogêneo submerge no que é homogêneo. Como diríamos nós, a superestrutura mental, cujo desenvolvimento nos indivíduos apresenta tais dessemelhanças, é removida, e as funções inconscientes, que são semelhantes em todos, ficam expostas à vista (FREUD, 2006i, p.81).

A consequência disso é o surgimento de caráter médio no grupo, acrescenta Freud. Chama a atenção à manifestação que pode emergir por estar inconsciente e em predisposição, numa condição semioculta, pronto para aflorar, e que, emergindo os conteúdos inconscientes, dependendo do contexto, poderá se manifestar quando em grupo – o mau. Para tanto, nesse caso, o senso de responsabilidade e a consciência tendem a desaparecer, perdendo-se o referencial (FREUD, 2006i).

A questão foi tratada também no texto “O futuro de uma ilusão” (FREUD, 2006c) e neste, o mau é uma espécie de desejo que emerge, sem bloqueio, principalmente surgindo de grupos, seja intencional, explícito, subliminar e até mesmo inconsciente. Uma das explicações pode ter o seu começo na Psicanálise, nessa exposição dos materiais inconscientes. Freud já dizia que o ser humano não é só ou totalmente ‘bom’ e que a condição grupal ou do indivíduo mais uma pessoa pode retirar desses participantes a noção de civilidade, de prudência, desconfigurando o grau de consciência do indivíduo. Tudo dependerá das oportunidades oferecidas a esses membros ou criadas por eles.

Acho que se tem de levar em conta o fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, antissociais e anticulturais, e que, num grande

número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana (FREUD, 2006c, p.17).

Outro aspecto que chamou a atenção de Freud e foi descrito no texto “A descrição de Le Bom da mente grupal” (FREUD, 2006i), foi a convivência pacífica de ideias divergentes presentes em um mesmo grupo, pois isso ocorre também no individual. Nenhum conflito surge das contradições ali encontradas. A conferência da verdade das coisas subjuga-se aos impulsos e aos desejos do grupo, em função da afetividade. O grupo, embora tenha a sensação de onipotência e intolerância com a demora, é aberto a influências. Os termos impossibilidade e improvável simplesmente não existem - deixam de ter dimensão crítica. Seus sentimentos vão aos extremos do simples ao muito exagerado. Não havendo a capacidade crítica, não há necessidade de lógica para estimulá-lo; o que se impuser de forma mais insistente, repetidamente incansável, obterá aceite. O aspecto da capacidade intelectual do grupo é então observado por Freud – é sempre menor que a capacidade individual de seu membro –, entretanto, ele diz que essa afirmação não se constata em relação à conduta ética – transita entre maior e menor que o individual, sem delimitações (FREUD, 2006i).

Interessante constatar a influência da afetividade na reação de um indivíduo. O sentimento de afeto inibe conflitos e mesmo a capacidade intelectual das pessoas quando estão em grupo. No primeiro caso, analisando a questão de forma individual, é possível pensar que seja por uma necessidade de aceitação, de sentir-se integrado, abrindo concessões em prol do coletivo; no outro, a afetividade interferindo no racional, na produção, no foco de atenção, reduzindo a concentração para gerar resultados. E pode-se pensar também se seria essa afetividade a blindagem interna para que o material inconsciente maléfico não seja projetado para o exterior.

Houve a análise de outro aspecto no grupo que, necessariamente, há de existir como uma demanda, segundo Freud – a liderança.

Um grupo é um rebanho obediente, que nunca poderia viver sem um senhor. Possui tal anseio de obediência, que se submete instintivamente a qualquer um que se indique a si próprio como chefe. Embora, dessa maneira, as necessidades de um grupo o conduzam até meio caminho ao encontro de um líder, este, contudo, deve ajustar-se àquele em suas qualidades pessoais. Deve ser fascinado por uma intensa fé (numa ideia), a fim de despertar a fé do grupo; tem de possuir vontade forte e imponente, que o grupo, que não tem vontade própria, possa dele aceitar (FREUD, 2006i, p.87).

No texto “Moisés e o Monoteísmo, Esboços de Psicanálise e outros trabalhos” (FREUD, 2006n), Freud revela que essa questão de liderança é tratada por ele em seus diversos contextos de estudos e, em 1913, quando escreveu o artigo “Totem e Tabu”, abordou esse tema, tentando

explicar e entender a influência e a necessidade do sentimento de respeito às regras em clãs e grupos em geral, tendo como primeira referência a horda primeva.

Sabemos que na massa humana existe uma poderosa necessidade de uma autoridade que possa ser admirada, perante quem nos curvemos, por quem sejamos dirigidos e, talvez, até maltratados. Já aprendemos com a psicologia dos indivíduos qual é a origem dessa necessidade das massas. Trata-se de um anseio pelo pai que é sentido por todos, da infância em diante, do mesmo pai a quem o herói da lenda se gaba de ter derrotado (FREUD, 2006n, p.121).

Os grupos humanos, em geral, não se distanciam da horda primeva, afirma Freud, e assemelham-se à estruturação individual. Sempre há um vínculo estabelecido aos seus participantes e à presença de alguém que exerce influência nos demais. O líder hoje não se define necessariamente pelo poder físico destacado naquela época, mas pelo carisma, conhecimento, *status*, outros aspectos valorados como ‘poder’ na atualidade e, ou mesmo, pela imposição. Entretanto, é possível pensar que o temor seja, ainda hoje, mobilizador de grupo, da sociedade. E, se assim, há de se pensar em um ‘poder’ exercendo a repressão, a imposição e o controle para que esse sentimento seja o vínculo integrativo.

Freud no texto “A descrição de Le Bon da mente grupal” (FREUD, 2006i) elenca algumas necessidades de grupos e, dentre elas, a de que um líder é indispensável. Observou também a necessidade de haver sinergia entre esses – grupo e líder – e a condição de dependência coletiva instalada entre eles. É preciso que esse líder transmita força e poder ao grupo, assim como convicção e fascínio em algo para que o movimento grupal seja de adesão às suas convicções, reforça Freud (FREUD, 2006i).

Complementa esse raciocínio na obra “Moisés e o Monoteísmo, Esboços de Psicanálise e outros trabalhos” (FREUD, 2006n) ao descrever um texto com a temática de “O grande homem”.

Permitam-nos, portanto, tomar como certo que um grande homem influencia seus semelhantes por duas maneiras: por sua personalidade e pela ideia que ele apresenta. Essa ideia pode acentuar alguma antiga imagem de desejo das massas, ou apontar um novo objetivo de desejo para elas, ou lançar de algum outro modo seu encantamento sobre as mesmas (FREUD, 2006n, p.121).

A análise de Freud se estende um pouco mais na busca das similitudes da psicologia de grupo e pessoal e chega a pontuar sobre a implicação direta e indireta das estruturas psíquicas, também no grupo. Trouxe para a análise do grupo o ideal do ego e o papel do superego, estando este na função do líder. Salientou que a sociedade e o superego assumem o lugar dos pais (FREUD, 2006n).

No texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (FREUD, 2006d), Freud já se posicionava em relação à psicologia de grupo e o papel do ideal do ego,

O ideal do ego desvenda um importante panorama para a compreensão da psicologia de grupo. Além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação. [...] Originalmente esse sentimento de culpa era o temor de punição pelos pais, ou, mais corretamente, o medo de perder o seu amor; mais tarde, os pais são substituídos por um número indefinido de pessoas (FREUD, 2006d, p.108).

Freud trata no texto “A descrição de Le Bon da mente grupal” (FREUD, 2006i) da existência de uma referência de ideal de grupo, assim como há o ideal do ego, numa mesma projeção idealizada a ser seguida e, na medida em que não se consegue atingir, aponta a ansiedade social – ao que conceitua como “a essência do que é chamado de consciência” (FREUD, 2006i, p.81) –, gerando sentimento de culpa. Fica clara a sua proposta de paralelismo entre o individual e o grupo, no que se refere a se sentir amado e à continuidade necessária das relações para a geração ou a manutenção de segurança (FREUD, 2006i).

Em relação ao tema, Freud descreve em “Moisés e o Monoteísmo, Esboços de Psicanálise e outros trabalhos” (FREUD, 2006n) que

A decisão de pensamento, a força de vontade, a energia da ação fazem parte do retrato de um pai - mas, acima de tudo, a autonomia e a independência do grande homem, sua indiferença divina que pode transformar-se em crueldade. Tem-se de admirá-lo, pode-se confiar nele, mas não se pode deixar de temê-lo, também. Deveríamos ter sido levados a entender isso pela própria expressão: quem, senão o pai, pode ter sido o ‘homem grande’ na infância? (FREUD, 2006n, p.121).

Freud (1937) esclarece que a Psicanálise compreende a necessidade de o homem primevo ter um deus que seja poderoso, criador de tudo, chefe, e que lhe ofereça proteção. Esse deus ocupa o lugar dos pais mortos do clã, como um cumprimento à tradição. Lembra que “houve uma pessoa isolada que estava fadada a parecer imensa nessa época e que, posteriormente, retornou na memória dos homens, elevada à divindade.” (FREUD, 2006n, p.141). Mas que não existe mais na atualidade, entretanto, o homem atual continua comportando-se da forma infantil, necessitando de proteção, como se não pudesse ser responsável por suas ações e ocorrências, dependente do apoio de um deus, mesmo na fase adulta. Para Freud, isso não é passível de discussão. Resgatando a ênfase da repressão dos instintos, ele procura fundamentar suas conclusões no fato de que o ser humano não busca a verdade, pelo contrário, o intelecto procura desviar-se dela para que possa dar vazão às ilusões, compostas de desejos.

Freud não tem dúvida de que foi essa referência de pai que se instalou em Moisés e que, por isso, o povo judeu o acolheu e o identificou como filho querido. Chama a atenção, entretanto, para a opressão sofrida por esse povo de ter que se submeter a um único Deus, poderoso e eterno, e pactuar lealdade em troca de proteção e cuidados. Suspeita que Moisés transferiu algumas de suas características para o seu Deus, como o temperamento irado e sua inquietação. O resultado final disso foi a morte desse Deus – o retorno à atuação de tempos da horda primeva – morte ao pai (FREUD, 2006n).

Os deveres sociais que se apresentam na sociedade humana advêm da passagem pela horda, chegam ao clã totêmico e falam de renúncias instintuais – é a conclusão de Freud.

O totemismo, a forma mais primitiva de religião que identificamos, traz consigo, como constituintes indispensáveis de seu sistema, uma série de ordens e proibições que não possuem outra significação, naturalmente, que a de renúncias instintuais: a adoração do totem, que inclui uma proibição contra danificá-lo ou matá-lo; a exogamia - isto é, a renúncia às apaixonadamente desejadas mães e irmãs da horda -, a concessão de direitos iguais a todos os membros da aliança fraterna - isto é, a restrição da inclinação para a rivalidade violenta entre eles. Nesses regulamentos, devem ser visto os primórdios de uma ordem moral e social (FREUD, 2006n, p. 132).

Freud faz críticas ao ser humano em crer no ser divino, em algo que ultrapassa a razão e a ciência e adquire dimensão grandiosa de poder. Procura por respostas e uma das opções seria a busca da semelhança com o divino, o que daria ao homem a ideia de onipotência. “O Espírito divino, que é, ele próprio, ideal da perfeição ética, plantou nos homens o conhecimento desse ideal e, ao mesmo tempo, o impulso a assemelhar suas próprias naturezas a ele.” (FREUD, 2006n, p.135). Trata da questão ética nos grupos e conclui que ela também provém da vontade do pai, vinculando-se pela religião.

Retornando à ética, podemos dizer, em conclusão, que uma parte de seus preceitos se justifica racionalmente pela necessidade de delimitar os direitos da sociedade contra o indivíduo, os direitos do indivíduo contra a sociedade, e os dos indivíduos uns contra os outros. Mas o que nos parece tão grandioso a respeito da ética, tão misterioso e, de modo místico, tão autoevidente, deve essas características à sua vinculação com a religião, à sua origem na vontade do pai (FREUD, 2006n, p. 134).

Freud (1937) revela que não foi fácil introduzir a ideia de inconsciente na psicologia de grupos, mas utiliza-se da ponderação feita anteriormente em relação à fala e à tradição repassada à criança. Refere-se à resposta que a criança dá no uso da linguagem com o pouco tempo de vida e convivência, o que não proporcionaria tal bagagem para tanta articulação da fala e compreensão. Depreende que há processo de tradição associado ao processo compulsivo, repassado para essa criança desde os tempos da horda, e que é possível considerar a mesma ocorrência sobre as experiências mais primitivas da humanidade (FREUD, 2006n).

A partir dessas conclusões, Freud (1920) faz analogia entre a horda, a família e os grupos humanos. A família não se distancia muito dessas raízes, ao contrário, há uma revisitação, pois nela também existe a proibição do incesto, a pregação do sentimento fraternal entre os irmãos e a figura de domínio por aquele que se destacou dos demais e constituiu a sua família, como ocorreu com a horda primeva. No grupo, as condições que se apresentam no indivíduo como, por exemplo, a desconsideração de seus atributos pessoais, a tendência a seguir o coletivo e a ênfase no afetivo e no material inconsciente, remetem ao estado de regressão mental encontrada no período da horda primeva daqueles que estavam em comunhão, não portadores do poder realçado (FREUD, 2006i).

Freud deixa claro que há outros estudos apontando a formação de grupos em condições opostas àquela já citada, com ênfase na mente grupal, não sendo o grupo tão submisso à liderança como fora citado até aqui.

Outros escritores aduzem o fato de que apenas a sociedade prescreve quaisquer padrões éticos para o indivíduo, enquanto que, via de regra, este fracassa, de uma maneira ou de outra, em mostrar-se à altura de suas elevadas exigências. Ou então indicam eles que, em circunstâncias excepcionais, pode surgir nas comunidades o fenômeno do entusiasmo, que tornou possíveis as mais esplêndidas realizações grupais (FREUD, 2006i, p.89).

Para Freud (1920), o grupo é capaz de suscitar emoções tão intensas em seus membros que estes podem percebê-lo como ilimitado e insuperável, destituindo a sociedade humana como a autoridade que rege o comportamento dos indivíduos e elevando o grupo a esse *status*. Acrescenta que se criam uma espécie de bloqueio de consciência individual e uma sensação de poder e liberdade a partir da integração ao grupo. Com isso, é importante discernir o individual do coletivo – terceiros devem ter cuidado ao fazerem análises das ações desses integrantes, realizando-as com as devidas ressalvas (FREUD, 2006i).

O problema consiste em saber como conseguir para o grupo exatamente aqueles aspectos que eram característicos do indivíduo e nele se extinguiram pela formação do grupo, pois o indivíduo, fora do grupo primitivo, possuía sua própria continuidade, sua autoconsciência, suas tradições e seus costumes, suas próprias e particulares funções e posições, e mantinha-se apartado de seus rivais. Devido à sua entrada num grupo 'inorganizado', perdeu essa distintividade por certo tempo (FREUD, 2006i, p.93).

É interessante pensar também na necessidade de equivalência para a integração em um grupo. O que se vê a partir do problema apontado por Freud é exatamente a tentativa do indivíduo, podendo até ser inconsciente, em nivelar-se com os demais companheiros,

desprezando seu potencial pessoal em prol da mentalidade coletiva. Ele elenca como responsável por essa mudança a afetividade e a intensificação das emoções experienciadas.

Não há dúvida de que existe algo em nós que, quando nos damos conta de sinais de emoção em alguém mais, tende a fazer-nos cair na mesma emoção; contudo, quando não nos opomos com sucesso a isso, resistimos à emoção e reagimos de maneira inteiramente contrária? Por que, portanto, invariavelmente cedemos a esse contágio quando nos encontramos num grupo? Mais uma vez teríamos de dizer que o que nos compele a obedecer a essa tendência é a imitação, e o que induz a emoção em nós é a influência sugestiva do grupo (FREUD, 2006i, p.94).

Freud disse nessa época, numa tentativa de conceituar o termo ‘sugestão’, que a sugestionabilidade é algo primitivo e irreduzível, que alcança a mente de todo ser humano e que influencia sem fundamento lógico e adequado, ou seja, deixa vago o conceito, carecendo de complementação. Parou de se dedicar à conceituação do termo “sugestão” e enfatizou o amor. Para Freud, os laços emocionais são aqueles elementos que mobilizam o ser humano e os une no grupo, mesmo que no nível inconsciente, por trás da sugestão: “[...] as relações amorosas [...] constituem também a essência da mente grupal.” (FREUD, 2006i, p.97). Sustenta essa hipótese, considerando que sempre haverá um poder de domínio no grupo para mantê-lo unido e que este motivo ou a necessidade de harmonização do homem justificariam o distanciamento de seu individualismo.

Freud observa, portanto, o quanto é cotidiano abrir mão do narcisismo em prol do grupo inserido, desde que este retribua o bloqueio da satisfação pessoal – só se sustenta até o momento em que há a percepção da troca positiva ou de vantagem (FREUD, 2006i).

Poder-se-ia dizer que há contradição e, conseqüentemente, inconclusão nas diversas caracterizações até aqui apresentadas, entretanto, há que se destacar que a variação dos objetivos dos grupos interfere nas suas construções, como explica Freud. Existem, por exemplo, os grupos efêmeros, com interesses passageiros; os revolucionários, que influenciam as decisões; os de associações estáveis, mais conhecidas em sociedades (FREUD, 2006i).

Há grupos muito efêmeros e outros extremamente duradouros; grupos homogêneos, constituídos pelos mesmos tipos de indivíduos, e grupos não homogêneos; grupos naturais e grupos artificiais, que exigem uma força externa para mantê-los reunidos; grupos primitivos e grupos altamente organizados, com estrutura definida.[...] grupos sem líderes e grupos com líderes (FREUD, 2006i, p.99).

Freud, exemplificando, faz uma análise objetiva de grupos diferenciados, citando o exército e a igreja, classificando-os como grupos permanentes, muito organizados e artificiais. Entende como artificial a necessidade de algo externo para que o grupo se configure e não se desagregue. Seus membros não têm poder de decisão para se engajarem ou se retirarem do

grupo; são incluídos por decisão de terceiros e, se ousarem querer sair, serão punidos de alguma forma. Em ambos os grupos, embora com fins diferentes, há a ilusão no quesito de liderança: na igreja, o Cristo e, no exército, o comandante – ambos com amor igual por todos que ali se encontram. “É de notar que nesses dois grupos artificiais, cada indivíduo está ligado por laços libidinais, por um lado ao líder (Cristo, o comandante-chefe) e por outro aos demais membros do grupo.” (FREUD, 2006i, p.101). Se não houvesse essa crença de amor igualitário, esses grupos não se manteriam; dariam vazão ao pânico, à individualidade exacerbada, eliminando o elo de ligação, e à insensatez.

Um traço democrático perpassa pela Igreja, pela própria razão de que, perante Cristo, todos são iguais e todos possuem parte igual de seu amor. Não é sem profunda razão que se invoca a semelhança entre a comunidade cristã e uma família, e que os crentes chamam-se a si mesmos de irmãos em Cristo, isto é, irmãos através do amor que Cristo tem por eles. Não há dúvida de que o laço que une cada indivíduo a Cristo é também a causa do laço que os une uns aos outros (FREUD, 2006i, p.100).

A ilusão de amor igualitário é a fonte de sustentação desse grupo, Igreja, e mesmo da família. Prega-se que Cristo ama a todos que nele crê, que todos são irmãos em Cristo e exigências são postas aos homens para conquistarem esse amor. A mesma relação ocorre no exército – tem-se que o comandante ama a todos os seus soldados sem distinção e, por isso, eles colaboram e lutam pelo mesmo ideal. Há a ideia de que o comandante é como o pai dos soldados, assim como Cristo o é para os cristãos, resguardadas as diferenças entre o humano e o imaginário. Mesmo pregando-se o amor entre os que pertencem ao grupo, desde sempre houve a crueldade ou a intolerância para com aqueles que estão fora da crença e são esses sentimentos que provocam a dissociação do grupo religioso (FREUD, 2006i).

As conclusões apresentadas por Freud (1920) a esse respeito equiparam-se à horda primeva já tratada e têm características democráticas. Em grupo, seus membros têm a ilusão de serem igualmente amados pelo líder, de forma justa, sem discriminação. O sentimento de amor, portanto, é fator civilizatório, social. Entretanto, o líder, por sua vez, não está tão direcionado a tal distribuição, mas sim à sua autoestima, exercitando sua autoconfiança, independência e dominação. Ele não pretende amar a todos de forma igualitária, mas ser amado por todos, alimentando sua autoimagem (FREUD, 2006i).

Na horda, a igualdade estaria em ser temido por todos. Não é fácil aceitar ou entender que o líder tenha, na realidade, a intenção de salvaguardar sua autoimagem, ao invés de prover seu povo com proteção, atenção, regras de convivência harmoniosas e tudo que possa ser considerado como positivo para o seu entorno. A humanidade foi se organizando com o conceito unilateral de que o homem tem apenas o lado bom e que, portanto, projeta apenas o

bem, sem cogitar intenções no mínimo egoístas, muitas vezes subliminares. Freud dizia que nada acontece por acaso, nada mesmo.

Em contrapartida a esse conceito unilateral do bem, o aspecto negativo, muitas vezes oculto ou não evidente, foi alvo de pesquisa de Freud no texto “Outros problemas e linhas de trabalho” (FREUD, 2006i).e ele o percebe como integrador de um grupo. Pode estar na pessoa do líder ou numa ideia, pois cria, na mesma proporção, a unificação de laços afetivos, tal como os propósitos positivos. Ele afirmou, na tentativa de fundamentar essa ideia, que em praticamente toda relação duradoura envolvendo emoções íntimas e intensas como as amizades, família, relação pai e filhos, dentre outras, sempre haverá um *quantum* de hostilidade reprimida sedimentada. E isso se reproduz em todas as relações – entre cidades, entre famílias que se casam, entre países e raças (FREUD, 2006i).

Freud estudou também a distinção de grupos com e sem líder. Suscitou a ideia de haver um substituto para tal papel, uma espécie de líder invisível, como no caso da igreja, ou ainda a existência de desejo comum que una pessoas, formando um grupo – e a esses deu o nome de líder secundário. Dessa forma, colocou em cheque a necessidade da presença do líder como essencial ao grupo – o elo poderiam ser os laços libidinais, um líder secundário. “E, no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo.” (FREUD, 2006i, p.108). Conclui, portanto, que os laços libidinais são fundamento para a construção de grupos.

Na obra “O futuro de uma ilusão” (FREUD, 2006c), Freud relatou sua inquietação e expectativa em descobrir a origem da civilização, assim como entender melhor os caminhos por ela percorridos, suas alternativas e onde iria chegar. Fez a delimitação do conceito de civilização humana, compreendendo-a como “expressão pela qual quero significar tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais” (FREUD, 2006c, p.15) e enfatizando que não comungava com a ideia de ter que distinguir cultura de civilização. A edição que traduziu a obra, para facilitar o entendimento, utiliza-se de civilização como substantivo e cultural como adjetivo.

Freud (1927) apontou dois aspectos importantes a serem observados na civilização. O primeiro é que o homem adquire conhecimento para ser capaz de dominar as fontes naturais e gerar riquezas, atendendo às necessidades humanas. O segundo refere-se à elaboração de regras e procedimentos, objetivando conduzir a sociedade a uma convivência pacífica e à distribuição da riqueza. Ressalta que esses dois pontos se interceptam, pois há interação entre os indivíduos e a riqueza, possibilitando um *quantum* de satisfação instintual. O indivíduo pode proporcionar

riqueza e satisfação a outrem, a partir de sua mão de obra – no uso de sua capacidade laborativa –, ou estabelecer uma relação de desejo como objeto sexual. As regras e os regulamentos defendem a civilização do individual porque este tem em si impulsos hostis. Com isso, Freud conclui que “todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização, embora se suponha que esta constitui um objeto de interesse humano universal” (FREUD, 2006c, p.16).

Freud defende a ideia de que paralelamente ao desenvolvimento humano ocorre o desenvolvimento civilizatório, e eles se entrelaçam. Ele revela que há a assimilação da coerção externa – civilizatória – através do agente especial, o superego, que a absorve como própria e sustenta suas definições morais e sociais. Ainda que esse processo ocorra fundamentalmente na fase infantil. Outro aspecto analisado por Freud é o falso moralismo, praticado por uma grande maioria de pessoas que se preocupa com as regras, mas apenas as passíveis de controle eminente por terceiros, como o cometimento de assassinato. Entretanto, diz ele, “[...] não se negam a satisfazer sua avareza, seus impulsos agressivos ou seus desejos sexuais, e que não hesitam em prejudicar outras pessoas por meio da mentira, da fraude e da calúnia, desde que possam permanecer impunes [...]”. (FREUD, 2006c, p.21). Alerta que isso não é fruto da modernidade – se perpetua entre as diversas épocas da civilização, por isso deve ser apreciado.

Na tentativa de administrar esses impulsos, os deuses foram invocados para colaborar no controle da civilização dos povos e amenizar as incidências naturais humanas entre si.

Ficou sendo então tarefa dos deuses nivelar os defeitos e os males da civilização, assistir os sofrimentos que os homens infligem uns aos outros em sua vida em conjunto e vigiar o cumprimento dos preceitos da civilização, a que os homens obedecem de modo tão imperfeito. Esses próprios preceitos foram creditados com uma origem divina; foram elevados além da sociedade humana e estendidos à natureza e ao universo (FREUD, 2006c, p.28).

Há, segundo Freud, fundamentos, embora inconsistentes, de que o ensinamento religioso seja centralizador de tal controle devido aos seguintes argumentos: há crença nos ensinamentos e estes são repassados desde os antepassados primitivos; há provas desse repasse desde os tempos primevos; e, por último, é impossível questionar a autenticidade dos mesmos. O último argumento, diz ele, é o mais questionável, pois demonstra, por si só, ser passível de fragilidade, devido à insegurança embutida em sua reivindicação (FREUD, 2006c).

Para Freud, entretanto, o que possibilita a obediência e a obrigação aos preceitos da civilização é exatamente a crença na existência de um Deus todo poderoso e justo, na ordem divina e na perspectiva de uma vida futura. Se não houver essas crenças, que seriam capazes de sustar a hostilidade primitiva, o futuro da civilização deixará de existir. “Sem inibição ou temor, seguirão seus instintos sociais e egoístas, e procurarão exercer seu poder; o Caos, que banimos

através de muitos milhares de anos de trabalho civilizatório, mais uma vez retornará.” (FREUD, 2006c, p.44). Freud entendia que mesmo que se soubesse ou pudesse provar que a religião não detinha tal verdade, deveria esquecer-se a questão e manter-se a crença como forma de preservação da humanidade, pois enquanto os oprimidos e menos favorecidos de conhecimento e cultura não souberem que os demais já não creem em Deus como eles, tudo estaria bem. Tudo isso objetivando manter o futuro de uma ilusão, dure o tempo que fosse possível durar (FREUD, 2006c).

Já no texto “O mal estar nas civilizações” (FREUD, 2006c), Freud continuou a abordagem sobre a religiosidade, analisando-a como hipótese de uma necessidade primária do ser humano, pois lhe dissera assim um de seus amigos. Embora não tenha percebido em si essa necessidade, não pode deduzir a sua não existência e, então, pôs-se a pesquisá-la. Sabia, entretanto, que lidar cientificamente com sentimentos não era tarefa fácil, mas enveredou pelo caminho da idealização, como forma de chegar à abordagem de sentimentos. No decorrer de suas análises chega a alguns pressupostos, dentre eles, o de que não há, na infância, nada mais necessário do que a proteção do pai. E é por isso que associa a necessidade de religiosidade ao estágio infantil, como já foi enfatizado (FREUD, 2006c).

Quanto à civilização, Freud a entende como a primeira tentativa de regulação social e chama a atenção para a força que emerge da vida humana em comum, um poder que se define em confronto com o poder individual. Na civilização, há a contenção da satisfação instintual de seus membros para que possam estar juntos, ao passo em que o indivíduo desconsidera tais restrições por estar só. Com isso, Freud diz que a primeira exigência da civilização é a justiça, a lei, e esta não poderá ser quebrada em favor de apenas um indivíduo. Ele não coloca em questão o valor ético dessa justiça, apenas reforça que ela impõe restrições à liberdade individual e que todos devem seguir seus preceitos. Pondera, entretanto, que a questão não é tão simples, pois a hostilidade primária inerente ao ser humano é um potencial ameaçador da integração alcançada na civilização. A preocupação de Freud não se limita às restrições dos instintos individuais quando em grupos, ele chega a falar também do “perigo de um estado de coisas que poderia ser chamado de ‘pobreza psicológica dos grupos’.” (FREUD, 2006c, p.121). Alerta ainda que o perigo é eminente quando a vinculação da sociedade se faz apenas pelos laços de identificação dos integrantes entre si e não pela vinculação possibilitada por um líder na formação desse grupo.

A civilização, diz Freud, lida com a agressividade do indivíduo fazendo-a retornar ao ego do sujeito. Ela depara-se com outra parte do ego – que se equipara ao superego –, gerando consciência desse movimento de agressividade, que seria externado a terceiros. Cria-se uma

tensão entre o superego e o ego. Freud chamou esse movimento de sentimento de culpa, sendo que sua forma de manifestação ocorre com a necessidade de punição. É assim, portanto, que a civilização consegue dominar a hostilidade primária – aciona o agente interior capaz de controlar a agressividade que seria externalizada. Para sustentar essa assertiva, ele retorna à infância e relembra que a autoridade é vista pela criança como um bloqueador de suas primeiras satisfações. Ela desenvolve considerável quantidade de agressividade contra essa autoridade que a limita, mas é obrigada a renunciar à satisfação dessa agressividade vingativa, pois incorpora a autoridade como inabalável. O superego passa então a existir, com o domínio de toda a agressividade que a criança gostaria de expressar (FREUD, 2006c).

Freud complementou que o sentimento de culpa é uma forma de remorso<sup>24</sup>, pois decorre da revisitação à morte do pai primevo. Revive-se a ambivalência do amor e do ódio e o eterno conflito entre Eros e o instinto de morte. Como compensação, dá-se ao superego o poder paterno, como forma de punição revidada pelas agressões direcionadas ao pai. O conflito é reativado assim que os seres humanos começam a conviver em sociedade, pois se moldam no formato família (FREUD, 2006c).

Já finalizando a obra, Freud faz a explanação sobre as similitudes que entende existirem entre a civilização e o indivíduo, com relação ao agente crítico superego. Entende que seja possível traçar um paralelo nessas duas dimensões em relação a essa instância. “A analogia entre o processo civilizatório e o caminho do desenvolvimento individual é passível de ser ampliada sob um aspecto importante. Pode-se afirmar que também a comunidade desenvolve um superego sob cuja influência se produz a evolução cultural.” (FREUD, 2006c, p.147). Revela que o superego da civilização se constrói com menções aos grandes líderes, pessoas influentes e destemidas, que muitas vezes estiveram sós em defesa de ideais e, por isso, foram violadas em seus direitos, respeito e dignidade de vida, assim como ocorrera com o pai primevo. Outros aspectos citados por Freud e que ligam a civilização e o desenvolvimento individual são as exigências de idealização específicas e o não cumprimento dessas, gerando o medo da consciência. Criam-se expectativa, estrutura, funcionamento, mas se praticado pode gerar conflitos de entendimento.

Freud ainda cita dois pontos de apoio nos quais tanto a civilização quanto o indivíduo buscam sustentação. A ética é um deles, sendo a tônica das relações humanas ou, pelo menos, era o que se esperava, já que se desencadeava do superego para anular a agressividade mútua a ser controlada. Entretanto, não conseguiu se impor para estabelecer a convivência harmônica em sociedade. Diante disso, o superego elegeu outra ordem cultural com o mesmo propósito,

---

<sup>24</sup> Reação do ego (FREUD, 2006c, p.143).

que seria o mandamento de amar seu próximo, como a si mesmo – esse também não funcionou, e nem funcionará, segundo Freud, pois é impossível cumprir tal mandamento. Assim, fecha a obra deixando um questionamento que considera crucial, ainda em aberto. “A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição.” (FREUD, 2006c, p.151).

Freud já havia deixado clara a sua constatação da importância dos laços instintuais nas relações estabelecidas entre membros do grupo. Depois, constatou que laços de identificação podem ser perigosos para a construção de grupos. E agora, afirma a relevância do impulso instintual destrutivo no ser humano e questiona se há possibilidade de contenção dessa força instintual humana. Consegue vislumbrar a saída pelo viés do conhecimento, do desenvolvimento individual e cultural da própria pessoa, caso ela se proponha a achá-la.

## 8 AS VERSÕES DE SUPEREGO PROPOSTAS POR FREUD E A INTERPRETAÇÃO DE INGEBORG MAUS: DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

Ingeborg Maus<sup>25</sup> (2010), na introdução da edição brasileira que reúne alguns de seus textos, incluindo “O Judiciário como superego da sociedade”, registra sua grata satisfação em ter no Brasil a tradução de sua obra, entendendo que o país avança no caminho da democracia e como representante democrático das instituições ocidentais. Aduz que, não obstante, haveria, também aqui, a apropriação das liberdades pelo direito e a judicialização da política<sup>26</sup> pelas ações de juízes e promotores.

Embora Maus (2010) tenha a percepção, assim como muitos juristas, de que o Estado Democrático de Direito tem “morada” no Brasil, a partir da formalidade descrita em sua Constituição, CF/88, há estudiosos do Direito – poucos, é verdade, mas em franca expansão – que conseguem perceber e fazer uma leitura crítica do arcabouço jurídico brasileiro, não se silenciando.

Leal (2013) sempre revelou estranheza na conciliação do Estado Democrático de Direito com Ciência Dogmática do Direito. Em sua recente obra há registro de exemplificação de tal afirmação, diretamente ligada ao contexto desta pesquisa. Cita e critica a manobra feita recentemente, ao final do ano de 2010, ao legitimarem um decreto-lei da época de Getúlio Vargas, Dec.Lei nº 4.657/42, em lei “democrática” – Lei nº 12.376/2010 –, um texto autocrático, aplicando-o a “todo” o “Direito Brasileiro”. Os arts. 4º e 5º desse Decreto-Lei<sup>27</sup> não são compatíveis com a ideia de Estado Democrático de Direito, mas sim com os ideais de autoridade do Judiciário e de um Estado Social de Direito, rechaça Leal (LEAL, 2013). Portanto, a Teoria Neoinstitucionalista do Processo, de autoria de Leal, não pactua com a posição superegoica aqui descrita e legitimada ao Poder Judiciário alemão, e até mesmo ao Judiciário brasileiro, a partir da citação acima, pois subtrai a caracterização democrática, da Alemanha, e inclusive a que Maus acredita existir no Brasil.

---

<sup>25</sup> Ingeborg Maus é alemã, teórica política, nascida em 1937, professora emérita da Universidade de Frankfurt que teve como foco de seus estudos a Ciência Política, a Teoria e a História da Constituição. Dedicou-se após 1980, na mesma Universidade, à Teoria e à Sociologia do Direito. Entre os anos de 1987 e 1991 participou de grupo de pesquisa sobre a Teoria do Direito com o sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas (MAUS, 2010).

<sup>26</sup> “A judicialização da política deve normalmente significar (1) a expansão da área de atuação das cortes judiciais ou dos juízes às expensas dos políticos e/ou administradores, isto é, a transferência de direitos de decisão da legislatura, do gabinete ou da administração pública às cortes judiciais, ou, ao menos, (2) a propagação dos métodos judiciais de decisão para fora das cortes de direito propriamente ditas.” (CASTRO, 1997, p.13).

<sup>27</sup> Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Art. 5º Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum (Dec.-Lei 4.657/1942 - Lei 12.376/2010).

Maus (2010), no capítulo que dá nome à obra, desenvolve um estudo crítico sobre o Judiciário na perspectiva da sociedade alemã, considerando-a órfã. Embora a autora considere imprescindível a soberania popular<sup>28</sup> como condição de possibilidade da própria democracia, aponta que, na Alemanha, essa soberania sofreu golpe fatal à época da Constituição de Weimar e da Lei de plenos poderes de 1933 – o que se repete no pós-período Segunda Guerra, com a diferença de que, nesse segundo momento, a sociedade está conivente com a situação. A pesquisadora ocupa-se em mostrar essa realidade, pois para a Constituição ter viés democrático, a participação da base social necessariamente deveria ocorrer, não apenas em seu ato de fundação, mas também na sequência de formulação da legislação ordinária, não se tratando de “catálogo pré-fabricado de todas as decisões materiais possíveis, mas como premissas *processuais* da decisão para as decisões *materiais* do legislador democrático.” (MAUS, 2010, p.4). Maus percebe, entretanto, que a soberania foge à base social, pois a sociedade se deixa novamente ser conduzida, desta feita não por uma burocracia administrativa, mas, agora, pelo Poder Judiciário (MAUS, 2010).

O Poder Judiciário, como “terceiro poder”<sup>29</sup> na Alemanha no século XX, é resguardado pela sociedade, pois qualquer crítica à jurisdição constitucional alemã é repugnada pelos alemães e interpretada como um distanciamento do Estado de Direito e da democracia, diz Maus (MAUS, 2010).

A autora faz uso de um enfoque psicanalítico freudiano do Judiciário, estabelecendo uma analogia deste com o superego. O Judiciário, segundo a autora, assume exatamente esse papel superegoico na sociedade alemã do pós-guerra, desenvolvendo, no texto, considerações acerca dos motivos e das especificidades das relações estabelecidas entre a Corte Constitucional e os cidadãos alemães (MAUS, 2010).

Tendo a autora apresentado em seu texto o enfoque psicanalítico, faz-se importante entender o significado explícito e implícito que a Psicanálise proporciona. O objetivo desta análise é estabelecer e explicitar as interfaces possíveis entre os dois enfoques, apontando questões que o texto possibilita formular.

Freud diz que a primeira exigência da civilização é a justiça, a lei, e esta não poderá ser quebrada em favor de apenas um indivíduo. Ele não coloca em questão o valor ético dessa justiça, apenas reforça que ela impõe restrições à liberdade individual e que todos devem seguir

---

<sup>28</sup> A soberania popular não deriva do Direito existente ou de uma Constituição vigente, mas precede todo o ordenamento jurídico, fundamentando-o. [...] A soberania compete exclusivamente àqueles que são afetados pelas próprias decisões – e não aos administradores e funcionários. A ideia da unidade e indivisibilidade da soberania popular designa nada mais do que o “Estado” nas mãos do “povo” (MAUS, 2010, p. 156-170).

<sup>29</sup> Maus faz citação sobre a pesquisa realizada por Marcuse, que constata 62% de confiança da população no Tribunal Constitucional alemão, a TV teve 34% e as IES somaram 2% (MAUS, 2010, p. 15).

seus preceitos. Pondera, entretanto, que a questão não é tão simples, pois a hostilidade primária inerente ao ser humano é um potencial ameaçador da integração alcançada na civilização. Ou seja, nem todas as pessoas estariam predispostas a abrir mão de suas liberdades, sem que vislumbrem positivamente alguma vantagem. O ser humano não é dotado só de bondade, como já explicitado. Dessa forma, é importante entender que existe um *quantum* de agressividade em cada indivíduo e que a dosagem e o controle são relativos – daí a necessidade de lei para buscar a equidade nas relações (FREUD, 2006c).

O termo “sociedade órfã”, utilizado pela autora, remete à ideia da perda do imperador, antes da ascensão de Hitler, época em que este exercia a soberania. Depois do pós-guerra e da queda de Hitler, parece haver um sentimento de orfandade no povo alemão, como uma espécie de saudosismo e pedido de proteção. Tanto assim que a sociedade aceita o Poder Judiciário ocupando posição de controle, o que, pela descrição de Maus, foi alçado à instância do superego. Pelo viés analítico, é possível pensar, entretanto, que essa orfandade esteja nivelada a um estágio de infância do desenvolvimento humano em que não se alcançou a fase de maturação e que a criança ainda depende muito do controle e da vigilância de seus pais ou de seus substitutos para sua sobrevivência. Com esse viés psicanalítico, é possível interpretar a afirmação de Maus de que tanto o indivíduo quanto a sociedade se deixam ser administrados, se submetem, sem questionamentos, aos direcionamentos da legalidade objetiva e ao ritmo imposto pela sociedade industrial evoluída (MAUS, 2010).

Freud (1937) esclarece que, na infância, o ego encontra-se fragilizado, ainda em maturação e, por isso, há necessidade das referências paternas ou seus substitutos funcionais para protegê-lo. Posteriormente, a sociedade e o próprio superego assumirão o lugar dos pais para a criança, com referenciais de valores morais e suposta proteção. “Mais tarde, quando a Sociedade e o superego assumiram o lugar dos pais, o que na criança era chamado de ‘bem-comportado’ ou ‘travesso’, é descrito como ‘bom’ e ‘mau’, ou ‘virtuoso’ e ‘vicioso’.” (FREUD, 2006n, p. 132). A substituição se dá, agora com conotação de valores, mas a autoridade se vê continuada.

Ao dizer que a sociedade assumirá a posição de autoridade paterna, Freud quer acreditar que ela esteja em condições de se impor enquanto referencial de valores e direcionamentos próprios, ciente e convicta de seus objetivos, ideais e demandas, capaz de autogerenciar-se. Esse *status*, ao que parece, não é percebido na sociedade alemã, aos olhos de Maus, pois a sociedade reivindica e protege a existência de um superego externo, o Poder Judiciário, denotando, assim, fragilidade. A partir da identificação dessa vulnerabilidade, o Estado se apodera dessa instância de controle e passa a ditar o regramento que entender mais conveniente

aos seus interesses, embora por vezes camuflados, com conotação de *status* protetor. Ou a própria sociedade se expõe, oportunizando ao Estado usurpar dela a autogestão. Importante entender que a ação de controle existirá, seja da forma autogerencial, seja delegada, pois não é possível viver sem controle e equilíbrio, tanto individual quanto coletivamente.

A função do superego como referencial e fomentador de comportamentos parecia estar nas mãos do povo no século XIX, mas uma das demandas sociais à época seria a expansão da justiça e esta significaria, pelo menos em princípio, o encerramento da delegação do superego coletivo. Maus cita que, na primeira metade desse século, havia confiança na função do Judiciário em garantir a liberdade. Entretanto, com a introdução da autonomia do Judiciário no período do sistema nazista, essa confiança deixou de existir. E no século XX, o que se observou foi uma espécie de regressão coletiva, pois a influência social estagnou e o controle continuou nas mãos de uma seleta minoria, agora integrante do Tribunal, diz a autora. Com a judicialização radical, a legalidade assume um segundo plano na regulação social – o superego, centralizado, perde sua conotação social ou coletiva (MAUS, 2010).

A sociedade teve, portanto, pelo menos hipoteticamente, no século XIX, o Judiciário atuando “a seu favor”, como limitador da discricionariedade do príncipe, impondo a vinculação legal em decisões, o que possibilitava ao povo a expectativa de conformidade legal. Entretanto, diz Maus, esse posicionamento parecia não dar ênfase exatamente à sociedade e a parâmetros legais, pois os defensores da teoria jurídico-positivista se opunham aos adeptos da teoria dominante, que defendia a liberdade do juiz e a revisão das decisões por instâncias superiores – exatamente o Tribunal Constitucional. Dessa forma, o poder continuava num patamar “superior” e se moldava aos interesses desse Tribunal, refazendo o ciclo de domínio histórico, agora em nova roupagem, acatando ou não o aspecto legal, sem qualquer obrigatoriedade e com total discricionariedade (MAUS, 2010).

Numa linha histórica, Kitchen (2013) descreve uma realidade cruel vivenciada pela sociedade alemã e é possível que tais vivências possam mesmo influenciar alguns dos comportamentos observados ao se analisar essa sociedade.

Na primeira guerra mundial, período 1914-1918, 13 milhões de homens na faixa etária dos 16 a 60 anos estavam nas forças armadas: metade deles foi morta ou gravemente ferida e, dos demais, a maioria ficou traumatizada com a violência da guerra. As viúvas e órfãos, além das perdas, tinham que lidar com a fome, a doença e as privações. A sociedade passou a se desintegrar. Conflitos de classes, disparidades regionais e inversão de valores trabalhistas foram sentidos pelo povo alemão. Os industriais passaram a ser hostis com a sociedade, pois se beneficiavam com a guerra e o sofrimento. Os funcionários públicos de cargos mais elitizados

perderam seus *status* e reagiram. Empresas tiveram que fechar para servir à guerra. Mulheres e crianças foram obrigadas a trabalhar por salários insignificantes. Aparentemente, a cidade estava mais em guerra com o campo do que empregados com o empregador. Os trabalhadores do campo falsificavam estatísticas para vender produtos no mercado negro e isso gerava privações aos habitantes das cidades. O autor conclui que “é compreensível que julgassem ter encontrado um salvador em 1933<sup>30</sup>.” (KITCHEN, 2013, p.270).

Na época do terceiro Reich, comenta Kitchen, a burguesia e a classe média foram afetadas pelas manobras do governo nazista e, numa espécie de salvaguarda, concordaram com o fim do estado de direito, base fundamental da sociedade burguesa, “com juízes e procuradores do Estado vergonhosamente cedendo a expressões de ‘sentimentos raciais saudáveis’ fanaticamente totalitárias.” (KITCHEN, 2013, p.371). Nesse período, o mercado passou a ser controlado pelo Estado e os empresários obtinham lucros exorbitantes. Os gestores em geral apresentavam cursos superiores<sup>31</sup>, doutoramento e apenas uma pequena parcela teria vindo da classe trabalhadora operacional. Os filhos dos empresários compunham a maioria das áreas administrativas. Somado a esse cenário, ainda existia a expulsão dos sociais-democratas e comunistas, os sindicatos foram extintos e substituídos por “organizações de indústrias” obedientes e subservientes e grandes investimentos eram oferecidos para a indústria de armamento. Estavam, portanto, todos satisfeitos, exceto a classe trabalhadora, claro, cada vez mais oprimida (KITCHEN, 2013).

Em 1948, a partir de um Conselho Parlamentar eleito pelos governos provinciais da Alemanha, elabora-se a “Lei Fundamental”, após o fim da Segunda Guerra. O detalhamento dessa lei foi conduzido por Carlo Schmid, conceituado advogado constitucional francês. Para ele, a democracia deveria ter coragem de combater aqueles que quisessem destruí-la, como relata Kitchen. O autor resume que essa lei não poderia ser tão democrática com os inimigos, como foi a Constituição de Weimar<sup>32</sup> – os amigos e inimigos eram contemplados favoravelmente. Dentre as definições dessa lei, estava a de que o presidente, mesmo eleito pelo voto popular, não poderia mais, numa decisão pessoal, colocar pessoas no poder, como o fizera com Hitler. Seria necessária a aprovação do parlamento para a nomeação de um chanceler. O

---

<sup>30</sup> Hitler prometeu que acabaria com o desemprego e que a Alemanha voltaria ao trabalho - em quatro anos cumpriu a promessa. Não deixou, entretanto, de investir em larga escala no setor de armamento (KITCHEN, 2013, p.367).

<sup>31</sup> Pode-se pensar que a confiança e a valorização da IES em apenas 2% na pesquisa de Marcuse tenha relação com esse fato?

<sup>32</sup> “Direitos de reserva” foram retirados de alguns estados, mas o principal foco estava no papel do presidente. Houve a proposta do sufrágio universal e a legitimação democrática o tornaria poderoso frente ao parlamento. Os sociais-democratas temiam que ele pudesse ser um novo kaiser, entretanto, havia aceitação à ideia de um chefe de Estado que pudesse tomar decisões em tempos difíceis, que pudesse indicar o chanceler e dissolver o parlamento (KITCHEN, 2013, p.289-290).

presidente não seria mais eleito pelo voto popular, mas por uma assembleia de parlamentares. Caberia ao presidente, entretanto, a condição de dissolução do parlamento, desde que cumprisse as cláusulas previstas nessa lei. “De acordo com o parágrafo final (146), a Lei Fundamental deixaria de estar em vigor tão logo uma Alemanha unida se decidisse livremente por uma constituição.” (KITCHEN, 2013, p.441).

No fim da Segunda Guerra mundial, lembra Maus, os juízes estavam em evidência com a participação em deliberações importantes e definidoras como as da Assembleia de Herrenchiemsse<sup>33</sup> e do Conselho Parlamentar. Viam-se no ápice do direito de exercer a discricionariedade e onipotência, pois entendiam que teriam ‘total consciência’ do que seria melhor, mais saudável e genuíno para esse povo, considerando-o na coletividade, eliminando as diferenças, as ‘doenças’, os sistemas sociais fracionados até então existentes. Tanto assim que, na formulação da Lei Fundamental, havia a preocupação de que fossem evidenciadas a superioridade e a independência do juiz. O discurso vazio de que os juízes estavam procurando garantias de proteção ao povo chama a atenção de Maus, pois somente se condizentes com as exigências dessa classe. Com tanto prestígio, foi introduzida na Constituição alemã de 1949, pela primeira vez, a competência ao Judiciário para o exame da constitucionalidade das leis, que ocorreria através do Tribunal Constitucional, sendo aprovada a ação de forma unânime, e, conseqüentemente, validada a aplicação da discricionariedade amplamente (MAUS, 2010).

Maus observa que toda tentativa de ‘acerto’ não teve efetividade, pois estavam ali, na realidade, corroborando para a fixação de um Estado de não Direito do Nazismo, que previa garantias de um Judiciário livre de controles e vinculações, com *status* e patamar superiores às leis. Nesse formato, a população alemã obtinha apenas informações superficiais sobre o Judiciário e acabava por aceitar tudo dessa forma. Assim, existia, sem resistência, ampla aceitação desse órgão e de argumentos provenientes da ciência do direito, embora ambos vagos – a formalidade proporcionada induzia ao pensamento de limitação da intervenção estatal, pelo menos teoricamente. A autora suspeitou que a formalização jurídica pudesse ser a representação camuflada do desejo de instalação da anarquia. Adicionou que há entendimento no meio científico e interdisciplinar de que o poder e o domínio estão na lei escrita e não no aparelho estatal. Dessa forma, a limitação de atuação do Estado estaria, então, formalizada, evitando intervenções arbitrárias na sociedade. Aliás, foi exatamente o Direito formal que impediu a continuidade do terror político do sistema nazista, diz Maus. Mas, o que ela percebe hoje não é a formalização limitando a intervenção; isso, na prática, não funcionou e não tem funcionado.

---

<sup>33</sup>Época de 1949, quando estavam reunidos para elaboração da Lei Fundamental, já citado por Kitchen.

Vê, em verdade, a formalização instalando uma forma de violência silenciosa, velada, sem agressão física, sem combate e muito perigosa direcionada à sociedade alemã (MAUS, 2010).

É perceptível que o Poder Judiciário passou por atuações diferenciadas nos períodos compreendidos entre o pré e o pós-nazismo. No século XIX e XX, esteve contribuindo e consolidando a legitimidade das decisões, depois atuando como protagonista no período do nazismo e, a partir da metade do século XX, procurando se reestruturar e consolidar sua posição de destaque no país enquanto terceiro poder. Assim imprime nova configuração político-constitucional, a judicialização formalizada na nova Constituição alemã, comprometendo a ideia de democracia instalada.

A Alemanha propõe-se a ser um país democrático. Entretanto, aparentemente, sua Lei Fundamental revela um estilo “particular” de democracia. Isso pode ser percebido já no seu início, ao tratar dos Direitos Fundamentais. Há ênfase no art. 18<sup>34</sup> dessa lei, na perda dos direitos fundamentais, se houver abuso do uso de alguns desses direitos para combater a ordem fundamental livre e democrática. Mas é democrática a perda de direitos fundamentais? À primeira vista, poderia se pensar lendo esse artigo como – é possível expressar sua opinião, mas nem tanto... é possível ensinar, mas sem excesso... é possível se comunicar por diversos meios e formas, mas depende....

A reivindicação de Maus em seu texto, propondo o debate para o resgate da democracia usurpada pelo Poder Judiciário alemão, sustenta-se nos preceitos do art.20 da Constituição alemã.

**Artigo 20 [Princípios constitucionais – Direito de resistência]:**

- (1) A República Federal da Alemanha é um Estado federal, democrático e social.
- (2) Todo o poder estatal emana do povo. É exercido pelo povo por meio de eleições e votações e através de órgãos especiais dos poderes legislativo, executivo e judiciário.
- (3) O poder legislativo está submetido à ordem constitucional; os poderes executivo e judiciário obedecem à lei e ao direito.
- (4) Contra qualquer um, que tente subverter esta ordem, todos os alemães têm o direito de resistência, quando não houver outra alternativa. (CONSTITUIÇÃO ALEMÃ, 1949).

O Judiciário alemão tem previsão de estruturador de valores a serem repassados à sociedade e esta os absorve e desenvolve uma cadeia de perpetuação desses valores, que resistem ao tempo, sedimentando uma tradição - algo que seria parcialmente similar às funções

---

<sup>34</sup>**Artigo 18 [Perda dos direitos fundamentais]:** Quem, para combater a ordem fundamental livre e democrática, abusar da liberdade de expressar a opinião, particularmente da liberdade de imprensa (artigo 5 §1), da liberdade de ensino (artigo 5 §3), da liberdade de reunião (artigo 8), da liberdade de associação (artigo 9), do sigilo da correspondência, das comunicações postais e das telecomunicações (artigo 10), do direito de propriedade (artigo 14) ou do direito de asilo (artigo 16 §2), perde estes direitos fundamentais. Cabe ao Tribunal Constitucional Federal pronunciar-se sobre a perda dos direitos e fixar a sua extensão.

inicialmente descritas por Freud para conceituar a estrutura psíquica do superego. Portanto, diz Maus, o Judiciário alemão tem *status* de administrador público legitimado da moral, remetendo à ideia de Estado Judicial (MAUS, 2010).

A pensadora trata da preponderância da tradição constitucional em relação ao princípio da soberania popular, mesmo que tenha estado permanentemente operante. É a tradição se sobrepondo à base social detentora dessa soberania, mesmo não sendo esta inexpressiva. Na prática, a soberania popular está marginalizada, pois a tradição constitucional encarrega-se inclusive das emendas constitucionais, tudo ficando a cargo da *Supreme Court*. Isso significa dizer também e, por conseguinte, que a democracia se vê marginalizada, como diz Maus. A valorização e a aceitação dessa tradição sem qualquer questionamento que possa inverter tal predominância são aceitas, segundo a autora, sem resistência, sendo motivo de questionamento para ela. Alerta ainda que hoje “‘participação’ significa tão somente a participação em processos de entendimento de uma *civil society* que assedia apenas de fora os bastidores do poder político.” (MAUS, 2010, p.11). Em suma, a soberania está literalmente coadjuvante nesse contexto.

Maus cita que a jurisdição estadunidense pode ter sido a maior influência para a criação e detenção do poder ao Tribunal Constitucional alemão, pois desde o século XIX há a implantação do controle constitucional jurisdicional naquele país. A ideia é que os juízes praticamente já nascem predestinados, detentores de toda competência necessária para serem modelos de caráter, discernimento, inteligência, conhecimento, sensibilidade. Na realidade americana, para ser juiz, pressupostos como sensatez e justiça estão impregnados na personalidade de quem exerce esse papel – um sucesso inato! (MAUS, 2010).

Mas a professora não comunga com tais devaneios e defende a Constituição da soberania popular, a participação democrática e os direitos de liberdade.

Ressalta que, mais que uma questão prioritária das garantias constitucionais, é importante reafirmar as diferentes formas de garantia da liberdade individual, pois se não estiverem expressas serão cerceadas pelas reservas de legalidades e definições do Tribunal Constitucional. E ela acredita que essa garantia seja possível a partir do princípio da separação dos poderes. Embora a soberania seja visualizada como indivisível, interpreta que possa associar-se ao poder legislativo, quer pelo próprio povo ou por representantes – de forma integral e, conseqüentemente, mantendo a soberania –, mas com limitação funcional a partir dos demais poderes, pois cada um estará delimitado pela atuação do outro poder, equitativamente (MAUS, 2010).

Acontece, entretanto, que o Tribunal Constitucional alemão acabou recebendo, no pós-guerra, a pretexto de seu papel submisso no período do nazismo, a tarefa de controle da legalidade e da própria constitucionalidade, pois as antecede. Sua competência não é derivada da Constituição e, sim, de princípios jurídicos suprapositivos criados pelo próprio Tribunal que os tem como referência, expandindo-se da competência constitucional, tornando-se incontrolável, como esclarece Maus. O Tribunal não se posiciona como guardião da Constituição, mas sim como soberano, visto que prevalece a sua própria jurisprudência em detrimento àquela e a todo o arcabouço legal do país. Dessa forma, há submissão de todas as instâncias políticas à Constituição e aos princípios estabelecidos pelo Tribunal. Curiosamente, o Tribunal não se submete a nenhum parâmetro de avaliação, ressalta a autora (MAUS, 2010).

Nesse compasso, Maus entende que há necessidade de se reformar a lei fundamental<sup>35</sup> e proporcionar condições para que a democracia efetivamente se mantenha firme. Primeiramente, é preciso que se processe um debate sobre as competências do Tribunal Constitucional alemão e se destitua o monopólio do poder estatal, até então minimamente questionado. Entretanto, percebe-se que será difícil tal situação, haja vista a amplitude das competências do Tribunal Superior e sua proporcionalidade junto à Constituição – reconsiderando ou ampliando o conceito de Constituição, o Tribunal amplia também sua margem de abrangência, não se destituindo de nenhuma de suas “competências”. Ele não só promove a concorrência com o legislador ordinário, como também se apropria do poder constituinte e reformador. Dessa forma, não havendo limitação da função do Tribunal para se chegar a uma medida democrática razoável, as contradições permanecerão, como conclui Maus (MAUS, 2010).

E a lista das reformas e revisões necessárias, segundo Maus, não para. A autora alerta que a moral e a jurisdição estão sendo postuladas como fundamentos das modernas teorias de decisões judiciais. Acontece que a moral está posta como o escudo do juiz e da jurisdição – pertencente ao “Direito superior” – e não se submete a nenhuma hipótese de crítica, isentando-os de todo controle ao qual deveriam se submeter. Assim, não pactua com qualquer viés democrático que os submeteria aos mesmos parâmetros do Direito ordinário e sociedade, sugerindo, então, ao contrário, na visão de Maus, haver um retrocesso. Maus suspeita que essa moral seja um engodo, algo para mascarar a faceta controladora e dominadora do Estado (MAUS, 2010).

---

<sup>35</sup> Em outras palavras: uma reforma da Lei Fundamental e, com maior razão, uma democratização de nossa democracia realmente existente não é possível sem uma discussão sobre as competências do Tribunal Constitucional alemão. (MAUS, 2010, p.5)

O Judiciário se “mostra” como instituição inquestionável e dotada da mais “pura” e “justa” moral, mas violando o Direito escrito – a base de sustentação da previsibilidade social e da justiça, esta detentora de objetividade, imparcialidade e neutralidade. “O puerilismo da crença na justiça se expressa da forma mais clara nos casos em que se espera do Tribunal Constitucional alemão uma correção do próprio comportamento ‘cívico’”. (MAUS, 2010, p.23). Maus enfatiza que nesse formato constata-se um processo regressivo do povo alemão e uma conseqüente permissividade de “tutela”, remontando-se a realidade impositiva como na época do império.

Pode-se observar na análise crítica de Maus que, na atualidade, em relação ao Judiciário alemão, os juízes querem crer que este se posta como um órgão técnico-profissional extremamente especializado, dotado de potencialidade intelectual, capacidade interpretativa e moralidade indiscutível, possibilitando as melhores definições, direcionamentos e decisões para essa sociedade – pois certamente acreditam nisso. Em relação à sociedade, já foram pontuados aspectos relacionados à sua orfandade, apresentando uma versão psicanalítica dessa condição – não se caracterizando apenas no contexto de ausência de condução, mas na análise de maturidade ou imaturidade ao reivindicar um superego externo.

A proposta desta pesquisa é apresentar as duas perspectivas do superego e identificar em qual dessas Ingeborg Maus se baseou para associar o Judiciário alemão ao papel de superego. E, ainda, se e como estaria também contemplada a outra perspectiva do superego. A primeira, em que se traduzem controle, referenciais morais e direcionamento<sup>36</sup>, já foi explorada. A partir de agora, será apresentada a outra perspectiva do superego, mais especificamente, a sua conotação perversa, identificada nos estudos de Freud sobre essa instância. De imediato, é importante começar a pensar na hipótese de que a proposta do Poder Judiciário apresenta intenções pouco democráticas para com a sociedade alemã, denotando desconsideração social em sua prestação de serviços ao povo, a partir de sua atuação autorreferencial. Assim, não há condão tão paternalista, como se vê inicialmente.

No ano de 1923, os estudos sobre o superego ganham nova referência, chegando a reformular a visão inicial de positividade e de ponderação social, passando a ser percebido sob outra perspectiva aos seus pares, id e ego, confrontando-os e subjugando-os com um *quantum* de tirania, desconstruindo praticamente toda a linha de entendimento explícita estabelecida inicialmente, ou seja, de censor dos bons costumes e regras morais.

Freud, como já apontado, revelou que as questões morais foram absorvidas por tradição, sem pré-questionamento, aceitando-as como forma de sobrevivência ou manutenção da cultura

---

<sup>36</sup> Superego primordial, conforme descreve Nasio (1991).

social instalada naquela sociedade, grupo, família, clã, dentre outros. Ao que tudo indica, Maus deixa transparecer que coaduna com essa ideia de que se estaria diante de uma possível interpretação da reação da sociedade alemã para com a moralidade instalada pelo Tribunal Constitucional, sem pré-questionamentos.

No contexto em que a autora faz o paralelo entre o Tribunal Constitucional ao conceito do superego por Freud<sup>37</sup>, a comparação ocorre pela condução do povo<sup>38</sup> na absorção de conteúdos especificados e ditados pelos juízes que, segundo o entendimento destes, têm o intuito de adequações necessárias e saudáveis para o futuro do povo e, conseqüentemente, do país (MAUS, 2010).

Entretanto, diz Maus, torna-se evidente a percepção de que os juízes já não estão (pre)ocupados com os interesses sociais, desde o início do século XX. Eles menosprezam a teoria jurídico-positivista, as leis e os códigos, como se esses instrumentos jurídicos estivessem aquém de suas potencialidades e se sustentassem na teoria dominante – que defende a liberdade do juiz em suas atribuições –, apoiando o Direito livre<sup>39</sup> como forma de defesa aos agentes partidários que legislam. Nesse contexto, juízes e apoiadores do Direito livre chegam ao consenso de que a positivação por si só não é a mais recomendável e sustentam, então, um ganho na flexibilização do Direito escrito, ou seja, a legalidade relativa. Dessa forma, diz Maus, firmaram-se a independência e a prepotência do Judiciário (MAUS, 2010).

Maus descreve que, neste momento em que há veneração quase religiosa da sociedade ao Judiciário, “o superego da jurisdição constitucional vai assumindo cada vez mais traços que correspondem ao desenvolvimento natural da consciência: ele está se tornando um portador da tradição, no sentido que Freud dá ao termo”. Percebe-se que os aspectos explorados por Maus eram associados ao que Freud definiu inicialmente como superego, a partir da relação edípica de pais e filhos. Nessa relação, havia a transferência de valores morais, religiosos, sociais dos pais, como também a severidade, a força e a supervisão em punir, tudo como referência para a formação do caráter de seus descendentes, repassados e assimilados por meio da tradição. O Tribunal é percebido como uma referência histórica segura, na qual a “jurisprudência” criada por esse órgão está fundamentada em bases sólidas da moral e, portanto, justa (MAUS, 2010).

---

<sup>37</sup>(FREUD, 2006b, p. 198 e ss.)

<sup>38</sup>Considerado por Maus como fonte das leis ordinárias e constitucionais, (MAUS, 2010, p.3), mas pelos juízes, “o povo torna-se, como “unidade”, como povo “verdadeiro”, o objetivo e o produto da atividade decisória judicial.” (MAUS, 2010, p.33).

<sup>39</sup>Laurenz pontua que a decisão judicial não é necessariamente a aplicação da norma jurídica, mas pode ser atividade criada pelo Direito. Cita que Bülow não definiu como o juiz deve proceder em sua escolha, se de forma objetiva, aproximando-se à lei ou se de forma subjetiva, de cunho totalmente pessoal. Conclui que o Direito Livre se aproxima da interpretação teleológica da lei (LARENZ, 1997, p.77-78 ).

Esse conceito de superego usado pela autora, em que se mostra como condutor dos bons costumes, moral e valores, teve seu momento de impacto nos anos de 1920, mas foi se modificando com o avanço dos estudos de Freud sobre o tema, mais precisamente a partir de 1923. Como já descrito, o superego deixa de ter uma conotação de controle, referência e sociabilidade, passando a ter conotação perversa, impositiva e destruidora em relação às demais instâncias psíquicas, diferentemente do conceito inicial e aplicado pela autora. Talvez essa leitura atualizada do superego poderia ser feita no texto de Maus.

“A concepção democrática de Estado vira do avesso as ‘relações naturais’: nela, os filhos veem primeiro, o ‘pai’ é derivado deles.”. (MAUS, 2010, p.20). Entretanto, não é o que está sendo identificado pela autora a partir de suas análises. No século XX seria o povo, a sociedade, que possibilitaria o poder estatal e lhe atribuiria limites. O poder estatal seria limitado pelos direitos de liberdade do povo e não seu delimitador. Mas a autora aponta reflexos contrários na categoria individual de liberdade – o indivíduo fica sabendo o que é permitido depois que decodifica o que é proibido legalmente por via judicial e, assim, depara-se com a questão da relatividade, do caso a caso. Por esses motivos, justifica que a precisão legal deve ser exigida, evitando-se a margem de ambiguidade para a intervenção estatal e as interpretações dos tribunais, ao aplicarem as leis. E no compasso dessas descobertas não se pode deixar de incluir o arcabouço de representações morais no Direito moderno, como a boa-fé, má-fé, condenável, totalmente vulneráveis às convicções dos juízes, como diz a autora

Analisando o que os juízes conceituam em relação ao povo, sendo estes o produto de uma decisão judicial, percebe-se aí uma incongruência grotesca – não há como ser pai sem que se considere a existência dos filhos.

Mas de acordo com o entendimento de Maus, em posição inversamente oposta, o povo seria fonte e não resultado e, precisa reagir urgentemente a tanta subserviência. Essa visão se sustenta pelo viés do contexto democrático e traça-se outro paralelo entre a sociedade, o Poder Judiciário e o superego. Se efetivamente a sociedade alemã estivesse num contexto democrático como ela imagina ou acredita, perceberia que a função do superego estaria em posição equivocada; caberia à sociedade ser determinante e não, determinada. No estágio atual, tendo o Poder Judiciário a função de superego, assume exatamente o perfil perverso ao se afirmar detentor de um saber especial sobre o direito.

A autora chega até a relatar que os movimentos democráticos de base se percebem autônomos e firmes em suas definições morais, não se submetendo ao aparelho estatal. Entretanto, não conseguem se sustentar nessa posição de independência, pois, embora haja processos administrativos e aplicação de formas judiciais de arbitragem de conflitos como

proposta de limitar a exclusiva atuação estatal, não se consegue perceber com clareza a autonomia desses movimentos como afirmam, pois eles concorrem entre si (MAUS, 2010).

O que se pode pensar então, a partir dessas ponderações, é que a sociedade alemã não conseguiu atingir seu grau de discernimento moral a ponto de autorreferenciar-se e ser o seu próprio superego, como se espera de uma sociedade consciente de seus objetivos, limitações e possibilidades. Em princípio, parece que o povo alemão absorveu o histórico ditatorial já vivenciado no país: por via da tradição ou não, desvencilhou-se do trauma pós-guerra e, assim, não consegue se mobilizar democraticamente para reformular o seu e, conseqüentemente, o futuro do país. A Constituição é “policiada” há 65 anos.

Analisando as referências de Freud em relação à psicologia de grupos e a sociedade alemã descrita por Maus, pode-se pensar que se trata de um grupo organizado e artificial, pois se rege por regras externas, criadas por outro grupo menor, o Tribunal Constituinte, também organizado, mas não artificial eis que detentor do poder de estabelecer as próprias regras. O Tribunal cria o regramento que será repassado à sociedade, sobrepondo inclusive ao Direito formal, determinando-o como o mais coerente e justo à sociedade que o assimila sem qualquer questionamento e ponderação. A sociedade, por sua vez, parece não perceber que é portadora de características intrínsecas que podem mudar o curso de sua história; permanece em estágio infantil, artificial, delegando a outro grupo o domínio que deveria ser seu.

Freud (1923), no texto em que trata das “Relações dependentes do ego”, aborda questão interessante referente à consciência e à relação de dependência elaborada como forma de segurança para algumas pessoas e isso caberia aqui, para uma indagação acerca do contexto da sociedade alemã. Revela que alguns pacientes sentem-se mais confortáveis na doença do que na perspectiva da cura e se negam ou rejeitam o tratamento. “Ao final, percebemos que estamos tratando com o que pode ser chamado de fator ‘moral’, um sentimento de culpa, que está encontrando sua satisfação na doença e se recusa a abandonar a punição do sofrimento.” (FREUD, 2006b, p.64). Freud diz que enquanto o paciente está envolvido, ele não se sente culpado, mas doente. O sentimento de culpa se expressa apenas como resistência à cura. É a caracterização de que há conflito interno entre o ego e o ideal do ego – exigências superiores. Estaria a sociedade alemã doente – no contexto da Psicanálise – e, por isso, não visualiza o distanciamento da concepção democrática e apoia o Tribunal constitucional como seu mentor, na tentativa de camuflar esse estágio de fragilidade?

Na psicologia dos grupos há também a abordagem da violência sofrida pelos membros que não detém poder. No passado, em relação aos grupos, consta que sempre houve violência, principalmente física contra aqueles que estivessem em desacordo com o grupo dominante ou

que se colocassem em embate com posicionamentos divergentes. Questiona-se se essa violência realmente foi eliminada com a evolução dos tempos ou se estaria apenas deslocada para uma violência silenciosa aos olhos dos outros – a psicológica, que em regra, traz tanto ou mais malefícios quanto à violência expressada no passado –. Ao se deparar com o histórico da sociedade alemã, pode-se pensar que essa submissão seja uma forma de proteger-se da violência física e psicológica já sofrida no passado.

Maus diz ainda em seu texto que a sociedade alemã tem uma reverência religiosa<sup>40</sup> ao Tribunal Constitucional. Aproximando essa percepção ao texto *Psicologia de Grupos*, em relação à análise feita por Freud da Igreja, vê-se que há idolatria ao líder e a crença de que todos os membros do grupo sejam amados de forma igualitária, sendo essa a sustentação da união. Freud, entretanto, desconstrói essa ilusão de amor igualitário ou, pelo menos, interpreta-a de forma diferenciada. Ele diz que existe sim a ideia do amor igualitário, mas em posição inversa – na realidade, essa igualdade é desejada pelo líder, pois é ele que precisa que todos os membros o amem igualmente, para que alimente sua autoimagem e permaneça na posição de liderança e destaque. Ele não consegue amar a todos de forma igualitária. Analisando essa necessidade de amor igualitário e o respaldo que a sociedade alemã oferece ao Poder Judiciário, é possível se pensar na crença do recebimento de amor igualitário. Porém, o que se percebe de forma mais clara é a obtenção do amor da sociedade pelo Poder Judiciário, não sendo claro, entretanto, se é amor ou temor.

Freud despertou estranheza com um novo texto denominado “A neurose demoníaca do século XVII [introdução]” (FREUD, 2006b). Um capítulo desse estudo se relaciona à religião e certamente causou espanto a alguns de seus leitores – “O Demônio como substituto paterno” (FREUD, 2006b) –. Vale ressaltar a ‘coincidência’<sup>41</sup> de que nessa época ele descobria o lado perverso do superego. Freud já havia demonstrado interesse por possessões e fenômenos desde o período em que traduzia os escritos de Charcot e suspeitava serem fontes de explicação para casos de neurose. Ele inicia seus escritos, narrando que recebeu uma carta dos párocos da aldeia, na qual era relatada a história de um pintor<sup>42</sup> que teria feito um pacto com o demônio. Houve o arrependimento, o apego religioso e o alcance do milagre da ‘cura’ - sintomas - com o término da promessa, mas, com o tempo, esse senhor voltou a apresentar visões perturbadoras, só que agora com a aparição de figuras sagradas, que não amenizam seus sofrimentos por serem sacras. A Psicanálise tem um olhar analítico da questão e a interpreta como manifestação da neurose. A teoria percebe os demônios como expressão de impulsos instintuais maus e

---

<sup>40</sup> Maus, 2010, p. 16.

<sup>41</sup> Freud diz que nada acontece por acaso.

<sup>42</sup> Trata-se de um pintor chamado Christoph Haizmann (FREUD, 2006b, p. 87).

reprimidos e não forças exteriores que perturbam. “Nós simplesmente eliminamos a projeção dessas entidades mentais para o mundo externo, projeção esta que a Idade Média fazia; em vez disso, encaramo-las como tendo surgido na vida interna do paciente, onde têm sua morada.” (FREUD, 2006b, p. 89).

Freud, para diagnosticar o caso, observou que não houve barganha entre alma imortal e outros motivos geralmente elencados como riqueza, segurança, poder sobre a humanidade, mágicas e isso já seria um sinalizador para ele. Conseguiu identificar o motivo que teria gerado um estado de melancolia nesse senhor e, conseqüentemente, a aproximação do demônio. “Seu pai, portanto, falecera, e, em consequência, ele havia caído em um estado de melancolia, após o que o Demônio se aproximara dele e lhe perguntara por que estava tão abatido e triste, e prometera ‘auxiliá-lo de todas as maneiras e dar-lhe apoio’”. (FREUD, 2006b, p.99). Freud, entretanto, estranha o fato de esse senhor aceitar substituir o pai que aparentemente tanto amara – a ponto de desenvolver o quadro melancólico –, pelo Demônio, concedendo a este um poder terapêutico (FREUD, 2006b).

Para falar do Demônio, Freud fala também em Deus – o mal como antítese do bem. A ideia inicial é a de Deus visto como substituto paterno, similar ao pai identificado tanto na infância quanto na humanidade, ao resgatar o pai da horda primeva. A associação da imagem ideativa desse pai na infância e a do pai primevo remete a Deus. Com a maturidade e a vivência, entretanto, o indivíduo percebe esse pai diferente e menor. Vale lembrar, conforme já citado, que existe a relação de amor e ódio ao pai primevo<sup>43</sup> e Freud associa essa ambivalência também à relação da humanidade com a divindade. “Se o Deus benevolente e justo é um substituto do pai, não é de admirar que também sua atitude hostil para com o pai, que é uma atitude de odiá-lo, temê-lo e fazer queixas contra ele, ganhe expressão na criação de Satã.” (FREUD, 2006b, p.104). O Demônio, enquanto espírito maligno, não foi estudado em algumas religiões, mas na mitologia cristã havia a referência do anjo mau caído e, embora estivesse em oposição a Deus, tinham natureza semelhante. Freud ressalta que, em verdade, era uma só figura cindida em duas, com atribuições opostas. Conclui, dessa forma, que o pai tanto tem de Deus quanto de Demônio, mas reconhece que é difícil a assimilação do indivíduo (FREUD, 2006b).

Se é assim, faz sentido a afirmação de Freud em relação ao superego que, a partir de novos estudos, deixa de ter somente esse condão de condução “benéfica” e passa a ter uma proposta embativa e até competitiva com seus pares, id e ego, ou seja, o tripé que sustenta o aparelho psíquico do ser humano, responsável pelos seus atos, escolhas e omissões. Os estudos

---

<sup>43</sup>Freud diz que as religiões deveriam portar marcas indeléveis do fato de que o primitivo pai primevo era um ser de maldade ilimitada - um ser mais semelhante ao Demônio do que a Deus (FREUD, 2006b, p. 104).

do superego posteriores mostram que essa instância continua funcionando como um regulador da psique humana, mas não na base do consenso, não como um referencial de excelência apenas; atua como um inibidor do id, reduzindo sua taxa de prazer e do *quantum* de energia disponibilizada para o contato com o mundo externo e, como um desafiador incansável ao ego, exigindo deste a superação naquilo que se propõe a oferecer como resultado. Em resumo, bloqueia e constrange; inibe e impulsiona – em regra, o superego limita o id e pressiona o ego, não como forma de levar aos seus pares a dosagem adequada de equilíbrio, mas os impedindo de se sobreporem a si, objetivando mantê-los sob domínio em maior parte do tempo.

E o que tem esse superego a ver com o superego a que Maus se refere? Pode-se dizer que há uma grande simetria na necessidade de domínio e autoridade! O controle, a força, a referência visualizada, inicialmente na segunda tópica e identificada por Maus, nada mais são do que formas de poder e autoridade disfarçadas positivamente ao se apresentarem.

O superego, portanto, gera esse papel de autoridade e, conseqüentemente, tende a colocar-se numa dimensão superior, conduzindo tudo de forma a manter esse *status*. Por isso, acaba por promover ações que geram desgastes em suas relações, como forma de autoafirmação. O texto de Freud aborda a distinção feita entre as próprias exigências pessoais e aquelas voltadas ao mundo externo através do superego:

Do ponto de vista do controle instintual, da moralidade, pode-se dizer do id que ele é totalmente amoral; do ego, que se esforça por ser moral, e do superego que pode ser supermoral e tornar-se então tão cruel quanto somente o id pode ser. É notável que, quanto mais um homem controla a sua agressividade para com o exterior, mais severo - isto é, agressivo - ele se torna em seu ideal do ego. A opinião comum vê a situação do outro lado; o padrão erigido pelo ideal do ego parece ser o motivo para a supressão da agressividade. Permanece, contudo, o fato de que, como afirmamos, quanto mais um homem controla a sua agressividade, mais intensa se torna a inclinação de seu ideal à agressividade contra seu ego. É como um deslocamento, uma volta contra seu próprio ego. *Mas mesmo a moralidade normal e comum possui uma qualidade severamente restritiva, cruelmente proibidora. É disso, em verdade, que surge a concepção de um ser superior que distribui castigos inexoravelmente.* (FREUD, 2006b, p. 68) (*grifo nosso*).

Considerando a severidade do “ser superior” como Freud cita, ele extravasa ao mundo externo e não propõe tantas exigências ao seu ideal do ego; não se exige tanto. O que pode se pensar com isso, também, é que o sujeito que se apresenta com o superego em prontidão propõe a criação de dogmas e definições que entende serem as acertadas, submetendo todos à sua volta a algo criado por seus próprios critérios, assumindo, assim, uma figura de autoridade ou, melhor, austeridade, elaborada por ele próprio. Mais uma vez, impossível não associar o Poder Judiciário alemão a esses dogmas.

Vale ressaltar que Freud chama a atenção para a “moralidade cruelmente proibidora” e, dessa forma, o superego pode ser peça fundamental para essa agressividade expressa. Poderia se pensar que Maus estaria atenta a essa moralidade proibidora e à falta de delimitação de atuação do Tribunal na sua aplicação, antevendo, portanto, o viés perverso do superego, pois chega a pontuar no texto um certo temor, mas parece ter optado não enfrentar a questão. Ao que tudo indica, Maus entendeu ser suficiente a interpretação do superego como instância de controle e poder de condução de um ego frágil, sem condições de autossustentação, pois já seria o suficiente para provocar o debate da questão enfrentada na Alemanha com as atribuições do Tribunal. Manteve-se, portanto, na versão benevolente dessa instância e a transportou para o contexto da Alemanha, entendendo que a sociedade demonstra necessidade de um superego, mas que este deveria ser o da própria sociedade, embora não perceba condições de obtenção com a realidade sócio-política-jurisdicional apresentada.

Maus, na tentativa de possibilitar abertura para discutir a situação social de seu país, analisa e utiliza-se de algumas terminologias psicanalíticas em seu texto que também merecem esclarecimentos. Faz um paralelo com as pulsões parciais, os instintos previstos na cadeia psíquica dos sujeitos, ao citar a ordenação da Justiça. Freud (1923) esclarece que os instintos são estímulos, demandas distintas que compõem o sujeito como um todo, assim como deve ser abrangente e multifocal o contexto da justiça. O desafio imposto ao Judiciário é absorver a demanda social na sua integralidade, não apenas no contexto partidário ou classista, e propiciar a unidade do Direito sem limitá-lo a grupos de interesses. As pulsões, por sua vez, mobilizam o sujeito de acordo com a situação inserida e a vivência do momento. Convivem entre si, havendo alternância de evidência, dependendo do contexto. Freud define os tipos de pulsões ou impulsos como os de vida, de morte, do princípio do prazer e de realidade. Como já dito, todos interagindo simultaneamente no sujeito e determinando sua conduta ou seu comportamento, a partir da incidência de cada instinto na situação inserida. Maus comenta que as unidades de direito e da constituição, se permanecessem isoladas, não dariam fim às divergências de interesses sociais que se apresentavam no contexto legal; era preciso integrar, como ocorria com as pulsões (MAUS, 2010).

Em regra, diz a autora, o que se vê no país, a partir da ênfase diretória dos Tribunais, é a incompatibilidade com a sociedade – enquanto destinatária de normas jurídicas –, promovida pelo descaso com as questões sociais e pela elaboração de fundamentações amorais e pontuais – caso a caso – nas decisões proferidas. Tudo isso porque o texto constitucional alemão tornou-se um “ordenamento de valores”, possibilitando a complementação aos princípios constitucionais de forma aleatória e abrangente. Conseqüentemente, o povo não se atenta às

normas porque estas visavam aos interesses objetivamente diversos, políticos, econômicos, militares, distantes da realidade social. A autora cita inclusive, para exemplificação, que existem normas jurídicas destinadas ao aparelho estatal, no caso de qualquer irregularidade identificada na conduta social. Há descrição dos procedimentos que deverão ser adotados quando houver qualquer infração, mínima que seja, às normas morais, tudo de forma clara e vinculante. Havia desvios em momentos de crises, enfatizando os sistemas funcionais em detrimento às garantias dos “sujeitos de direito” e reprimindo qualquer tentativa de manifestações contrárias via movimentos sociais. Continuariam, portanto, vulneráveis aqueles que buscam proteção – o povo –, pois o abuso e os excessos permanecem ilimitadamente mascarados na legitimidade proporcionada pelas convenções morais e pelos valores do Judiciário. Mesmo assim, o Judiciário consegue se ver na condição de pai da sociedade órfã (MAUS, 2010).

Somado a isso e corroborando com tal, outro aspecto apontado por Maus e que a preocupa é o Judiciário se pautar tanto pelas convenções morais quanto pelo direito livre. Revela que as pessoas não pautavam suas ações ou omissões a partir das restrições impostas na lei – direito positivo –, mas sim pelo direito “livre” – normas sociais ou convenções morais –, absorvido quando crianças e visualizado no decorrer da vida (MAUS, 2010).

Maus, ao que tudo indica, quer alertar ou despertar a sociedade alemã para a análise de uma possível alienação sócio-política. Afirma que há delegação do superego à administração estatal, para que essa delimite as orientações morais à sociedade órfã – que se encontra num possível estágio infantil –, não demonstrando ainda condições de assumir suas próprias escolhas. E, se assim, acaba por se submeter ao superego delegado. Quer, entretanto, possibilitar, através de debates, que a maturidade necessária à sociedade chegue e possibilite a ela assumir o seu papel de idealizador democrático.

Mas o que se observa, segundo a autora, é a ocorrência de uma fraude, em que a consciência individual é reduzida ou desconsiderada e a base social não participa efetivamente das normas morais jurídicas. Maus até considera essa ausência saudável, pois se a base social estivesse apoiando essa restrição, estaria se boicotando e isso seria caracterizado como uma condição perversa<sup>44</sup>. As referidas normas, na realidade, diz Maus, não funcionam como fator socializador da justiça, mas como um censor para as relações sociais, que independeriam da intervenção estatal para se estabelecerem e definirem seus limites. “Elas não levam a uma socialização da justiça, mas a uma funcionalização das relações sociais contra as quais as

---

<sup>44</sup>Alguns autores dizem que a palavra tem conotação pejorativa, na medida em que lembra perversidade, tendência para o mal (MIJOLLA, 2005, p. 1378). Freud descreve a perversão como um impulso independente do objetivo sexual normal (FREUD, 2006n, p. 166).

estruturas jurídico-formais formavam, outrora, uma barreira.” (MAUS, 2010, p.40). O escudo protetor da administração estatal então se faz com essas normas morais, que hipoteticamente funcionam como elo aos sujeitos de direito e, assim, a sociedade alemã legitima algo que não é democrático, sem se atentar para a alienação e as limitações que lhe são impostas, o que é foco de atenção e alerta da autora.

A conclusão a que se chega, a partir de todas as ponderações realizadas em relação à condição atual e histórica da Alemanha pelas análises de Maus e as possíveis implicações dos estudos de Freud à essa realidade, é que é impossível desconsiderar a incidência da versão finalística do superego – a perversa – ao Poder Judiciário alemão ou a qualquer outro órgão ou instância de poder que se poste como controlador e supervisor de regramentos. Trata-se, exatamente, da fonte propulsora dessa instância e não há como desconsiderá-la, embora esteja implícita.

Alguns artigos foram publicados no Brasil utilizando-se como texto base o *Judiciário como superego da sociedade*, de Maus. Fizeram apontamentos das preocupações da autora em relação ao ativismo judicial, à desconstrução da democracia, à desconstituição da soberania popular. E alguns criticaram a crítica expressa pela autora à Dworkin. Reproduziram a percepção do superego como instância de controle e autoridade, visualizando apenas a versão tratada por Maus em seu texto, não enfrentando a análise crítica dessa instância em sua íntegra. Em alguns artigos constam apontamentos sobre a similaridade do Poder Judiciário alemão e o Poder Judiciário brasileiro. Em rápidos comentários, os artigos serão apresentados por ordem cronológica de publicação.

Cabral (2004), em seu artigo *O Processo como superego social: um estudo sobre os fins sociais da jurisdição*, faz um estudo sobre a interpretação de Freud em relação ao superego e ego e procura aplicar a Psicanálise no contexto jurídico. Utiliza-se do texto de Maus não para uma análise crítica, mas para sustentação da filosofia dogmática. O autor abre um capítulo de seu artigo com o título *O processo como superego social*. Acredita que o Judiciário “pode dar propulsão à moralidade individual.”. Enfatiza que o processo é vital como instrumento estatal para o exercício da jurisdição, tem missão educadora da sociedade e “funciona como superego cultural: ao projetar no imaginário humano as consequências da atuação do Judiciário na salvaguarda dos direitos, lapida a moralidade individual e previne futuras violações.” (CABRAL, 2004, p. 368).

O autor deixa claro, no decorrer do texto, que comunga com a ideia do Poder Judiciário como superego da sociedade, uma instituição que protege através do processo. Vê no processo a instrumentalização para legitimar o Judiciário como guardião do homem e acredita ser

justificável a perda parcial de liberdade desse homem para a formação do Estado (CABRAL, 2004, p. 372).

Assim como o filho em sua família, o indivíduo aceita e **adora o Estado** na exata extensão da **proteção** que lhe oferece. Assumindo o ente estatal a incumbência exclusiva da resolução dos conflitos sociais, compete-lhe apresentar aos **súditos** um aparelho adequado para esse fim – o processo (CABRAL, 2004, p. 372) (*grifo nosso*).

Fica evidente que o autor, embora tenha se proposto buscar conteúdos psicanalíticos para a elaboração de sua análise sobre o processo, não chegou a interpretar o superego em sua abrangência ou não conseguiu visualizá-lo. Além disso, não parece ter percebido a preocupação e a crítica de Maus ao Poder Judiciário alemão como superego da sociedade, opondo-se ao que ele acredita.

Bahia (2005), por sua vez, interpretou o texto de Maus associando-o às crises do Poder Judiciário brasileiro e às soluções propostas pelos tribunais superiores. Levantou questionamento quanto à prática de aplicação de modelos das cortes europeias e alertou para a necessidade de se repensar a aplicação do princípio da proporcionalidade para dirimir questões de conflitos entre direitos fundamentais, pois isso traz vulnerabilidade às decisões. Apresentou argumentos contrários à crítica de Maus à Dworkin, dizendo estar a autora equivocada, pois caberia melhor proposição à Alexy (BAHIA, 2005).

Meyer (2008) também faz sua leitura do texto de Maus e diz que a autora se equivoca ao criticar Dworkin, embora seu diagnóstico seja pertinente. Entende que o texto é aplicável ao Poder Judiciário brasileiro, principalmente por utilizar-se do princípio da proporcionalidade em suas decisões.

Ommati; Faro (2012), no artigo *De poder nulo a poder supremo – O Judiciário como superego* –, utilizam-se do texto de Maus para fazer um comparativo ao Poder Judiciário brasileiro. Constam da crítica da autora ao Judiciário alemão pelo ativismo judicial aplicado, substituindo o modelo anterior que era da supremacia do legislativo e pontuam aspectos pertinentes ao cenário brasileiro. “Espera-se, assim, que o Judiciário enquanto superego resolva, como um pai, os desvios de comportamento da sociedade.” (OMMATI; FARO, 2012, p. 187). Além disso, fazem observações às outras instâncias de Poder.

Se os legisladores não editassem **propositadamente** leis confusas, subjetivas e ambíguas, repletas de conceitos indeterminados, que deixam ao alvedrio, à discricionariedade do Judiciário a sua interpretação; se os administradores públicos atuassem como gerenciadores da coisa pública, aplicando-a e fazendo-a render **na forma como estabelece o ordenamento constitucional**; então talvez o judiciário não detivesse a força que atualmente detém, **ou talvez detivesse uma força tanto menor** (OMMATI; FARO, 2012, p.187) (*grifo nosso*).

Interessante verificar a diversidade de interpretações existentes, pois, dentro da concepção democrática de Maus, o Judiciário não deveria se sobrepôr a nenhum dos outros Poderes e todos deveriam coexistir equanimemente. *A partir da citação dos autores, seria possível inferir que tanto o Legislativo quanto a Administração Pública encontram-se também num estágio de infantilidade e, dessa forma, o Judiciário assume a condição de superego desses.*

Abordam a imprecisão do ordenamento de valores e princípios que geram interpretações duvidosas na “jurisprudência de valores”, desconsiderando as normas. Em relação ao Judiciário brasileiro, criticam a importação de teorias e a adequação de casos concretos às mesmas e não o contrário, como deveria ser. Citam também a absorção de valores na Alemanha como sendo do povo e, aqui no Brasil, dos magistrados. “Incrementou-se, então, a independência – que no Brasil, parece ser sinônimo de irresponsabilidade – dos juízes, concedendo-lhes a possibilidade de fazer uma leitura da constituição a partir da moral deles [...]” (OMMATI; FARO, 2012, p. 189).

A conclusão dos autores é de que o ativismo pode até ser oportuno em um determinado momento, mas os juízes não podem se valer de suas convicções ideológicas e valores, pois “acaba se tornando uma arbitrariedade judicial fantasiada de ativismo.” (OMMATI; FARO, 2012, p. 203).

Outro artigo identificado com o contexto apresentado por Maus tem o título de *O Conselho Nacional de Justiça: instrumento de contenção do Judiciário como 'superego' da sociedade?*, escrito por Silva (2014). A autora associa o texto de Maus à realidade brasileira, em especial à implantação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Alega que é impossível não fazer um paralelo dos apontamentos de Maus ao contexto brasileiro, pois se tem construído um cenário muito próximo ao da Alemanha.

Silva cita em seu artigo o registro de uma pesquisa feita no STF<sup>45</sup> que desconstrói a noção de que está ocorrendo a judicialização da política no Brasil. Essa pesquisa rebate, por exemplo, a ideia da existência do ativismo judicial e do enfraquecimento do Legislativo. Entretanto, não se convence tão prontamente dessa pesquisa, pois percebe a aplicação de ativismo judicial se firmando. O Poder Judiciário brasileiro, em crise, possibilitou, com a reforma, a criação do CNJ, órgão de controle externo e que deveria ser capaz de conter o Judiciário como superego da sociedade brasileira. Mas o seu presidente é do STF. Abordou também a crítica que Maus fez a Dworkin, dizendo estar a autora apressada em criticá-lo.

---

<sup>45</sup>POGREBINSCHI, Thamy. **Judicialização ou Representação?** Política, direito e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, Konrad Adenauer e Ed. Campus, 2012.

Entretanto, posteriormente, consegue visualizar pontos de convergência entre eles, principalmente no que diz respeito à figura intocada do juiz.

Maia (2015) interpreta o texto sobre o Judiciário alemão fazendo apontamentos de que é preciso lê-lo com muita atenção, pois Maus denuncia o “sequestro” da soberania popular e a consequente insegurança dos direitos de liberdade. Chama a atenção para a absorção da última instância da consciência social pelo Judiciário e a descaracterização das leis como instrumentos regulatórios, identificando a desformalização do Direito. Interpreta outros textos da autora, em especial sobre a soberania popular, foco de destaque de Maus. Demonstra preocupação com os apontamentos da autora, principalmente porque podem se direcionar a um Estado de despotismo. Não faz inferência ao Poder Judiciário brasileiro, apenas reforça a necessidade de se ter atenção ao texto de Maus (MAIA, 2015).

## 9 CONCLUSÃO

A obra de Freud é muito complexa, assim, tratou-se de um grande desafio reunir nesta pesquisa conceitos psicanalíticos que ampliam e tornam mais rica a crítica de Maus – registrar a usurpação da democracia e da soberania popular na Alemanha. Atenta à violência silenciosa e camuflada da judicialização no país, a autora alertou para os riscos de eleger o Poder Judiciário como regulador incontestável das diretrizes morais. Coloca em dúvida a pertinência democrática na confiança cega que a sociedade tem demonstrado e denuncia o estágio de orfandade em que a população se encontra ao atribuir ao Judiciário o lugar do superego.

Como se viu, Freud apresenta o superego como instância necessária, em um primeiro momento, ao desenvolvimento da psique humana. Em sua dimensão biológica, o superego remete-se à proteção ofertada pelos pais às crianças, pois há a introjeção de autoridade e o consequente referencial de valores morais desses pais ou substitutos necessários à sobrevivência dos sujeitos. Ele diz, entretanto, que o superego opta pela severidade ao invés de absorver o carinho e a atenção que poderiam ser observados na relação paterna com os filhos. Já em sua perspectiva histórica, esse superego se perpetua na tradição, no repasse de valores e nas vivências, desde a época da horda primeva. Assim, consegue se postar como representante do mundo externo regulador do ego.

O superego, como foi demonstrado, veste-se de “bom moço” e se passa como instância de regulação e de controle, uma espécie de apoio e referencial, pois, afinal, é o herdeiro do complexo de Édipo, como expressou Freud. Substitui, no âmbito do aparelho psíquico do sujeito, os pais, necessários à proteção e à sobrevivência da criança.

Não satisfeito “apenas” em manter-se no domínio, pode chegar a provocar a autodestruição, quando gera conflito interno descomedidamente – como em alguns quadros da melancolia. É preciso haver reação do ego, fortalecendo-se contra o superego para tentar freá-lo em suas intenções.

Retomando a condição do Poder Judiciário alemão, considerado como administrador legitimado da moral na Alemanha – que, conseqüentemente, coloca a sociedade em posição inferior a uma seleta minoria de juízes do Tribunal –, somada à denúncia de que os juízes se intitulam como detentores das melhores práticas morais capazes de identificar o que é melhor para a sociedade – dizendo que o povo “verdadeiro” é fruto de decisão judicial –, é impossível não associá-lo ao superego.

E, estando a sociedade alemã caracterizada na orfandade, sem condição de autorregulação para exigir a delimitação da atuação do Judiciário naquilo que lhe compete no

projeto democrático, sujeita-se a delegar o superego a esse órgão. E é exatamente essa situação que Maus quer desconstruir.

É necessário atentar e interpretar o implícito e seus desdobramentos nesse contexto. Ao se postar como órgão de autoridade e regulação, tendo total discricionariedade para definir como lhe prouver a condução das decisões judiciais, fragiliza e desconsidera a normatização e, assim, provoca vulnerabilidade, ou melhor, obsta a implantação do projeto democrático, podendo até mesmo destruí-lo – é bom lembrar que o superego tenta fazer isso com seus pares.

Portanto, para além das leituras tradicionalmente dadas por autores do Direito, é possível verificar que os desdobramentos nefastos da posição superegoica do Judiciário sejam muito mais amplos, na medida em que ele se posta não apenas como instância de regulação e proteção da sociedade, como expressamente denunciou Maus.

## REFERÊNCIAS

- ALEMANHA, Lei Fundamental da República Federal da Alemanha. 2011. Disponível em < <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf> >. Acesso em: 27 mar. 2016.
- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Ingeborg Maus e o Judiciário como superego da sociedade. **Revista CEJ**, v. 9, n. 30, p. 10-12, jul./set. 2005.
- CABRAL, Álvaro; NICK, Eva. Dicionário técnico de psicologia. São Paulo: Cultrix, [19-]. 406p.
- CABRAL, Antônio do Passo. **O Processo como superego social: um estudo sobre os fins sociais da jurisdição**. Revista de Processo, v. 29, n. 115, p. 345-374, maio/jun. 2004.
- CASTRO, Marcos F. **O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política**. 1997. Disponível em < [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_34/rbcs34\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_09.htm) >. Acesso em: 13 mai. 2016.
- COELHO, Cassiano Lara de Souza; AVILA, Lazslo Antonio. **Controvérsias sobre a somatização**. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34n6/v34n6a04.pdf> >. Acesso em: 03 jan. 2016.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, A questão da análise leiga e outros trabalhos (1925-1926)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006a, vol. XX.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **O ego e o ID e outros trabalhos (1923-1925)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006b, vol. XIX.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006c, vol. XXI.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006d, vol. XIV.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006e, vol. XII.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **A interpretação dos sonhos (Primeira parte) (1900)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006f, vol. IV.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006g, vol. I.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **A interpretação dos sonhos (Segunda parte) e Sobre os sonhos (1900-1901)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006h, vol. V.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Além do princípio do prazer, psicologia de Grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006i, vol. XVIII.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Conferências introdutórias sobre psicanálise (Partes I e II) (1915-1916)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006j, vol. XV.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte III) (1915-1916) (1916-1917)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006k, vol. XVI.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos (1910[1909])**. Rio de Janeiro: Imago, 2006l, vol. XI.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Dois histórias clínicas (O “Pequeno Hans” e o “Homem dos ratos”) (1909)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006m, vol. X.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Moisés e o monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006n, vol. XXIII.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos (1906 - 1908)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006o, vol. IX.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006p, vol. VIII.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006q, vol. XIII.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Primeiras Publicações Psicanalíticas (1893-1899)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006r, vol. III.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006s, vol. XXII.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

HOMRICH, A. C. B. **O conceito de superego na teoria freudiana**. 2008. 248f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JONES, Ernest. **A vida e a obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, c1989. 3 v. (Analytica)

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo, Cultrix, 2013.

LAGACHE, Daniel. **A Psicanálise**. Difusão Européia do Livro, 1961.

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J-B. **Vocabulário da Psicanálise**. Martins Fontes, 1983.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. 3. ed. Tradução de José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulkenkian, 1997.

LEAL, Rosemiro Pereira. **A teoria neoinstitucionalista do processo: uma trajetória conjectural**. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

MAIA, Gretha. Resenha – MAUS, Ingeborg. **O Judiciário como superego da sociedade**. 2015. Disponível em <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2846/2592>> . Acesso em: 13 mai. 2016.

MAUS, Ingeborg. **O Judiciário como superego da sociedade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.1-40

MEYER, Emílio Peluso Neder . **Ingeborg Maus e o papel do Poder Judiciário**. Dom Total, Belo Horizonte, 13 jun. 2008.

MIJOLLA, Alain De. **Dicionário internacional de psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

NASIO, Juan David. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

NASIO, Juan David. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991. p.129-145

OMMATI, José Emílio Medauer; FARO, Julio Pinheiro. **De poder nulo a poder supremo: o Judiciário como superego**. *A & C: revista de direito administrativo & constitucional*, v. 12, n. 49, p. 177-206, jul./set. 2012.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

SILVA, D. J. . O Conselho Nacional de Justiça: instrumento de contenção do Judiciário como 'superego' da sociedade?. *Boletim Conteúdo Jurídico*. Brasília-DF. v. 304, p. 1, 2014.

## GLOSSÁRIO

**Ab-reagir** - Termo introduzido por Sigmund Freud e Josef Breuer em 1893, para definir um processo de descarga emocional que, liberando o afeto ligado à lembrança de um trauma, anula seus efeitos patogênicos (ROUDINESCO, 1998, p.3).

**Alucinações** - Percepção sensorial muito viva, acompanhada da convicção de sua realidade, por parte da pessoa que experimenta o fenômeno, e que ocorre na ausência de um apropriado estímulo sensorial externo, “ver uma coisa que não está ali”, “ouvir uma voz” etc. (CABRAL; NICH, [?], p. 11).

**Animismo** - O animismo, em seu sentido mais estrito, é a doutrina de almas e, no mais amplo, a doutrina de seres espirituais em real. O termo ‘animatismo’ também foi usado para indicar a teoria do caráter vivo daquelas coisas que nos parecem ser objetos inanimados e as expressões ‘animalismo’ e ‘hominismo’ também são empregadas em relação a isso. A palavra ‘animismo’, originalmente utilizada para descrever um sistema filosófico específico, parece ter recebido de Tylor o seu atual significado (FREUD, 2006q, p. 89).

**Anticatexias**- Resistências (FREUD, 2006n, p. 177).

**Aparelho psíquico** - Expressão que sublinha certas características que a teoria freudiana atribui ao psiquismo: a sua capacidade de transmitir e de transformar uma energia determinada e a sua diferenciação em sistemas ou instâncias. O termo “aparelho” sugere a ideia de tarefa, trabalho. Sua função é manter, em nível mais baixo possível, a energia interna de um organismo. É um modelo para Freud, que pode ser usado ora no sentido físico, ora no biológico (LAPLANCHE, 1983, p. 65).

**Catarse** - É uma técnica de tratamento de distúrbios psíquicos desenvolvida por Josef Breuer. Tratava-se de, sob hipnose, fazer o paciente reencontrar a lembrança de uma cena traumatizante na origem do sintoma de que ele queria libertar e “purgar”, assim, da reminiscência patogênica (MIJOLLA, 2005, p. 311).

**Catexizar** - = investimento. Termo extraído por Sigmund Freud do vocabulário militar para designar uma mobilização da energia pulsional que tem, por consequência, ligar esta última a uma representação, a um grupo de representações, a um objeto ou a partes do corpo (ROUDINESCO, 1998, p. 398).

**Complexo de castração** - Em Psicanálise, a palavra está associada a vários outros termos que a especificam e que ela, por sua vez, também torna mais precisos: angústia, ameaça simbólica, medo, terror, desmentido etc. Inspira-se, de fato, no que as crianças do sexo masculino temem: a ablação do pênis. Acoplado ao complexo de Édipo, é o organizador da psicosssexualidade lato sensu, da vida psíquica (MIJOLLA, 2005, p. 305).

**Complexo de Édipo** - O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade

para com o genitor do mesmo sexo. Essa representação pode inverter-se e exprimir o amor pelo genitor do mesmo sexo e o ódio pelo do sexo oposto. Chama-se Édipo à primeira representação, Édipo invertido à segunda, e Édipo completo à mescla das duas. O complexo de Édipo aparece entre os 3 e os 5 anos. Seu declínio marca a entrada num período chamado de latência, e sua resolução após a puberdade concretiza-se num novo tipo de escolha de objeto (ROUDINESCO, 1998, p. 166).

**Compulsão à repetição** - Um processo inconsciente e, como tal, impossível de dominar, que obriga o sujeito a reproduzir sequências (atos, ideias, pensamentos ou sonhos) que, em sua origem, foram geradoras de sofrimento, e que conservaram esse caráter doloroso. A compulsão à repetição provém do campo pulsional, do qual possui o caráter de uma insistência conservadora (ROUDINESCO, 1998, p. 656).

**Condensação** – Termo empregado por Sigmund Freud para designar um dos principais mecanismos do funcionamento do inconsciente. A condensação efetua a fusão de diversas ideias do pensamento inconsciente, em especial no sonho, para desembocar numa única imagem no conteúdo manifesto, consciente (ROUDINESCO, 1998, p.125).

**Contravontade** - Acrescentam-se alguns comentários sobre o fato de que é possível se realizarem, nos pacientes histéricos, idéias angustiantes ou antitéticas aflitivas que as pessoas normais são capazes de inibir; várias observações de tique são relacionadas com esse mecanismo de “contravontade”. (FREUD, 2006r, p. 235)

**Desejo** - Como ponto de partida, podemos dizer que um desejo é uma ideia (Vorstellung) ou um pensamento; algo completamente distinto, portanto, da necessidade e da exigência. O desejo se dá ao nível da representação, tendo como correlato os fantasmas (fantasias), o que faz com que, contrariamente à pulsão (Trieb) — que tem de ser satisfeita —, o desejo tenha de ser realizado (GARCIA-ROZA, 2009, p. 83).

**Deslocamento** - Processo psíquico inconsciente, teorizado por Sigmund Freud, sobretudo no contexto da análise do sonho. O deslocamento, por meio de um deslizamento associativo, transforma elementos primordiais de um conteúdo latente em detalhes secundários de um conteúdo manifesto (ROUDINESCO, 1998, p.148).

**Determinantes somáticos** - Somatização, basicamente, é uma manifestação de conflitos e angústias psicológicos por meio de sintomas corporais (COELHO, Cassiano; AVILA, Lazslo. 2007).

**Devaneio** - Devaneio ou sonho diurno é um roteiro imaginário, desenvolvido em estado vígil a favor de um relaxamento da censura e análogo por suas características gerais e suas funções ao sonho noturno (MIJOLLA, 2005, p. 494).

**Ego** - A noção do Ich (Eu) está presente no pensamento de Freud desde as origens da Psicanálise, mas sofreu ao longo dos anos importantes modificações teóricas, frequentemente associadas aos desenvolvimentos da prática clínica. Utilizado na primeira tópica para designar a pessoa consciente de si mesma como um todo, é em 1923 que Freud atribui ao Ich um lugar

de instância do aparelho psíquico, instância intermediária, dotada de função reguladora entre o Isso, o Supereu e a realidade exterior (MIJOLLA, 2005, 629).

**Elaboração onírica** – O sonho lembrado surge como o *conteúdo onírico manifesto*, em contraste com os *pensamentos oníricos latentes*, descobertos pela interpretação. O processo que transformou os últimos no primeiro, isto é, no ‘sonho’, e que é desfeito pelo trabalho da interpretação, pode ser chamado de ‘*elaboração onírica*’ (FREUD, 2006i, p.252).

**Estímulo** - Freud distingue estímulo de instinto como uma força geradora de impacto isolado, ao passo que o instinto atua constantemente. Posteriormente se utilizou das expressões excitações endógenas e exógenas (FREUD, 2006d, p.120).

**Eu** - A noção do Ich (Eu) está presente no pensamento de Freud desde as origens da Psicanálise, mas sofreu ao longo dos anos importantes modificações teóricas, frequentemente associadas aos desenvolvimentos da prática clínica. Utilizado na primeira tópica para designar a pessoa consciente de si mesma como um todo, é em 1923 que Freud atribui ao Ich um lugar de instância do aparelho psíquico, instância intermediária, dotada de função reguladora entre o Isso, o Supereu e a realidade exterior (MIJOLLA, 2005, 629).

**Exogamia** - Renúncia à posse das mulheres do clã do totem (ROUDINESCO, 1998, p. 758).

**Fobia** - Em Psicanálise, a fobia é um sintoma, e não uma neurose, donde a utilização da expressão histeria de angústia em lugar da palavra fobia. Introduzida por Wilhelm Stekel em 1908 e retomada por Sigmund Freud, a histeria de angústia é uma neurose de tipo histérico, que converte uma angústia num terror imotivado, frente a um objeto, um ser vivo ou uma situação que não apresentam em si nenhum perigo real (ROUDINESCO, 1998, p. 243).

**Hipnotismo** - Termo cunhado em 1843 pelo médico escocês James Braid para definir o conjunto das técnicas que permitiam provocar um estado de hipnose num sujeito, com finalidades terapêuticas. A sugestão se dava, nesse caso, pelo médico hipnotizador e o paciente hipnotizado (ROUDINESCO, 1998, p. 875).

**Histeria** - É uma estrutura psíquica que designa tanto um certo tipo de personalidade e de relação quanto um conjunto de formas sintomáticas e clínicas ligadas ao campo das psiconeuroses. Suas manifestações de expressão dramática, corporal e afetiva tentam exprimir e simbolizar um conflito de psicosexualidade e, ao mesmo tempo, à defesa contra esse conflito. Os sintomas vão do mais corporal, na histeria de conversão, até o mais psíquico, na histeria da angústia ou fobia (MIJOLLA, 2005, p.880).

**Histeria de angústia** – Histeria de angústia. Nesses casos, a libido não é convertida, mas liberada sob a forma de angústia. Note-se que a fobia é um dos sintomas que o tratamento psicanalítico permite dominar com mais facilidade, substituindo-o pela angústia (ROUDINESCO, 1998, p. 244).

**Histeria de conversão** - Histeria de conversão, onde se exprimem através do corpo representações sexuais recalcadas (ROUDINESCO, 1998, p. 337).

**Id** - Também conhecido como Isso. É a instância psíquica depositária das pulsões e da maior parte dos processos inconscientes na ‘segunda tópica’ descrita por Freud em 1923 (MIJOLLA, 2005, p.1000).

**Incidência de desejos** - É um movimento psíquico de origem interna que visa obter uma satisfação interdita ou reencontrar um gozo primordial cujos vestígios se fixaram no inconsciente (MIJOLLA, 2005, p. 459).

**Inconsciente** - Em Psicanálise, o inconsciente é um lugar desconhecido pela consciência: uma “outra cena”. Com Freud, de fato, o inconsciente deixou de ser uma “supraconsciência” ou um “subconsciente”, situado acima ou além da consciência, e se tornou realmente uma instância a que a consciência já não tem acesso, mas que se revela a ela através do sonho, dos lapsos, dos jogos de palavras, dos atos falhos etc (ROUDINESCO, 1998, p. 375).

**Inconsciente coletivo** - Jung definiu como uma forma preexistente inconsciente que determina o psiquismo e provoca uma representação simbólica que aparece nos sonhos, na arte ou na religião. Os três principais arquétipos são o animus (imagem do masculino), a anima (imagem do feminino) e o selbst (si-mesmo), verdadeiro centro da personalidade. Os arquétipos constituem o inconsciente coletivo, base da psique, estrutura imutável, espécie de patrimônio simbólico próprio de toda a humanidade (ROUDINESCO, 1998, p.422).

**Instinto** - Freud descreve o instinto modificando-o em vários momentos. Inicialmente, seria um conceito situado entre o material e o somático, depois entre o mental e o somático e, em 1972, como sendo ‘um conceito situado na fronteira entre o mental e o físico, o representante psíquico de uma fonte de estímulo endossomática, continuamente a fluir...’. Em seus últimos textos, entretanto, desconexa o instinto do seu representante psíquico, considerando que jamais será possível ao instinto ser objeto da consciência e inconsciente, apenas a sua ideia, portanto, o instinto não é mais um representante psíquico de impulsos somáticos, ele é algo não-psíquico (FREUD, 2006d, p.118-119).

**Isso** – O Isso é a instância psíquica depositária das pulsões e da maior parte dos processos inconscientes na segunda tópica descrita por Freud. A articulação da personalidade psíquica em três províncias – Isso, Eu e Supereu – não seria pertinente se essas instâncias fossem inteiramente desprovidas das ambiguidades, diversidades, até contradições suficientes que Freud expõe em O Eu e o Isso (MIJOLLA, 2005, p.1000).

**Libido** - Libido é uma expressão tirada da teoria da afetividade. Chamamos assim a energia, considerada como uma grandeza quantitativa – embora não seja atualmente mensurável – das pulsões que se referem a tudo o que podemos entender sob o nome de amor (MIJOLLA, 2005, p. 1083).

**Libido narcisista** – A ‘libido narcisista era, sem dúvida, uma manifestação da força do instinto sexual’ que ‘tinha de ser identificada com os “instintos autopreservativos.”’ (FREUD, 2006d, p.121).

**Libido-objetal** - Ainda, a libido, que é uma dimensão fundamental da pulsão, fixa-se em objetos: essa libido objetal pode deslocar-se em seus investimentos, mudando de objeto e de objetivo (ROUDINESCO, 1998, p. 473).

**Mau** - O que é mau, frequentemente, não é de modo algum o que é prejudicial ou perigoso ao ego; pelo contrário, pode ser algo desejável pelo ego e prazeroso para ele (FREUD, 2006c, p. 78).

**Metapsicologia** - A Metapsicologia foi criada para caracterizar a parte mais teórica e abstrata da psicanálise. Constitui-se de um conjunto de regras como leis, princípios e conceitos que possibilitam esclarecer sobre o funcionamento do aparelho psíquico e a descrição de processos psíquicos. Trata-se de três percepções estruturais distintas – tópico, econômico e dinâmico. O tópico considera o fator localização no aparelho psíquico, podendo dividi-lo em diferentes partes ou lugares – inicialmente em consciente, pré-consciente e inconsciente, direcionados por leis e submetidos a processos específicos, primário e secundário. O ponto de vista econômico retrata a movimentação de forças, objetivando resoluções. Já o ponto de vista dinâmico aplica a análise da atuação das forças existentes no aparelho, suas convergências e divergências conflituosas. Freud incluiu um quarto ponto de vista denominado de genética, porém, esse não despertou o interesse de estudos na França e sim aos autores anglo-saxões que o interpretaram como a “psicologia do Eu”. Exatamente por volta de 1920 houve mudança a partir da introdução dos textos além do princípio do prazer e da compulsão à repetição, quando Freud caracterizava o início da segunda tópica. Ele reformulou o aparelho psíquico em Eu, Supereu e Isso. O autor comenta que, na realidade, essa reconfiguração poderia ser caracterizada como a “segunda metapsicologia”, tamanha a sua abrangência de alteração proposta por Freud naquele momento (MIJOLLA, 2005, p.1174).

**Moções** - Designando a forma primeira, germinal e local de uma pulsão em curso no psiquismo (MIJOLLA, 2005, p. 1195).

**Monoteísmo** - Monoteísmo rígido em grande escala: há apenas um só Deus, ele é o único Deus, onipotente, inaproximável; seu aspecto é mais do que os olhos humanos podem tolerar, nenhuma imagem dele deve ser feita, mesmo seu nome não pode ser pronunciado (FREUD, 2006n, p.30).

**Movimentos libidinais** - Sigmund Freud retomou o termo numa acepção para designar a manifestação da pulsão sexual na vida psíquica e, por extensão, a sexualidade humana em geral e a infantil em particular (MIJOLLA, 2005, p. 471).

**Narcisismo** - Em 1914 Freud definiu narcisismo como a atitude resultante da transposição, para o eu do sujeito, dos investimentos libidinais antes feitos nos objetos do mundo externo (ROUDINESCO, 1998, p.531).

**Neurose obsessiva** - Forma fundamental de neurose identificada por Sigmund Freud em 1894, a neurose obsessiva (ou neurose de coerção) é, ao lado da histeria, a segunda grande doença nervosa da classe das neuroses, segundo a doutrina psicanalítica. Tem como origem um conflito psíquico infantil e uma etiologia sexual (ROUDINESCO, 1998, p. 538).

**Neurose traumática** - Hermann Oppenheim (1858-1919), que a descreveu como uma afecção orgânica consecutiva a um trauma real, provocando uma alteração física dos centros nervosos,

por sua vez acompanhada por sintomas psíquicos: depressão, hipocondria, angústia, delírio etc. (ROUDINESCO, 1998, p. 537).

**Neuroses** - Transtornos psíquicos sem substrato anatômico detectável e cuja sintomatologia está ligada ao conflito intrapsíquico entre ideias fantasmáticas inconscientes, associadas ao complexo de Édipo e às defesas que elas suscitam (MIJOLLA, 2005, p. 1243).

**Onírico** - Freud utiliza esse termo para designar, nos sonhos, o jogo e os efeitos de um recalque inconsciente (MIJOLLA, 2005, p.319).

**Perverso** – É igualmente notório existirem pessoas cujos desejos se comportam exatamente como os sexuais, mas que, ao mesmo tempo, desprezam inteiramente o órgão sexual ou sua utilização normal; as pessoas desse tipo são conhecidas como “perversas” (FREUD, 2006n, p. 163).

**Prazer** – Expressão introduzida por Sigmund Freud em 1911, a fim de designar um dos dois princípios que regem o funcionamento psíquico. O princípio do prazer tem por objetivo proporcionar prazer e evitar o desprazer, sem entraves nem limites (como o lactente no seio da mãe, por exemplo) (ROUDINESCO, 1998, p. 603).

**Pré-consciente** - O Pcs é o antagonista do Ics.; é separado dele pela censura, a barreira do recalque. Agente recalque, é ele que fornece as forças (os contra-investimentos) necessários à manutenção da representação inconsciente no inconsciente (MIJOLLA, 2005, p. 1408)

**Primário** – Os processos primários, diretamente animados pela pulsão, estão a serviço do princípio do prazer e realizam um escoamento livre da energia psíquica (MIJOLLA, 2005 p. 1428).

**Princípio do desprazer** - O princípio de prazer/desprazer, frequentemente abreviado como “princípio de prazer”, impõe ao aparelho psíquico a descarga automática das excitações quando sua acumulação ultrapassa um certo limiar, experimentado como desprazer. Rege o funcionamento em processos primários (MIJOLLA, 2005, p.1.423).

**Projeção** - Para designar um modo de defesa primário, comum à psicose, à neurose e à perversão, pelo qual o sujeito projeta num outro sujeito ou num objeto desejos que provêm dele, mas cuja origem ele desconhece, atribuindo-os a uma alteridade que lhe é externa (ROUDINESCO, 1998, p. 603).

**Psicanálise** - A definição mais completa e clássica foi dada por Sigmund Freud. “Psicanálise é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método de tratamento de distúrbios neuróticos baseado nessa investigação e (3) uma série de informações psicológicas obtidas por esse meio, e que gradualmente se fundem numa nova disciplina científica”. Essa definição datava de 1923 e destinava-se à Enciclopédia Britânica (MIJOLLA, 2005, p. 1442).

**Psíquico** - ‘O psíquico’ - será fácil responder pela enumeração de seus constituintes: nossas percepções, ideias, lembranças, sentimentos e atos volitivos - todos fazem parte do que é psíquico (FREUD, 2006n, p. 298).

**Pulsão** - A pulsão inscreve-se na ordem da história individual do sujeito, da qual ela é vetor fundamental. Sua revelação na vida psíquica ocorre através de representantes que, no decorrer do processo psíquico, se diferenciam em representantes-representações de objetivos e de palavras e em representantes de afetos. Radicada na somática, a pulsão torna-se psíquica em seu trajeto, de sua origem ao seu fim (MIJOLLA, 2005, p. 964).

**Pulsão de morte** - (Tanatos) A pulsão de morte é o que faz os seres vivos tenderem para um estado sem vida. Ela não pode manifestar-se isoladamente, o seu trabalho reconhece-se, em particular, através da compulsão à repetição, quando ela está coligada com o Eros. Na medida em que tende a devolver o vivente ao seu estado anterior, ela é um componente de todas as pulsões (MIJOLLA, 2005, p. 1519).

**Pulsão de vida** - Pulsão de vida ou “Eros” representa uma das duas pulsões fundamentais para Freud, quando começa a elaborar a segunda tópica. Ele a opõe à pulsão de morte. Ela engloba as pulsões sexuais não inibidas, as pulsões sexuais inibidas quanto ao seu objetivo e sublimadas, assim como as pulsões de autoconservação (MIJOLLA, 2005, p. 1521).

**Pulsão sexual** - No homem, serve ao propósito de obtenção de determinados tipos de prazer. Reprodução e sexualidade estão dissociadas; a pulsão sexual, inata, manifesta-se desde a infância; sua gênese compósita elucida suas manifestações adultas, perversas, neuróticas e normais, numa vasta síntese (MIJOLLA, 2005, p. 1524).

**Realidade** - É um dos dois grandes princípios que presidem ao funcionamento psíquico. Designa a necessária consideração pelo psiquismo dos dados da realidade e, assim, opõe-se a um princípio de prazer/desprazer que buscaria a descarga ou a evacuação da tensão intrapsíquica a todo custo (MIJOLLA, 2005, p.1424).

**Recalque** - Para Sigmund Freud, o recalque designa o processo que visa manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprezer. Freud, que modificou diversas vezes sua definição e seu campo de ação, considera que o recalque é constitutivo do núcleo original do inconsciente (ROUDINESCO, 1998, p. 647).

**Repressão** - Em Psicanálise, a repressão é uma operação psíquica que tende a suprimir conscientemente uma ideia ou um afeto cujo conteúdo é desagradável. No Brasil também se usa “supressão” (ROUDINESCO, 1998, p.659).

**Resistência** - A resistência é uma espécie de defesa de que o paciente se utiliza como forma de isolar ou impedir que uma ideia ameaçadora torne-se consciente. E pode, por exemplo, ser demonstrada através de falha de memória ou impossibilidade de falar sobre o conteúdo ameaçador (GARCIA-ROZA, 2009, p. 153).

**Resistência** - Termo empregado em Psicanálise para designar o conjunto das reações de um analisando cujas manifestações, no contexto do tratamento, criam obstáculos ao desenrolar da análise (ROUDINESCO, 1998, p. 659).

**Secundário** - Os processos secundários, que supõem a ligação dessa energia, intervêm como sistema de controle e de regulação, e estão a serviço do princípio de realidade. A vida psíquica é inteiramente regida pelo equilíbrio desses dois tipos de processos, variável segundo sujeitos e segundo os momentos (MIJOLLA, 2005 p. 1428).

**Sentimento de culpa** – Uma interpretação do sentimento de culpa normal, consciente (consciência), não apresenta dificuldades; ele se baseia na tensão existente entre o ego e o ideal do ego, sendo expressão de uma condenação do ego pela sua instância crítica (FREUD, 2006b, p.65).

**Simbologia** – Em sentido *latu*, modo de representação indireta e figurada de uma ideia, de um conflito, de um desejo inconsciente; nesse sentido, podemos em Psicanálise considerar simbólica qualquer formação substitutiva. Em sentido restrito, modo de representação que se distingue principalmente pela constância da relação entre o símbolo e o simbolizado inconsciente; essa constância encontra-se, não apenas no mesmo indivíduo e de um indivíduo para o outro, mas nos domínios mais diversos (mito, religião, folclore, linguagem etc.) e nas áreas culturais mais distantes entre si (LAPHANCHE, 1993, p. 626).

**Sintomas** - Para Freud, o sintoma em geral é o substituto de uma satisfação pulsional não ocorrida: tal como o sonho e o ato falho, é uma formação de compromisso entre as representações recalçadas e as instâncias recalçadoras. Assume formas particulares, de acordo com o tipo de patologia: conversão, na histeria, e deslocamento para um objeto externo, na fobia (ROUDINESCO, 1998, p. 382).

**Sublimação** - A sublimação é um processo que diz respeito à libido objetal e consiste no fato de o instinto se dirigir a uma finalidade diferente e afastada da finalidade da satisfação sexual; nesse processo, a tônica recai na deflexão da sexualidade (FREUD, 2006d, p. 101).

**Superego** - Conceito criado por Sigmund Freud para designar uma das três instâncias da segunda tópica, juntamente com o eu e o isso. O superego mergulha suas raízes no isso e, de uma maneira implacável, exerce as funções de juiz e censor em relação ao eu. No Brasil também se usa “superego” (ROUDINESCO, 1998, p. 744).

**Supereu** - O Supereu constitui uma das três instâncias do aparelho psíquico na segunda tópica de Freud. Ele resulta, quanto ao essencial, da interiorização da autoridade parental (MIJOLLA, 2005, p.1822).

**Teoria do recalque** – Considerado por Freud um modo de defesa privilegiado contra as pulsões, o recalque é a operação pela qual o sujeito repele e mantém a distância do consciente - representações (pensamentos, imagens, lembranças) tidas como desagradáveis, porque inconciliáveis com o Eu (MIJOLLA, 2005, p.1.567).

**Tópica** - Termo derivado do grego *topos* (lugar) e que designa, na filosofia, de Aristóteles (385-322 a.C.) a Immanuel Kant (1724-1804), a teoria dos lugares, isto é, das classes gerais em que

podem ser incluídas todas as teses ou elaborações. Sigmund Freud utilizou o termo como adjetivo e como substantivo, para definir o aparelho psíquico em duas etapas essenciais de sua elaboração teórica (ROUDINESCO, 1998, p. 755).

**Totemismo** - O totemismo é um sistema que ocupa o lugar da religião entre certos povos primitivos da Austrália, da América e da África e provê a base de sua organização social (FREUD, 2006q, p.112).

**Traços mnêmicos** - Noção essencial na teoria freudiana da memória inconsciente, resulta da inscrição no aparelho psíquico da impressão procedente de uma percepção suficientemente forte para transpor a barreira de para-excitações (MIJOLLA, 2005, p. 1886).

**Transferência** - Designa a transposição, o deslocamento para uma outra pessoa – e principalmente para o psicanalista – de sentimentos, desejos, modalidades relacionais outrora organizadas ou experimentadas em relação a personagens muito investidas da história do sujeito (MIJOLLA, 2005, p. 1894).

**Traumas** - Acontecimento da vida do indivíduo que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se acha o indivíduo de lhe responder de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica (LAPLANCHE, 1983, p.678).